



FACULDADES INTEGRADAS “RUI BARBOSA”

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
(2017 – 2021)**

ANDRADINA 2017



Ficha catalográfica

Faculdades Integradas “Rui Barbosa”

Plano de Desenvolvimento Institucional 2017 a 2021

Faculdades Integradas “Rui Barbosa”. Andradina, SP., 2016,

1. Faculdades Integradas “Rui Barbosa” – Planejamento

Institucional. 2. Planejamento Educacional. 3.

Desenvolvimento Institucional.

Diretoria Geral das FIRB

Diretor: Prof. Flávio Antonio Moreira

Vice-Diretor: Dr. Aparecido Wilson Rodrigues

Diretoria Administrativo-Financeira

Diretor: Economista Norival Nunes da Silva

Assessoria Pedagógica Institucional

Assessora: Profª Esp. Maria das Graças Gomes

Procuradoria Educacional Institucional

Procuradora: Prof. Esp. Maria das Graças Gomes

Coordenação do Curso de Administração

Coordenador: Prof. MSc. Roberto Pereira da Silva

Coordenação do Curso de Ciências Contábeis

Coordenador: Prof. MSc. Antonio Ricardo Chiquito

Coordenação do Curso de Pedagogia

Coordenador: Dr. Aparecido Wilson Rodrigues

Coordenação do Curso de Engenharia Civil

Coordenador: Prof. Dr. José Antonio Matthiesen

Coordenação do Curso de Engenharia de Produção

Coordenador: Prof. MSc. Carlos Eduardo Silva Britto

Coordenação do Curso de Engenharia Mecânica

Coordenador: Prof. MSc. Carlos Eduardo Silva Britto

Coordenação do Curso de Engenharia Elétrica

Coordenador: Prof. MSc. Marcus Vinicius Alves Pereira

Coordenação do Curso de Tecnologia em Agrimensura

Coordenador: Prof. MSc. Marcus Vinicius Alves Pereira

Coordenação de Pós-Graduação

Coordenador: Dr. Aparecido Wilson Rodrigues

Coordenação de Ensino, Pesquisa e Extensão

Coordenador: Prof. MSc. Antonio Ricardo Chiquito

Comissão Própria de Avaliação

Coordenadora: Prof. Esp. Maria das Graças Gomes

Comissão de Trabalho para construção do PDI

O Grupo de Trabalho foi constituído pela Portaria GDG nº 10 de 04 de maio de 2016.

Nº	Nome / cargo ou função	Função
01	Profª Esp. Maria das Graças Gomes Assessora Pedagógica Institucional	Coordenadora da Comissão
02	Prof. Esp. Flávio Antonio Moreira Diretor Geral das FIRB	Participante
03	Economista: Norival Nunes da Silva Diretor Financeiro das FIRB	Participante
04	Prof. MSc. Carlos Eduardo Silva Britto. Coordenador de Engenharia de Produção	Participante
05	Profª MSc. Lucia Helena Tozzi Docente	Participante
06	Profª MSc. Luciana Rodrigues Martinho Docente	Participante
07	Prof. MSc. Daniel Abraão Pando Docente	Participante

SUMÁRIO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	1
(2017 – 2021)	1
A. PORTARIA 21/2016	13
B. APRESENTAÇÃO	14
C. INTRODUÇÃO:	16
D. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2017 – 2021	21
1. PERFIL INSTITUCIONAL	21
1.1 - Missão, objetivos e metas da Instituição, na sua área de atuação:	22
1.2 - Histórico e desenvolvimento da instituição de ensino	34
1.2.1. Item sucinto contemplando análise crítica do PDI anterior, ressaltando os objetivos e metas alcançados, bem como justificando aqueles não atingidos.....	40
1.3- É Instituição Tecnológica?	41
1.4- Ano de início do PDI.....	41
1.5. Ano de término do PDI.....	41
2 - PROJETO PEDAGÓGICO	42
2.1 Princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da IES.....	42
2.2 Perfil do egresso, indicativo da opção filosófico-educacional de formação do cidadão-profissional que a IES se empenha em formar, para contribuir com o desenvolvimento da sociedade onde está inserida.....	43
2.3 Vinculação da oferta educacional da IES às demandas do desenvolvimento local e regional, da inclusão social, tecnologia, política e cultural, do respeito e preservação ambiental.	45
2.4 Políticas para o ensino, incluindo as diretrizes e princípios pedagógicos para a concepção dos PPC de todos os cursos.	46
Políticas de ensino:	46
2.5 Metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos da IES, privilegiando o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem.....	50
2.6 Previsão de inovações pedagógicas significativas, especialmente quanto à flexibilização dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, projetos integradores, , aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas para o ensino e aprendizagem, aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios, desenvolvimento de tecnologias, dentre outras.	51
2.7 Metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos da IES, privilegiando o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem.....	52
2.8 Previsão das inovações pedagógicas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, projetos integradores, aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas de ensino e aprendizagem, aproveitamento de estudos e	

competências desenvolvidas no trabalho e outros meios, desenvolvimento de tecnologias, dentre outras.	53
2.9 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição	59
2.9.1 Extensão e Prática Profissionalizante	63
2.9.2 Formação continuada.....	65
2.9.3 Iniciação Científica.....	65
2.9.4 Monitoria	66
2.9.5 Políticas de Gestão	66
2.10 Políticas para a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica. .	68
2.10.1 Políticas de pesquisa.....	68
2.10.2 Políticas de extensão.....	69
2.10.3 Políticas de Ensino em educação à distância.....	70
2.10.4 Políticas de Pesquisa e Inovação (como princípio educativo).....	71
2.10.5 Políticas de Pós-graduação	73
2.10.6 Políticas de extensão.....	74
2.10.7 Responsabilidade social da instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região.	75
2.10.8 Acesso como forma de responsabilidade social	77
2.10.9 Extensão como forma de responsabilidade social	78
3– IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO	80
Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI	80
4. Implantação e Desenvolvimento da Instituição – Programa de Abertura de Cursos de Pós-Graduação e Extensão	81
5. Organização Didático Pedagógica da Instituição.....	84
5.1 Formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente.....	84
5.2 Incorporação de avanços tecnológicos na oferta educacional	85
5.3 Atividades complementares.....	85
5.4 Parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos	88
5.5 Políticas/normatização para estágio supervisionado	93
6. Perfil do Corpo docente e Corpo Técnico administrativo da instituição. .	94
6.1. Requisitos de titulação e experiência profissional do corpo docente:	94
6.2- critérios de seleção e contratação de professores:	94
6.3- Políticas de qualificação e plano de carreira docente:.....	95
6.3.1 Descrever as políticas para qualificação continuada do corpo docente, inclusive de professores para a disciplina Língua Brasileira de Sinais LIBRAS.	95
6.3.2 Plano de carreira para os docentes.....	95

6.4 Regime de trabalho e procedimentos de substituição eventual de professores:	95
6.4.1 Regime de trabalho	95
6.4.2 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro	96
6.5- Cronograma de expansão de corpo docente:	96
6.5.1 Previsão de expansão do corpo docente em relação à expansão dos cursos no prazo de vigência do PDI. Deve ter correlação também com as metas institucionais.	96
6.6- Corpo técnicoadministrativo:	96
6.7- Cronograma de expansão do corpo técnicoadministrativo.	97
7. Organização Administrativa da Instituição	98
7.1 Estrutura Organizacional da IES	98
Seção I – Das Disposições Gerais	98
7.1.1 Do Conselho Superior de Administração	99
7.1.2 Da Diretoria-Geral	100
7.1.3 Do Vice Diretor	102
7.1.4 Das Coordenadorias de Cursos de Graduação.....	103
7.1.5 Dos Colegiados de Cursos de Graduação.....	104
7.1.6 Do Instituto Superior de Educação – ISE.....	106
7.1.7 Dos Órgãos de Assessoramento e Apoio.....	106
7.1.8 Da Assessoria Pedagógica	107
7.1.9 Do Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	108
7.1.10 Da Comissão Própria de Avaliação – CPA	109
7.1.11 Da Ouvidoria	110
7.1.12 Do Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (CAIDH)	111
7.2- Procedimento de Autoavaliação Institucional.....	111
7.2.1 OBJETIVOS:.....	112
7.2.2 METODOLOGIA.....	113
7.2.3 ESTRATÉGIA	113
7.2.4 PROCESSO DE SENSIBILIZAÇÃO:.....	114
7.2.5 COLETA DE DADOS	114
7.2.6 TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES	115
7.2.7 COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS	116
7.2.8 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	117
7.3 PROCEDIMENTOS:.....	118
7.3.1 Primeira Etapa: sensibilização, preparação e divulgação (de abril a setembro de 2015).....	118
7.3.2 Segunda Etapa: desenvolvimento (de setembro de 2015 a dezembro de 2017)	118
7.3.3 Terceira Etapa: Autoavaliação (agosto de 2017).....	119

7.3.4 Quarta Etapa:	121
7.3.5 Estrutura dos relatórios:.....	121
7.3.6 Seminário:.....	121
7.3.7 Documentação, indicadores e fontes.	121
7.4 RECURSOS: HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS.....	122
7.5 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	122
7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
7.6.1 Formas de utilização dos resultados das avaliações	123
TRABALHO DA CPA 2015/2017.....	125
I - Elaboração da Proposta de autoavaliação pela CPA.....	125
II- Sensibilização	125
III - Colocar no site da IES o Plano de Ação da CPA;.....	125
IV - Reunião com os membros da CPA e a gestão, com as coordenações de curso, e com os encarregados de setores e serviços para apresentar o Plano de Ação da CPA e reforçar a importância da autoavaliação e do envolvimento sinérgico de toda a comunidade acadêmica das FIRB;	125
V - Divulgar informações referentes a avaliação de desempenho institucional, os resultados que podemos alcançar e a importância da participação de toda a comunidade para os acadêmicos, professores e colaboradores das FIRB.	125
VI - Construção dos Instrumentos de Coleta de Dados:.....	125
VII - Levantamento de dados:.....	125
VIII - Elaboração de relatório final e apresentação dos resultados à comunidade acadêmica:.....	126
COMPONENTES DO PLANO DE TRABALHO 2015/2017	126
1 - Coleta de dados quantitativos junto aos setores administrativos e pedagógicos da instituição:.....	126
2 - Construção de instrumentos de avaliação para diferentes segmentos da comunidade acadêmica, quando necessário:	126
3 Aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos da comunidade acadêmica:.....	127
Cronograma das ações da autoavaliação Institucional das FIRB em 2015/2017	129
7.7 Procedimento de Atendimentos aos Alunos:.....	130
7.7.1 Funcionamento do órgão de apoio pedagógico e o programa de nivelamento de alunos, assim como as estratégias de acompanhamento dos egressos da IES.....	130
7.8 Políticas de atendimento aos discentes	130
7.8.1 Formas de acesso:.....	130
7.8.2 Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico).....	133
7.8.3 Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos.	133

7.8.4 Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)..	134
7.8.5 Políticas de atendimento aos discentes	134
De acordo com o Regimento Geral da Instituição, Artigo 44, o Núcleo de Apoio ao Estudante é a estrutura de acolhimento aos discentes e ingressantes na Faculdade e é o ponto de atendimento ao aluno, seja qual for o serviço solicitado.	135
7.8.6 Seção II - Do Núcleo de Apoio Psicopedagógico Institucional – NAPI.....	136
7.8.7 Programa de nivelamento de alunos.....	137
O objetivo do programa é auxiliar na revisão de conteúdos básicos aprendidos no Ensino Médio, mas de extrema importância no Ensino Superior, principalmente nos períodos iniciais, nivelando conhecimentos para melhor desempenho na graduação..	137
O programa está dividido em quatro disciplinas: Matemática, Português, Física e Química.	137
7.8.8 Quem pode participar	137
7.8.9 Metodologia.....	137
7.8.10 Estratégias de acompanhamento dos egressos da IES.....	137
8. Infraestrutura e instalações acadêmicas	139
8.1 Ambientes da IES:	139
8.2 Infraestrutura acadêmica – laboratórios específicos.....	140
8.3 Relação equipamento/aluno/curso	140
8.4 Inovações tecnológicas significativas.....	140
8.5 Acervo por área do conhecimento	141
8.6 Política de aquisição, expansão e atualização.	141
8.6.1 IDENTIFICAÇÃO:	142
8.6.2 OBJETIVOS:.....	142
8.6.3 METAS:	142
8.6.4 Serviços oferecidos.....	143
9 – POLÍTICAS DE RECOMPOSIÇÃO E ALARGAMENTO DA CIDADANIA..	143
9.1 Atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida	143
9.2 Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS *	146
9.2.1 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	147
9.3 As políticas e adequações de infraestrutura física, relativas à promoção da acessibilidade, atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, por pessoas portadoras de necessidades especiais, em atendimento ao art. 16, inciso VII, alínea "c" do Decreto nº 5.773/2006 e Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 sustentam a aplicação de mudanças na organização do espaço físico da instituição.....	148

9.4 Para os professores, alunos, funcionários e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, pode proporcionar, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:..... 151

9.4.1 Para a comunidade, há a oferta de: 152

10. DEMONSTRATIVO CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	153
X. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	184
ANEXO I	186
TABELA XII - LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	186
ANEXO II	188
TABELA XIII – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: QUÍMICA	188
ANEXO III	192
TABELA XIV – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: FÍSICA	192
ANEXO IV	193
Tabela XV – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: ELETROTÉCNICA	193
ANEXO V	195
TABELA XVI - LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: ESTRUTURAS E MATERIAIS	195
ANEXO VI	203
TABELA XVII - LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: METROLOGIA	203
ANEXO VII	204
LABORATÓRIO DE MANUFATURA ADITIVA (IMPRESSÃO 3D)	204
ANEXO VIII	205
TABELA XIX – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: TOPOGRAFIA	205
ANEXO IX	206
TABELA XX – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: HIDRÁULICA E SOLOS	206
ANEXO X	207
TABELA XXI - LABORATÓRIO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	207
ANEXO XI	208
TABELA XXII – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: ELETRÔNICA ANALÓGICA E DIGITAL	208
ANEXO XII	210
TABELA XXIII – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: CIRCUITOS ELÉTRICOS, ACIONAMENTOS E ELETROTÉCNICA	210
ANEXO XIII	212
TABELA XXIV – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: INSTRUMENTAÇÃO	212
ANEXO XIV	213
TABELA XXV – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	213

ANEXO XV	214
TABELA XXVI – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: MICROCONTROLADORES E MICROPROCESSADORES	214
ANEXO XVI.....	216
TABELA XXVII – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: COMUNICAÇÃO	216



FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA

RUA RODRIGUES ALVES, 756 – CENTRO – ANDRADINA-SP – CEP 16900-900

A. PORTARIA 21/2016

Diretoria Geral

O Diretor Geral das Faculdades Integradas "Rui Barbosa" de Andradina, Professor Flávio Antonio Moreira, R.G. 5.408.228-6, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 11 inciso I e Artigo 12 inciso I do Regimento Unificado desta Instituição, baixa a presente portaria para aprovar o "Plano de Desenvolvimento Institucional" referente ao quinquênio 2017 a 2021.

Andradina, 30 de outubro de 2016.

Aprovo: _____

B. APRESENTAÇÃO

Com o propósito de se consolidar como instituição reflexiva que pensa a si mesma e consciente de sua missão como formadora de cidadãos com sólida formação ética, solidários e justos, por meio do exercício da gestão democrática, as Faculdades Integradas “Rui Barbosa” – FIRB - apresentam o seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, tendo vigência de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2021, cumprindo uma periodicidade de cinco anos, tendo o seu primeiro ano de desenvolvimento a iniciar-se em janeiro de 2017. O PDI é uma ferramenta de ação política e pedagógica, garantindo uma condução acadêmica de qualidade, no que diz respeito ao papel formativo e social assumido pela Instituição.

Este documento foi pensado e atualizado em sua elaboração, considerando as experiências acumuladas pelas FIRB, em sua cultura, as Diretrizes emanadas do MEC, através do marco legal do SINAES, a avaliação CPA – Comissão Própria de Avaliação, Avaliações internas e externas, os exames nacionais de curso (ENADE), a avaliação do PDI e lições aprendidas do ciclo anterior, as proposições emanadas dos Conselhos de Curso, CEPEX, NDEs, Colegiado dos Coordenadores de Curso, Assessoria Pedagógica, Procuradoria Educacional Institucional e comunidade acadêmica, servindo de parâmetro para os projetos e atividades institucionais.

Posto isto, o PDI das Faculdades Integradas “Rui Barbosa”, doravante, e por um quinquênio, servirá de instrumento de gestão para a Instituição manter suas potencialidades e superar suas fragilidades, na expectativa político-pedagógica de uma prática acadêmica de excelência e referência social.

O PDI anterior (2012-2016) apresentou, por meio do seu Projeto Pedagógico Institucional, diretrizes que fundamentaram o delineamento de metas e ações institucionais. Naquele período algumas delas tiveram a execução e alcance dentro do prazo estipulado e sistematizado pela comunidade acadêmica, o que possibilitou à FIRB reorganizar suas Diretrizes norteando sua trajetória educacional.

Pode-se destacar nesta seara a oferta de novos cursos: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica e Tecnologia em Agrimensura.

A autorização dos cinco cursos e a grande demanda de ingressantes nos mesmos deu às FIRB maior relevância regional permitindo o exercício mais claro e constante de responsabilidade social das FIRB, através de sua política de incentivo financeiro, suas ações sociais, o atendimento prestado à comunidade por meio da ampliação dos espaços acadêmicos e de estudo, como a biblioteca e laboratórios, a aquisição de bibliografias fundamentais para a formação discente, a formação continuada para o docente, a ajuda de custo para que tanto docentes quanto discentes participassem de encontros acadêmicos, a utilização de um sistema acadêmico mais dinâmico e funcional, a contratação de mais colaboradores, tanto docentes quanto técnico-administrativos, a estruturação da Pesquisa como prática de ensino, Iniciação Científica e Extensão, a otimização do funcionamento dos laboratórios, a reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos, a auto capacitação docente internamente por meio da atuação da Assessoria Pedagógica das FIRB com prioridade para os docentes dos cursos de Engenharia.

Entretanto, e por diversas razões, algumas outras metas e ações não foram alcançadas, como a oferta de alguns Cursos de Graduação e Pós-graduação acreditando-se, sobretudo, que o grande inibidor das ofertas tenha sido o cenário financeiro vivenciado pelo país, notadamente, com impacto sobre a política de financiamento ao estudante.

Observa-se que a Comissão Própria de Avaliação – CPA precisa ampliar ainda mais seu espaço, na IES contribuindo para a democratização do processo de gestão.

O NAPI – Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico aos Docentes e Discentes em sua atuação recente, tem se caracterizado como um ente institucional substancial, capaz de estabilizar o desenvolvimento do processo educativo curricular, metodológico e avaliativo dos Cursos.

Os Conselhos avaliam os encontros de discussão como importantes momentos para criticar e propor alternativas de alcance efetivo para o êxito institucional, especialmente o NDE e os Conselhos de Curso.

Andradina, 30 de outubro de 2016.

Flávio Antonio Moreira
Diretor Geral das FIRB

C. INTRODUÇÃO:

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – consiste em um documento em que se definem a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir suas metas e objetivos. (MEC, 2007)

Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos, metas e ações do Plano das FIRB, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações, a manutenção dos padrões de qualidade e, quando pertinente, o orçamento necessário. Deverá apresentar, ainda, um quadro resumo contendo a relação dos principais indicadores de desempenho, que possibilitem comparar, situação atual e futura (durante a vigência do PDI).

Assim sendo, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) busca nortear o caminho a ser seguido pela Instituição, na tentativa de cumprir a sua missão e alcançar seus objetivos.

Vislumbrando um horizonte de cinco anos (conforme estabelece a Resolução CNE/CES 10/2002), é um documento que caracteriza a identidade da Instituição e em sua composição elementar constitui-se da filosofia de trabalho, a declaração da missão e o perfil institucional, as orientações para as diretrizes pedagógicas, as atividades acadêmicas e a infraestrutura que desenvolve e/ou pretende desenvolver nos anos de vigência, e ainda a programação para a oferta de novos cursos.

O PDI constitui-se não apenas como um instrumento de gestão, norteador do caminho a ser seguido e da forma como cumprir sua missão e alcançar seus objetivos; mas também um requisito legal para o recredenciamento de Instituições de Ensino Superior. Portanto, para sua elaboração, alguns aspectos devem ser considerados:

- Há uma base legal que norteia a elaboração do PDI e sua obrigatoriedade para as Instituições que oferecem Ensino Superior;
- Necessidade de alinhamento e integração com planos governamentais, tais como: Plano Nacional de Educação, FFIRB e outros no que couber;
- Necessidade de integração com o processo de Avaliação Institucional - Lei do SINAES;
- Construção conjunta do PPI – Projeto Pedagógico Institucional e o PPC – Projetos Pedagógicos dos Cursos, que devem estar alinhados.

Base Legal:

Considerando, portanto, o PDI como um pré-requisito para o processo regulatório de Instituições Superiores de Educação, alguns dispositivos legais de orientação à elaboração do PDI devem ser observados, sendo eles:

a) Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB).

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e seu art. 46 faz referência ao processo de regulação entre outros subsídios.

b) Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004.

Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Em seu art. 3º o inciso I, traz o Plano de desenvolvimento Institucional como um dos instrumentos para identificar o perfil e o significado de atuação da FIRB.

c) Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006.

Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Em seu art. 15 contempla como pré-requisito do processo regulatório a apresentação do PDI e no art. 16 quais são os elementos mínimos constantes no documento. Conforme definido pelo artigo 16 do Decreto nº 5.773/2006, o Plano de Desenvolvimento Institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes eixos temáticos obrigatórios que são:

Art. 16. O plano de desenvolvimento institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;

V - perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;

VI - organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de autoavaliação institucional e de atendimento aos alunos;

VII - infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas;

c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

VIII - oferta de educação a distância, sua abrangência e polos de apoio presencial;

IX - oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

d) Nota técnica nº. 062/2014 MEC.

Definir a Estrutura do Relato Institucional; e trata da elaboração de um documento institucional, denominado de Relato Institucional, que tem como objetivo destacar o papel das avaliações externas e das avaliações internas, nos

termos da Lei do SINAES, dentro dos processos de gestão institucional. Ou seja, os resultados das avaliações internas e externas devem ser contemplados no PDI da instituição, refletidos através de objetivos, metas e ações institucionais que busquem a melhoria e/ou consolidação dos pontos observados nas avaliações. Este Relato Institucional deve ser organizado da seguinte forma:

- relato avaliativo do PDI;
- síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos da FIRB;
- síntese histórica do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações internas e externas.

Resumindo, este Relato Institucional deve evidenciar a interação entre os resultados do conjunto de avaliações (externas e internas) e suas atividades acadêmico-administrativas, de forma a demonstrar as ações implementadas e as melhorias da FIRB.

e) Nota técnica nº 065/2014 MEC. Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional.

Trata de orientações às Escolas no sentido de destacar a relevância da autoavaliação destas instituições para a educação superior, bem como apresentar sugestão de roteiro para a elaboração dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Educação Superior (FIRB);

A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela CPA, mas que envolve todos os atores que atuam na instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas.

É um processo de indução de qualidade da instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos.

f) Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014.

Aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). O PDI deve estar diretamente ligado às metas 13, 14 e 15, que tratam da Educação Superior no PNE.

g) Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, republicada em 2010.

Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.

h) Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014.

Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, reconhecimento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES

D. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 2017 – 2021.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

Este documento faz uma análise das FIRB e delinea um plano de desenvolvimento institucional para o período 2017-2021.

Está fundamentado em diretrizes legais, teóricas e acadêmicas e tem o objetivo de dotar esta Instituição de um conjunto de proposições que norteiem a sua ação de forma planejada. Atende às exigências legais emanadas do Ministério da Educação e Cultura - MEC e normas específicas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e Conselho Nacional de Educação – CNE, em especial ao Decreto Federal nº 5773 de 09 de maio de 2006 e à Portaria Normativa nº 40 de 12 de dezembro de 2007, republicada em 2010.

O PDI faz parte dos documentos que devem instruir o pedido de credenciamento da Instituição. Diante disto decidiu-se por estruturá-lo de forma que atenda ao que prescreve a Portaria MEC nº 92 de 31/01/2014 tornando-o mais fácil de ser consultado pelas FIRB e pela Comissão de Avaliadores no ato de credenciamento e demais atos avaliativos.

Este norteamento está ancorado na sua condição de instituição de caráter privado, mas extrapola os limites do mercado e amplia sua missão à plena formação do graduando enquanto cidadão do seu tempo.

Desse modo, ao formular o seu plano, projeta o seu futuro, incorporando os interesses maiores da sociedade da qual é parte e toma por base as evidências da realidade, o seu trajeto histórico, seus atores e cenários possíveis.

Para isso, realiza uma análise do marco situacional iniciando pela realidade global existente, com seus problemas, desafios e esperanças, até chegar à realidade regional e local, comparada a uma análise do marco doutrinal, enquanto realidade global desejada que expressa a utopia social e expõe as opções sobre o homem e sobre a sociedade fundamentando essas opções em conceitos teóricos, com todas as implicações sociais, políticas, econômicas desta segunda década do século XXI. Estas análises possibilitam o embasamento imprescindível ao estabelecimento do marco operativo, ou seja, da realidade desejada do campo de ação da Instituição em processo de planejamento, pois expressa o juízo que o grupo faz da sua realidade, em confronto com o ideal traçado para seu fazer. A partir deste julgamento ficam claras as necessidades da Instituição.

Uma vez operacionalizadas as fases anteriores, a Instituição terá condições de eivar a realidade institucional existente de autoconhecimento suficiente para ver mais claro a sua realidade e a prática adequada ao seu caminhar.

As análises de situações permitem identificar atores e interesses divergentes, contextos e ambientes que estão em constante mutação. Isso é fundamental ao planejamento estratégico, entendido no sentido de estabelecer caminhos para alcançar objetivos almeçados, pois propõe transformações para a realidade institucional existente no período do plano, alcançando, não só, as ações propriamente ditas, mas os comportamentos, atitudes, normas, atividades permanentes para modificar a realidade existente e diminuir a distância entre o atual e o desejado pela sociedade e pela Instituição.

A adoção desse modo de caminhar pressupõe o reconhecimento da existência de uma dinâmica conflitiva, com a presença de vários sujeitos na arena política, porque seu traço marcante é a participação efetiva de todos “stakeholders” que estão envolvidos no processo. (tradução: partes interessadas).

Esse ideal de participação efetiva de todos tem como pressuposto criar um espaço voltado à socialização e produção do conhecimento, visando a formação de uma nova cidadania, centrada na superação do individualismo característico de nosso tempo, contribuindo para a concretização de uma cidadania solidária, inerente à nova sociedade planetária que o sonho possível aponta como possibilidade futura da humanidade ainda que distante.

Espera-se que, com esse olhar, as FIRB sejam capazes de definir os seus objetivos e formular o seu plano de desenvolvimento institucional, articulando o local e o global, a qualificação técnica formal e a qualificação social, evidenciando, assim, o caráter de uma instituição sintonizada com o conhecimento universal e, ao mesmo tempo, com os pés fincados no local, em decorrência do seu compromisso real com a sociedade, a partir de um ambiente acadêmico que harmonize a qualificação técnica, a cidadania, a competência profissional, valores, atitudes e habilidades para transitar em todas as realidades com discernimento político e social.

1.1 - Missão, objetivos e metas da Instituição, na sua área de atuação:

MISSÃO:

“Excelência na formação do homem pleno almejando a sociedade igualitária. A missão das FIRB, como instituição de Educação Superior de caráter privado, é

educar para garantir a formação de cidadãos aprendentes, diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade intelectual, ética, estética, ambiental e social”.

VISÃO:

Consolidar-se como instituição referenciada regional e nacionalmente pela excelência no ensino, pesquisa e extensão, na formação profissional diferenciada, na eficiência da gestão de seus processos internos, na solidez de suas ações educativas e por sua harmoniosa integração com o desenvolvimento da sociedade.

VALORES:

- Ética;
- Solidariedade;
- Responsabilidade Social e Ambiental;
- Comprometimento;
- Transparência;
- Respeito; e,
- Gestão Democrática.

Assim, os objetivos institucionais da Sociedade Cultural de Andradina, LTDA – SOCAN, por meio das Faculdades Integradas “Rui Barbosa”, estão elencados abaixo:

1. Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua;
2. Ofertar ensino superior nas áreas fundamentais do conhecimento, que proporcione educação integral e permanente com o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

3. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
4. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais, regionais e locais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde está inserida e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade através da manutenção permanente de programas de atendimento, campanhas e programas especiais nas áreas em que oferece cursos de graduação e pós-graduação;
5. Promover e praticar a extensão, aberta à participação da população, como instrumento de integração da instituição à comunidade, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino superior responsável, da criação cultural gerados na instituição, através de metodologias inovadoras, cursos, convênios e outros meios;
6. Colaborar para o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional como organismo de consulta, assessoramento e de prestação de serviços em assuntos de ensino e extensão;
7. Atuar como uma instituição democrática, canal de manifestação de diferentes correntes de pensamento em clima de liberdade, responsabilidade e respeito pelos direitos individuais e coletivos;
8. Estimular a criação cultural e preservar a cultura como forma de fazer emergir a identidade regional em seus valores étnicos, artísticos, espirituais, sociais e econômicos pelas manifestações e criações da comunidade;
9. Instigar a necessidade permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização, por meio da promoção e desenvolvimento de cursos de pós-graduação para aprimoramento profissional e como instrumento de integração da instituição à comunidade de sua área de influência;
10. Promover a integração e o intercâmbio com instituições congêneres, públicas e privadas nas diversas áreas de atividades.
11. Empreender uma gestão que tenha como foco principal a implementação de um sistema contínuo e permanente de avaliação, buscando no resultado das ações aprendidas da avaliação institucional o subsídio para o planejamento das FIRB.

12. Fortalecer uma gestão participativa e democrática, pautada em princípios éticos, que possibilite a efetiva participação da comunidade acadêmica no processo decisório da instituição;
13. Incentivar a qualificação e o Desenvolvimento profissional do corpo docente e técnico-administrativo, por meio de uma política de apoio institucional de frequência à cursos de graduação e ou pós-graduação lato sensu que garanta o seu aprimoramento contínuo e sua satisfação profissional;
14. Implementar o planejamento dos Setores administrativos e acadêmicos das FIRB, garantindo a execução das políticas institucionais;
- 15- Desenvolver projetos de reestruturação e adaptação das instalações físicas das FIRB, contemplando aspectos de acessibilidade, segurança, gestão ambiental, mobiliário e equipamentos;

Os objetivos específicos para o período de vigência do PDI:

- a) ampliar a quantidade de cursos nas diversas áreas do conhecimento com base em pesquisa realizada na área de influência do município de Andradina.
- b) reformular, anualmente, o trabalho que está sendo desenvolvido com base nos dados apontados pelas avaliações institucionais;
- c) disponibilizar laboratórios para atender às demandas dos cursos;
- d) realizar manutenção e atualizados atualização dos equipamentos tecnológicos de uso de docentes e discentes;
- e) adquirir equipamentos tecnológicos voltados ao processo de ensino e aprendizagem conforme a demanda;
- f) incentivar a pesquisa científica, fomentando projetos por área de conhecimento – ciências sociais aplicadas, exatas e humanas, promovendo a trans e a interdisciplinaridade - além de buscar outras formas de financiamento nas parceiras com as empresas e entidades de fomento de pesquisa;
- g) firmar parceria e/ou convênio com outras instituições de ensino superior, buscando utilizar, de forma compartilhada, os projetos e os laboratórios específicos;
- h) aumentar o número de mestres e doutores, contratando professores com titulação mínima de mestre;
- i) melhorar o conceito satisfatório no IGC;
- j) manter pessoal docente e técnico administrativo atualizados, promovendo os encontros de desenvolvimento e capacitação específico;

- k) atualizar e aumentar a quantidade dos equipamentos de informática; e,
- l) ampliar as atividades de extensão;

Para alcançar os objetivos específicos acima elencados, metas são estabelecidas com ações pertinentes à realização da Missão e visando à concretização do Perfil do Egresso das FIRB conforme descrito abaixo:

No que se refere à **gestão**:

- fortalecer e garantir os trabalhos de avaliação desenvolvidos pela CPA que geram subsídios para o planejamento das FIRB;
- fortalecer uma gestão participativa e democrática, pautada em princípios éticos, que possibilite a efetiva participação da comunidade acadêmica no processo decisório da instituição;
- fomentar a qualificação e o desenvolvimento profissional do corpo docente e técnico-administrativo, por meio de uma política de desenvolvimento profissional, que garanta o seu aprimoramento contínuo e sua satisfação profissional;
- fomentar o planejamento dos setores administrativos e acadêmicos da Instituição, garantindo a execução das políticas institucionais;
- desenvolver projetos de reestruturação e adaptação das instalações físicas das FIRB, contemplando aspectos de acessibilidade, segurança, gestão ambiental, mobiliário e equipamentos;
- estimular a utilização de ferramentas de TI e a implantação de procedimentos e rotinas administrativas com vistas à otimização das atividades de setores administrativos e acadêmicos;
- desenvolver um sistema amplo, eficiente e eficaz, de informações sobre a FIRB, que impacte positivamente na comunidade externa;
- garantir a sustentabilidade financeira da FIRB, a manutenção de sua política de pessoal e os recursos necessários para o cumprimento de sua missão institucional; e,
- aumentar a robustez do arcabouço jurídico institucional com a finalidade de manter a instituição regulamentada, atualizada e funcionando em consonância com as exigências legais.

No que se refere ao **ensino**

- consolidar a formação de profissionais com habilidades e competências superiores analisando as demandas do mercado local e nacional, com

vistas à sistematização de processos educativos problematizadores, contextualizadores, flexibilizadores e realistas;

- fortalecer a articulação da teoria com a prática, por meio de atividades acadêmicas (iniciação científica, extensão, estágios curriculares, estágios não obrigatórios e atividades complementares, simulações, visitas técnicas e práticas de laboratórios);
- desenvolver a gestão acadêmica no que tange à dinâmica do processo de ensino e aprendizagem em articulação com o NAPI, aos Docentes e Discentes das FIRB;
- ofertar, de forma processual e sistemática, 20% da carga horária dos cursos na modalidade EAD;
- estimular o intercâmbio interinstitucional de docentes e discentes, em nível regional, estadual e nacional e internacional;
- garantir a qualidade na execução do processo de ensino e aprendizagem, atendendo às expectativas dos participantes e ampliando as suas possibilidades de acesso ao mundo do trabalho.

No que se refere à **pesquisa**

- constituir a pesquisa como um dos pilares da formação superior, estabelecendo condições possíveis para a inserção de docentes e discentes nesta atividade;
- fortalecer a divulgação de resultados da pesquisa produzida no âmbito das FIRB, por meio de publicações em periódicos e outros formatos editoriais, bem como da promoção e participação em eventos científicos.

No que se refere à **extensão**

- promover e fortalecer a relação Faculdade x Comunidade, por meio de projetos de extensão;
- consolidar a extensão como atividade acadêmica estruturante do currículo dos cursos de graduação das FIRB;
- estabelecer ações de extensão articuladas à política de Responsabilidade Social das FIRB; e,
- consolidar a extensão como atividade acadêmica estruturante do currículo dos cursos de graduação da FIRB.

No que se refere à **pós-graduação:**

- fortalecer a pós-graduação no âmbito das FIRB como locus de produção e difusão de conhecimentos;
- aproximar a graduação da pós-graduação, por meio da integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- implementar a aproximação das FIRB com a indústria, comércio e o terceiro setor para identificação de temas de estudo auxiliares no desenvolvimento sócio econômico e ambiental da região; e,
- fomentar a inserção social dos temas de monografias na aproximação dos problemas vivenciados pela população regional e nacional.

As metas descritas acima, para cada nível do ensino, estão relacionadas a objetivos, os quais deverão ser alcançados no período de 2017 a 2021, por meio de ações, cada qual com seu responsável, o que envolve, respeitando a atuação de cada um, todos os envolvidos com a missão das FIRB de forma que também envolva e atinja diferentes setores da comunidade.

Para cumprir as metas estabelecidas as FIRB se propõem as seguintes ações para o período de vigência do PDI:

- Fortalecer a autonomia da CPA, especialmente, quanto à valorização das recomendações realizadas ao final de cada ciclo avaliativo;
- Prover condições efetivas para participação dos membros docentes, discentes e técnico administrativos nos trabalhos da Comissão Própria de Avaliação;
- Aprimorar o Mecanismo de Acompanhamento de Egressos, como instrumento de avaliação institucional;
- Incentivar a participação do corpo docente, discente e técnico administrativo nos órgãos colegiados, como forma estratégica de consolidação dos princípios e políticas da FIRB;
- Estabelecer reuniões periódicas para discussão e análise do PDI; e,
- Divulgar e discutir com os colaboradores sobre a política interna das FIRB.
- Buscar profissionais qualificados para compor o quadro docente das FIRB;
- Realizar processos seletivos para contratação de docentes e funcionários técnico administrativo, conforme a demanda da instituição;
- Levantamento de demandas do quadro de pessoal quanto às condições de trabalho e necessidades de qualificação profissional, no que se refere às atividades específicas dos diferentes setores da FIRB, com vistas à intervenção; e,
- Sistematizar a formação continuada de docentes e corpo técnico administrativo, por meio dos Projetos institucionais de desenvolvimento e Capacitação Docente.

- Criação da comissão de planejamento e gestão, composta por Coordenadores de cursos, Assessoria Pedagógica assim como pelos representantes de cada setor das FIRB, para o desenvolvimento e avaliação da política de planejamento das FIRB e,
 - Sistematizar, por setor, rotina de acompanhamento, orientação e avaliação dos planos de ação e de sua otimização.
 - Elaborar e executar projetos que se destinem a melhorar a estrutura física das FIRB, visando qualidade na oferta de serviços à comunidade;
 - Atualizar acervo bibliográfico condizente com a proposta curricular de cada curso de graduação das FIRB;
 - Sistematizar rotinas de manutenção e conservação do patrimônio físico e bibliográfico das FIRB;
 - Adquirir, conforme a necessidade, equipamentos e recursos voltados para alunos com NEE; e,
 - Melhorar as condições de acessibilidade.
 - Realizar cursos de atualização com os colaboradores das FIRB, visando, conforme as necessidades do setor, a utilização das ferramentas do sistema de gestão e controle acadêmico, de acordo com a finalidade dos setores e,
 - Estimular o uso das ferramentas de TI na execução das rotinas dos setores;
 - Reestruturar o site das FIRB, bem como suas redes sociais.
 - Realizar campanhas de divulgação, utilizando os diversos meios de comunicação existentes;
 - Compartilhar os resultados da avaliação externa das FIRB, enfatizando os indicadores de qualidade;
 - Dar efetividade ao Mecanismo de Acompanhamento de Egressos.
 - Definir política de assistência ao aluno, além do que já se tem nas FIRB;
 - Capacitar os funcionários no que diz respeito ao atendimento ao aluno, garantindo a eficiência e a efetividade dos serviços prestados, observando a política institucional; e,
 - Estabelecer parcerias e convênios com os órgãos públicos e privados para implantação dos programas de inclusão social.
 - Mensurar gastos e investimentos para o desdobramento quinquenal do PDI 2017 – 2021.
- Investir em atualização profissional.

- Atualização periódica dos PPC's em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais promovendo a integração horizontal e vertical, respeitando os eixos estabelecidos e a interdisciplinaridade;
- Incorporação aos PPC's dos cursos, do que couber, quanto às diretrizes do PDI;
- Avaliar periodicamente da implementação dos PPC's, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais e com o PDI, incorporando, no que couber, as sugestões de reformulação necessárias, considerando a avaliação interna e externa, as recomendações do NDE e conselho de cursos, bem como CPA e NAPI;
- Acompanhar, orientar supervisionar planejamentos e avaliações curriculares, com vistas à percepção de aprendizagens;
- Traçar planejamentos e avaliações que valorizem as demandas do mercado, os projetos de curso e o perfil de egresso;
- Elaborar planejamentos e avaliações com viés histórico-crítico, focado na aplicação de metodologia ativa;
- Fortalecer a formação continuada aos coordenadores e docentes, quanto aos pressupostos filosóficos e pedagógicos das FIRB;
- Acompanhar o desenvolvimento das habilidades e competências pessoais, profissionais e sociais de alunos e professores;
- Acompanhar, orientar e avaliar o desenvolvimento acadêmico de alunos e professores;
- Promover Encontros Pedagógicos e executar Projetos institucionais com natureza acadêmica;
- Aplicar um currículo interdisciplinar centrado em teoria, prática, pesquisa, extensão, socialização de resultados e estágio;
- Sistematizar e desenvolver semanas acadêmicas e de iniciação científica com o planejamento de coordenações de curso, e Assessoria Pedagógica.
- Implantar a monitoria e a iniciação científica em ciclos semestrais;
- Ofertar cursos extensão, voltado aos alunos e a comunidade em geral;
- Estabelecer convênios com empresas e órgãos públicos, no que se refere à realização de estágios obrigatórios, ampliando a oferta de campos de estágio;
- Renovar e atualizar os convênios existentes para a realização de estágios;
- Sistematizar calendário de eventos de semanas acadêmicas e de iniciação científica nas FIRB, com temáticas relevantes para a formação discente.

- Realizar encontro semestral de discussão do planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, envolvendo todos os cursos das FIRB, sob a coordenação da Assessoria Pedagógica;
- Fortalecer os encontros de planejamento pedagógico semestrais, tendo em vista o desenvolvimento das diretrizes e metas do PDI e dos PPC's dos cursos, no que se refere ao aspecto pedagógico;
- Realizar reuniões semanais entre o Colegiado de Coordenadores de Cursos com a Assessoria Pedagógica para avaliar e planejar o andamento das atividades pedagógicas;
- Promover uma avaliação do trabalho didático junto aos docentes e coordenação;
- Ofertar, periodicamente, cursos de capacitação aos docentes com temáticas relacionadas à formação pedagógica;
- Fornecer orientação individualizada aos docentes, no que se refere ao referencial pedagógico das FIRB e sua operacionalização no trabalho didático;
- Acompanhar, orientar e avaliar o desempenho discente.
- Implantação da plataforma de ensino online;
- Realização de aulas, na modalidade à distância;
- Criação de plantão de dúvidas virtual por meio da plataforma de ensino à distância;
- Seleção e qualificação de docente e de tutor para execução do regime curricular na modalidade de 20% da carga horária na modalidade a distância;
- Planejamento curricular com os docentes;
- Elaboração de um regulamento com normas para educação a distância.
- Montar regulamento para subsidiar as ações de intercâmbio interinstitucional;
- Submeter e aprovar o regulamento mediante os órgãos deliberativos das FIRB;
- Empreender parcerias, visando à implementação das ações de intercâmbio interinstitucional.
- Realizar levantamento de demanda junto a comunidade andradinense e regional para a implementação de novos cursos de Graduação e Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Ofertar Nivelamento Acadêmico aos alunos ingressantes e com dificuldades perceptíveis em conteúdos básicos como Física, Química, Matemática e Língua Portuguesa.;
- Selecionar e manter professores com qualificação *stricto sensu* para o exercício docente no magistério superior das FIRB;

- Consolidar os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação, primando pela qualidade e pelo desenvolvimento de competências e habilidades científicas e técnico-profissionais;
- Incorporar nas atividades acadêmicas e avaliativas a lógica da linguagem ENADE;
- Elaborar o regulamento das ações de intercâmbio, compreendendo ações que contemplem a graduação e pós-graduação;
- Pesquisa, como órgão consultivo em termos de políticas de desenvolvimento da pesquisa no âmbito das FIRB;
- Publicar, anualmente, pelo menos um volume da Revista InterAtividade, contendo os resultados das pesquisas desenvolvidas;
- Realizar na Semana Acadêmica de cada Curso a publicação das pesquisas realizadas – em andamento e concluídas;
- Promover Fórum permanente de pesquisa, com representação docente, discente e da administração das Faculdades, para discutir, formular e avaliar a política de pesquisa das FIRB;
- Criar um programa de Bolsas de iniciação científica;
- Definir linhas de pesquisa interdisciplinares.
- Atualizar as normas e sistematizar o desenvolvimento da Pesquisa nas FIRB.
- Desenvolver um programa de pesquisa, em consonância com o perfil das FIRB;
- Constituir o Comitê de Ética em Pesquisa das FIRB;
- Articular o currículo desenvolvido nas FIRB aos objetivos de pesquisa, atribuindo relevância ao que se pretende ensinar;
- Tornar as Semanas Acadêmicas e de Iniciação Científica como produto do desenvolvimento da pesquisa nas FIRB;
- Elaborar projetos de pesquisa e submeter à aprovação de instituições que visam o fomento à pesquisa.
- Desenvolver um planejamento financeiro das FIRB para subsidiar a divulgação, escrita e oral, de resultados de pesquisas produzidas no âmbito das FIRB, em fóruns acadêmicos e periódicos;
- Destinar uma publicação especial da Revista InterAtividade por ano para a publicação de resultados das pesquisas desenvolvidas por docentes e discentes das FIRB, (monografia e artigos);
- Criar um repositório institucional para disponibilizar obras produzidas por docentes e discentes das FIRB, em formato virtual, por meio do website das FIRB;

- Instituir Projetos de Extensão, vinculados ao CEPEX e Coordenações de Cursos, como política de desenvolvimento da extensão no âmbito das FIRB.
- Promover um Fórum permanente de extensão, com representação docente, discente e da administração da faculdade, para discutir, formular e avaliar a política de extensão das FIRB
- Observar o currículo acadêmico no desdobramento das ações de extensão.
- Planejar e executar projetos na comunidade externa - Ofertar à comunidade andradinense os serviços dos Laboratórios de prática profissional das FIRB;
- Desenvolver ações sociais e outros eventos que proporcionem a efetiva participação da comunidade externa;
- Promover a divulgação dos resultados dos projetos desenvolvidos pelas FIRB;
- Criar nas FIRB acervo sobre as ações extensionistas, gerando fonte de pesquisa para trabalhos acadêmicos;
- Lançar editais de Estímulo a projetos e ações de extensão;
- Garantir a concessão de bolsas de extensão em quantidade suficiente para atender de forma equitativa à demanda dos diferentes cursos de graduação;
- Ampliar o *rol* de cursos de pós-graduação *lato sensu*, conforme a demanda local;
- Revisão das normas internas para a pós-graduação, gerando a elaboração de um regulamento próprio, em conformidade com a política, financeira, administrativa e pedagógica das FIRB;
- Reestruturação da Coordenadoria de Pós-graduação;
- Criação do catálogo de curso da pós-graduação.
- Acompanhar, orientar e avaliar os docentes da Pós-Graduação;
- Acompanhar e orientar os discentes da Pós-Graduação;
- Sistematizar o planejamento e a avaliação da Pós-Graduação
- Conceder incentivos aos alunos egressos da graduação para o ingresso na pós-graduação, observando o necessário ajustamento curricular, conforme as demandas do MEC e do mundo do trabalho, além das institucionais;
- Promover a divulgação dos cursos de pós-graduação;
- Estimular a criação de grupos de estudos e pesquisa envolvendo docentes e discentes da graduação e pós-graduação,
- Realizar atividades comuns a alunos da graduação e pós-graduação, além das atividades de extensão.
- Criar grupos de pesquisa e extensão que operacionalizem os projetos em parceria.

1.2 - Histórico e desenvolvimento da instituição de ensino

Andradina integra a Região Administrativa de Araçatuba, Estado de São Paulo que congrega 47 municípios. É conhecida por suas características econômicas como produtora agropecuária, comércio regional, atendimento médico especializado.

De acordo com dados recentes publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com base no censo demográfico realizado no ano de 2015, a população total do Território é de 181.710 habitantes, sendo os municípios mais populosos Andradina (57.250), Mirandópolis (29.043), Ilha Solteira (26.344), Pereira Barreto (25767) e Castilho (19873). Todos os outros municípios têm população abaixo de dez mil habitantes.

No entorno de Andradina, ocorrem quatro principais cursos de água: Rio Tietê (Reservatório da Usina Hidrelétrica Três Irmãos), Ribeirão Iguatemi, Córrego São Pedro e Córrego Macaé, o que a torna importante em termos de recursos hídricos, apresentando-se como polo gerador de energia elétrica.

O aquífero Guarani se estende nos territórios do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, abrigados pela Bacia Sedimentar do Paraná. No Brasil, abrange uma área de 840 mil Km², que equivale a 2/3 da sua área total. No município de Andradina o aquífero Guarani encontra-se a uma profundidade de 1500 m.

A cidade de Andradina possui uma boa estrutura viária, o transporte regional de longa distância é possibilitado pela Rodovia Marechal Rondon, pela Ferrovia Noroeste, pelo aeroporto de Araçatuba/SP e Três Lagoas/MS e pela hidrovía Tietê-Paraná. Além disso, a malha ferroviária possui integração com as malhas estaduais e nacionais, sendo sua estrutura considerada multimodal. Outra importante estrutura da região é a presença do Gasoduto Brasil-Bolívia que atravessa os municípios de Castilho, Nova Independência, Andradina, Murutinga do Sul, Guaraçai e Mirandópolis.

Historicamente, a região esteve vinculada à exploração cafeeira no estado, ou seja, predatória buscando terras novas e mais férteis. O café trouxe consigo a movimentação de capital nessas novas áreas e grande afluxo de população para trabalhar na lavoura. Apoiando este processo, a ferrovia contribuiu na fixação desta mão de obra em vários núcleos.

A partir da lavoura do café e do contingente populacional alocado, abriu-se caminho para instalação de novas culturas na região como o algodão e outras para suprir a produção de alimentos necessários a uma região distante com altos custos de importação destes produtos. Com a queda do café, a opção econômica adotada foi à pecuária de corte que afetou marcadamente a estrutura fundiária da região. O desenvolvimento experimentado pela bovinocultura deveu-se, em grande parte, a sua localização em relação aos estados de Goiás e Mato Grosso aliada às facilidades locais de transporte, com acessos para os mercados consumidores nacionais, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo. A região especializou-se na fase final de engorda com a instalação de frigoríficos e de pastagens extensas.

O comércio local, assim como a indústria, conseqüentemente, vincularam-se às atividades agropecuárias da região e ambos não foram forças suficientes para impulsionar o crescimento dos centros urbanos. Estes também não absorveram de forma adequada a população de trabalhadores rurais que, trazidos pela cafeicultura e cotonicultura, se viu obrigada a migrar para os centros urbanos quando da expansão da bovinocultura de corte.

Atualmente, a monocultura da cana de açúcar se espalha pela região, sendo apontada pelos agentes sociais locais como um problema a ser superado, uma vez que ocupa grandes áreas, comprimindo as áreas familiares quando não as incorpora.

Quanto a oferta de emprego, de acordo com as informações apresentadas, no período entre 2011 e 2015, no conjunto dos municípios, o total de empregos formais, subiu do patamar de 26 mil empregos para 29 mil, resultando em um aumento de 11,8%. Em Mirandópolis, Andradina e Ilha Solteira, as variações foram maiores: 35%, 42%, e 37%, respectivamente. Em Castilho houve aumento de 20% no nível de emprego e de Murutinga do Sul, 15%. Os demais municípios apresentaram variações nos índices de emprego menores que 13%.

O município de Andradina possui, de acordo com o último censo municipal, em 2015, 25.500 domicílios, sendo 23.842 (93,5%) próprios, 383 (1,5%) alugados, 1.275 (5%) com outra condição e os tipos de moradia variam desde construções de alvenaria até barracos de madeira. O déficit habitacional corresponde a 6,5% ou seja, faltam 1.658 moradias.

Quanto ao saneamento básico, 23.125 domicílios (99%) estão ligados à rede de água, 19.383 (82,98%) estão conectados à rede de esgoto e 23.359

(100%) domicílios têm coleta regular de lixo e coleta seletiva. Os resíduos domiciliares são encaminhados para Usina de Reciclagem e os resíduos hospitalares são recolhidos conforme a RD 50, por firma terceirizada.

O município conta com a distribuição de energia elétrica para toda a área urbana e rural do município o que proporciona conforto e possibilidade de expansão da área industrial no município.

O sistema de transporte coletivo público está disponível para os estudantes, que residem na Zona Rural do município e dele necessitam para chegarem às escolas localizadas na Zona Urbana. Além disto, conta-se, ainda, com uma empresa coletiva privada, da qual se utiliza a comunidade, em seus deslocamentos dentro do perímetro urbano. O transporte dos trabalhadores rurais fica a cargo das empresas terceirizadas que trabalham para as usinas de álcool. O município mantém a Central de Ambulâncias, responsável pelo transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio, seja de ônibus, vans ou ambulâncias.

Quanto à educação, Andradina possui 52 unidades escolares, incluindo o pré-escolar, fundamental e ensino médio. Destas, 41 são públicas e 11 particulares. A taxa de analfabetismo é de ordem de 9,45%.

Para o lazer, existem, na cidade, vários clubes recreativos, alguns campos de futebol de chão batido, um CSU (Centro Social Urbano) e três centros de convivência dos idosos, dois centros culturais. Inclui-se, ainda, a pesca como outra opção.

Apesar de alguns avanços na área da saúde, Andradina carece de alguns serviços especializados, em especial da área médica, tendo que se valer de encaminhamentos para as cidades de referência ou mesmo para a capital do estado quando necessário.

O sistema público de saúde está estruturado da seguinte forma: 01 hospital filantrópico de 100 leitos para internações, sendo 73 para SUS; 01 pronto socorro municipal, no hospital há o Instituto de Hemodiálise que atende Andradina e Região, 05 Unidades Básicas de Saúde, 01 equipe de ESF (Estratégia Saúde da Família) Qualis e 10 equipes de ESF (Estratégia Saúde da Família) Urbanas; 01 ambulatório de especialidades médicas e 01 consórcio intermunicipal de saúde (Consaúde).

Possui serviços de vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, centro de controle de vetores e zoonoses, que realizam as seguintes atividades: notificação e monitorização das doenças de notificação compulsória, vistorias e

fiscalização de estabelecimentos comerciais (drogarias, clínicas dentárias e médicas, serviços de manipulação de alimentos, produtos de limpeza e higiene, entre outros). Além disso, o combate e monitorização da Dengue, Leishmaniose Visceral, Raiva Canina e Felina, escorpião, entre outras ocorrências que afetam a saúde pública.

Andradina também sedia o Ambulatório Médico de Especialidades e de Diagnóstico (AME), o que garante ao município e região atendimento de vinte e seis especialidades médicas e Diagnose. Além disso, é a referência para acompanhamento de gestante de risco, com realização de cirurgias de cataratas, vasectomia e pequenas cirurgias.

Considerando o contexto histórico e socioeconômico apresentado, vale ressaltar que as Faculdades Integradas “Rui Barbosa”, originalmente criada na década de 1960, com o objetivo de suprir o município de Andradina e demais cidades vizinhas com um ensino superior de qualidade e acessível foi criada, já que a população, até então, era obrigada a se deslocar para centros maiores como Araçatuba, Lins, São José do Rio Preto e outras, uma opção que os jovens de menor poder aquisitivo não tinham acesso, levando-se em conta os custos de transporte e estadias.

Devidamente regularizada junto ao Ministério da Educação e reconhecida para atuar segundo sua missão, a instituição tem apresentado crescimento importante nos últimos anos em suas atividades didático-pedagógicas, cujo objetivo é o de promover o desenvolvimento educacional da região de Andradina e municípios vizinhos, por meio da oferta de educação superior de qualidade, sustentado na lógica da formação de competências, para o mercado de trabalho, formação para a cidadania plena e integrado à pesquisa e à extensão.

Assim, as FIRB estão comprometidas com a construção do saber, com a pesquisa, com as inovações, com o ensino e a formação profissional que contemplem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à atuação do cidadão e à transformação da região em que se encontra, de forma a contribuir para um desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, como centro de formação de recursos humanos, a Instituição se preocupa com a dinâmica do desenvolvimento regional em todas as áreas do conhecimento e busca, na trajetória acadêmica de seu corpo discente, a formação comprometida com o progresso da região, já que tem uma concepção

pedagógica inovadora, apoiada em metodologias ativas do processo de ensino e de aprendizagem que incorporam, necessariamente, a pesquisa e a extensão.

Atualmente, a IES oferece os cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Pedagogia, Letras – Licenciatura em Português e Inglês, Letras Licenciatura em Português e Espanhol Tecnologia em Agrimensura.

Os cursos são oferecidos conforme as seguintes áreas de conhecimento, abertas a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo para cursarem a graduação:

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS:

- Licenciatura em Pedagogia (início fevereiro de 1970).

ÁREA DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES:

- Letras: Licenciatura em Português e Inglês e respectivas literaturas (início em fevereiro de 1970);

- Letras: Licenciatura em Português e Espanhol e respectivas literaturas (início em fevereiro de 2010).

ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS:

- Ciências Contábeis (início em fevereiro de 1996);

- Administração (início em fevereiro de 1997).

ÁREA DAS ENGENHARIAS:

- Engenharia Civil (início em fevereiro de 2012);

- Engenharia de Produção (início de fevereiro de 2012);

- Engenharia Elétrica (início em fevereiro de 2015);

- Engenharia Mecânica (início em fevereiro de 2015).

ÁREA DE TECNOLÓGICOS:

- Tecnologia em Agrimensura (início em fevereiro de 2015).

Atualmente, os 5 (cinco) cursos, devidamente autorizados, seguem listados abaixo, sendo que os 2 (dois) primeiros estão em processo de reconhecimento:

- Engenharia Civil (autorizado pela Portaria Ministerial nº 321 de 02/08/2011 publicada no DOU nº 149 de 04/08/2011) – Início de funcionamento: 13/02/2012.
- Engenharia de Produção (autorizado pela Portaria Ministerial nº 501 de 22/12/2011 publicada no DOU nº 247 de 26/12/2011) – início de funcionamento: 13/02/2012.
- Engenharia Mecânica (autorizado pela Portaria Ministerial nº 341 de 29/05/2014 publicada no DOU nº 102 de 30/05/2014) – início de funcionamento: 18/02/2015.
- Engenharia Elétrica (autorizado pela Portaria Ministerial nº 362 de 02/07/2014 publicada no DOU nº 125 de 03/07/2014) – início de funcionamento: 18/02/2015.
- Tecnologia em Agrimensura (autorizado pela Portaria Ministerial nº 211 de 27/03/2014 publicado no DOU nº 60 de 28/03/2014) – início de funcionamento: 18/02/2015.

Além destes, possuem 3 (três) cursos reconhecidos e com Renovação de Reconhecimento publicados por Portarias no DOU:

- Pedagogia: (autorizado pelo Decreto 66.459 publicado no DOU de 17/04/1970. Renovado Reconhecimento pela Portaria nº 286, de 21/12/2012, publicada no DOU nº 249, de 27/12/2012, e nova Renovação de Reconhecimento pela Portaria nº 794, de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016 – início de funcionamento: 16/02/1971.
- Ciências Contábeis: (autorizado pelo Decreto s/n de 14/03/1995 publicado no DOU de 15/03/1995 – início de funcionamento 16/02/1996. Renovado Reconhecimento pela Portaria nº 705, de 18/12/2013, publicada no DOU nº 246 de 19/12/2-13 – início de funcionamento: 16/02/1996
- Administração: (autorizado pelo Decreto s/n de 06/02/1996, publicado no DOU de 07/02/1996 – início de funcionamento 16/02/1997. Renovado Reconhecimento pela Portaria nº 705, de 18/12/2013, publicada no DOU nº 246, de 19/12/2-13 – início de funcionamento: 16/02/1996.

Para os cursos de Engenharia Civil, Mecânica, Elétrica e Produção foram criados os laboratórios de Resistência de Materiais, Informática, Física, Química, Eletrotécnica, Metrologia, Manufatura Aditiva, Impressão 3D, Estruturas e Materiais, Hidráulica e Solos que oferecem prática real aos acadêmicos dos cursos.

Para Pedagogia, implementou-se a Brinquedoteca Hospitalar e Brinquedoteca Comunitária, nas quais as alunas de Pedagogia estagiam como brinquedistas.

Para Administração e Ciências Contábeis, criou-se a FIRB Júnior que além de proporcionar atividades práticas aos alunos ainda presta serviços à pequenas e microempresas. **Laboratório de informática**

Assim, considerando o contexto regional da cidade de Andradina, a partir das origens e demandas socioeconômicas, tecnológicas e culturais, a instituição tem-se inserido ativamente na comunidade por meio das unidades de apoio a seus cursos, promovendo intercâmbio de saberes e oportunidades reais de aprendizagem e aprimoramento a seus estudantes.

1.2.1. Item sucinto contemplando análise crítica do PDI anterior, ressaltando os objetivos e metas alcançados, bem como justificando aqueles não atingidos.

Os objetivos e metas previstos no PDI 2012 a 2016, foram alcançados em sua maioria, tais como a modernização de um modelo de gestão atualizado, democrático e participativo; adoção de práticas de ensino, investigação e extensão identificadas com os diversos cursos e áreas do conhecimento, exigências do novo século e mais voltados para a assunção de responsabilidade social; ampliação de convênios, parcerias com empresas e rede pública de escolas para realização de estágios e desenvolvimento de atividades de iniciação científica; conquista de resultados positivos no ENADE em todos os cursos da Instituição; reestruturação de todos os currículos e respectivos projetos político-pedagógicos visando a excelência do ensino, considerando-se os resultados da Autoavaliação Institucional, os resultados dos ENADES e as Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC. Implantação de cinco novos cursos autorizados e em funcionamento: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica, Tecnologia em Agrimensura.

Os aspectos financeiros e orçamentários do PDI 2012 a 2016, contemplaram o investimento em capacitação de docentes e não docentes, a ampliação do acervo bibliográfico, ampliação da infraestrutura física e o desenvolvimento de projetos inovadores que foram realizados parcialmente, proporcionais ao equilíbrio financeiro da Instituição em face de alta inadimplência, queda da economia três anos seguidos, a partir de 2014, aumento do desemprego ainda acentuado em 2016 – chegando a 12 milhões, e a redução crescente de oferta de vagas no FFIRB, consequência da política governamental constante no período de 2012 a 2016.

1.3- É Instituição Tecnológica?

Oferece cursos de Educação Superior em Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico.

1.4- Ano de início do PDI.

O Ano de início de vigência do PDI é 2017.

1.5. Ano de término do PDI.

A vigência do PDI é até 2021.

2 - PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 Princípios pedagógicos que orientam a ação educativa da IES.

A ação educativa da IES se baseia em princípios:

- a) A aprendizagem é uma aquisição que acontece por ato do sujeito, e depende de metodologia e ritmo adequados desenvolvidos por um mediador competente, pois todo processo de aprendizagem acontece a partir da ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento interagindo com outros sujeitos. Esta atuação de construção e apropriação do conhecimento implica em ter um tempo para a construção e apropriação;
- b) Valorização da pesquisa como um instrumento de conhecimento analítico e transformador;
- c) promoção de ações de recuperação de conteúdos, principalmente para alunos ingressantes e com defasagem de conteúdos.

O princípio pedagógico que norteará as ações educativas da IES será aquele descrito como Pedagogia Interativa, onde o aluno tem a condição de ser sujeito ativo no processo de aquisição de conhecimento. No entanto, inovações pedagógicas serão propostas para este período de cinco anos que serão descritas a seguir:

- a) Projeto de pesquisa e iniciação científica como ferramenta de aprendizagem e troca de informação, este projeto contará com a parceria dos coordenadores de cursos como suporte às ações de pesquisa bibliográficas e de campo, em que alunos e docentes trocarão informações e experiências fora do horário de aula. Sendo assim, o projeto de pesquisa e iniciação científica será tratado como pertinentes a cada curso e estará explicitado nos projetos pedagógicos dos cursos. Cada semestre será proposto um novo tema e os alunos, juntamente com um professor (mediador), poderão pesquisar de forma transdisciplinar ou seja, envolvendo conhecimento de todas as disciplinas desenvolvidas naquele semestre.
- b) 20% da carga horária das disciplinas na modalidade EAD: possibilitam aos discentes a escolha de conhecimento complementar visando o enriquecimento do seu currículo. A partir de 2018 todos os cursos das FIRB apresentarão disciplinas com o percentual na modalidade EAD.

- c) Abreviatura da integralização do curso: Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específica, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus Cursos, desde que obedecidas as normas aprovadas pelo Conselho Superior de Administração.

2.2 Perfil do egresso, indicativo da opção filosófico-educacional de formação do cidadão-profissional que a IES se empenha em formar, para contribuir com o desenvolvimento da sociedade onde está inserida.

A concepção dos currículos dos cursos de graduação das FIRB baseia-se na visão institucional, do perfil do egresso que pretende formar, da sua inserção regional e do seu papel social.

AS FIRB se propõem a oferecer um processo educativo que contribua para o desenvolvimento pessoal do aluno e de sua cidadania, despertando-lhe o senso crítico, o critério ético e a capacidade de julgar e agir. Espera-se que o egresso domine a técnica inerente a sua área de conhecimento, assim como demonstre competência e habilidade na execução do conhecimento adquirido além do desenvolvimento de seu espírito crítico.

O perfil do egresso das FIRB é “um cidadão participativo, com uma visão histórico-política e social condizente com as transformações pelas quais o mundo contemporâneo passa, mas assentado numa base filosófico-humana que lhe permita pensar com justiça e agir com solidariedade”.

Os cursos de graduação existentes nas FIRB utilizam-se, em seus projetos pedagógicos, de critérios rigorosos e claros baseados nos paradigmas estabelecidos para sua elaboração no sentido de indicar o perfil dos egressos dos respectivos cursos considerando para isso o que prescrevem as Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC, Projeto Pedagógico Institucional das FIRB, as aspirações e expectativas da sociedade contemporânea e necessidades do mercado de trabalho regional, estadual e nacional, conforme descrevemos abaixo.

A definição geral do perfil do egresso das FIRB se sustenta em pressupostos político-pedagógicos que definem a educação como um processo complexo e dialético, uma prática dialógica comprometida com o desenvolvimento da transformação humana na direção do seu desenvolvimento

pleno. Nesse sentido, o desenvolvimento do perfil do egresso, definido pelas FIRB, implica em empreender esforços para a institucionalização de uma educação, reflexiva, crítica, política, que possibilite ao aluno a construção da compreensão histórico-cultural do trabalho, das ciências, das atividades produtivas, da literatura, das artes e dos esportes.

Dessa forma, alinhados, principalmente, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, os Projetos Pedagógicos dos Cursos definem o perfil específico dos egressos relacionados a cada área do conhecimento, orientando-se para o cumprimento da missão das FIRB, de acordo com uma perspectiva que defina e contribua para a formação de um perfil com:

- formação humana e cidadã;
- capacidade de promover transformações significativas tanto para si, como profissional, assim como para o desenvolvimento social;
- condições de interpretar a sociedade e o mundo do trabalho, exercendo sua cidadania com base na justiça, na equidade e na solidariedade;
- visão transdisciplinar e interdisciplinar na formação plena, capaz de atender as demandas do mundo do trabalho e da sociedade como um todo;
- autonomia;
- capacidade reflexiva;
- visão indissociada entre teoria e prática; e,
- capacidade de articulação entre os conhecimentos gerais e específicos da sua área de atuação.

Para tanto, o aluno, durante sua formação, desenvolve plenamente competências necessárias à inserção nas práticas sociais e nas práticas profissionais. No desempenho desta tarefa, dever-se-á privilegiar as competências intelectuais que reflitam a heterogeneidade das demandas sociais.

Para que isso ocorra, é imprescindível que as competências e habilidades que se deseja desenvolver sejam explicitadas por meio da organização de um modelo pedagógico capaz de adaptar-se à dinâmica das demandas da sociedade, em que a graduação passa a constituir-se numa etapa de formação inicial no processo contínuo da educação permanente.

As FIRB, para realizarem suas diretrizes pedagógicas, propõem desenvolver em seus graduandos as seguintes competências como capacidade

de mobilizar conhecimentos, valores e decisões para agir de modo pertinente numa determinada situação:

1. Raciocínio lógico e análise crítica.
2. Capacidade de sistematização e síntese.
3. Capacidade de trabalhar em equipe.
4. Capacidade de comunicação e expressão.
5. Criatividade e iniciativa.
6. Sensibilidade para o social, ambiental e senso ético.

2.3 Vinculação da oferta educacional da IES às demandas do desenvolvimento local e regional, da inclusão social, tecnologia, política e cultural, do respeito e preservação ambiental.

A proposta de novos cursos (graduação ou especialização) FIRB está sempre atrelada às demandas sociais e ao desenvolvimento de Andradina, da região e do país.

A SOCAN, mantenedora da FIRB, possui norma específica regulamentando as bolsas de estudos que permitem o acesso ao ensino superior de alunos de baixa renda. A existência desta norma foi determinante na construção do perfil socioeconômico dos alunos das FIRB durante os seus cinquenta e dois anos de existência. Aos alunos oriundos de família com renda per capita não superior a um salário mínimo e, na maioria das vezes são o primeiro membro da família a frequentar um curso superior, as FIRB permitem a inclusão social.

A proposta de implantação de um novo curso inicia-se através de pesquisas de mercado, no raio de atuação da Instituição que é de aproximadamente 77 Km. Regularmente, são feitas pesquisas para que se possa identificar os cursos com maiores demandas entre público jovem. Aliado a isso, a classe empresarial de Andradina e região é consultada para levantamento da necessidade de formação de mão-de-obra.

O desenvolvimento local e regional também é levado em consideração pelos colegiados da Instituição. A discussão em todas as instancias da mantida, assim como no Conselho Superior de Administração é feita exaustivamente utilizando todo o levantamento da demanda assim como a necessidade de investimento econômico.

AS FIRB mantêm uma política institucional de respeito e preservação ao meio ambiente e desenvolvimento cultural e político, que apresenta os seguintes objetivos:

- Apoio e desenvolvimento de projetos que incluam a abordagem das temáticas: política, cultural e ambiental de forma transversal e interdisciplinar nos cursos de graduação e de pós-graduação;
- Capacitação, de forma continuada, dos docentes com ações educativas formativas relacionadas às questões ambientais, políticas e culturais;
- Criação de grupo de trabalho e de ação de Educação Ambiental com atuação na coleta seletiva e práticas de sustentabilidade dentro do espaço físico das FIRB;
- Estímulo aos NDEs dos cursos de graduação para a inserção das temáticas: ambiental, política e cultural no currículo de forma articulada com o projeto pedagógico Institucional;
- Apoio à produção de material educativo para a prática de Educação Ambiental nas FIRB.

2.4 Políticas para o ensino, incluindo as diretrizes e princípios pedagógicos para a concepção dos PPC de todos os cursos.

Políticas de ensino:

Em um contexto sócio/econômico/cultural dinâmico, plural, complexo e em constantes mudanças, delineados pelo surgimento da sociedade da informação, são grandes as necessidades geradas, bem como as competências e habilidades exigidas de um profissional para agir e interagir de forma criativa, dinâmica e transformadora nas práticas sociais e profissionais.

Uma proposta acadêmica que torne viável a missão da Instituição, no contexto de uma sociedade em constante transformação, precisa ser concebida para além da atividade isolada de ensino, do contrário, poderá não responder a tais desafios.

Buscando fazer frente a tais determinações é que uma política integrada de ensino e de pesquisa, como princípio pedagógico e extensão das FIRB, nos seus diversos cursos de graduação e pós-graduação, constitui-se em uma proposta educativa fundamentada no conceito de aprendizagem dialógica, superando, assim, as concepções positivistas e construtivistas de educação, que se caracterizam pela busca de habilidades extremamente especializadas e

técnicas, tendo como consequência a departamentalização e a fragmentação do conhecimento.

A partir desse conceito de sociedade em movimento, que é constantemente repensada, de uma concepção de conhecimento complexo e plural, de uma aprendizagem dialógica e autônoma e da construção de um perfil profissional multifacetado, a política educativa orientadora das diversas atividades acadêmicas nas FIRB pautam-se nos seguintes princípios:

- Busca constante da qualidade e da excelência nas ações acadêmicas.
- Concepção de currículo como um processo aberto sendo continuamente revisado, visto que, tanto os conhecimentos quanto os processos educativos, são velozmente gerados, criados e recriados, armazenados, difundidos e absorvidos, modificando, assim, o papel das instituições educacionais e aumentando sua complexidade.
- Visão inter, multi e transdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento, permitindo o diálogo constante no interior dos cursos, entre os cursos, a iniciação científica e a extensão.
- Autonomia como princípio educativo, presente nas relações pedagógicas de modo a transformar a aprendizagem em um processo autônomo e contínuo de construção de habilidades e competências acadêmicas e sociais.
- Cultura de avaliação como um processo inerente às ações educativas, com vistas a estar, continuamente, corrigindo percursos.
- Inovação e diversificação dos cursos, voltados para o atendimento das necessidades do entorno social da instituição, com características que reflitam a realidade socioeconômica e cultural.
- Democratização na gestão do processo acadêmico e nas relações interpessoais e profissionais.
- Otimização do processo de aprendizagem, principalmente, pela ampliação do uso de novas tecnologias.
- Relação teoria e prática concebida como elemento integrador dos componentes da formação profissional, possibilitando o fortalecimento e a valorização do ensino, iniciação científica e extensão individual e coletiva.

Tendo como pontos de referência tais princípios, as FIRB fortalecem a decisão de desenvolver as seguintes ações:

1. Estímulo e apoio ao desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos, buscando a melhoria constante de seus currículos de modo a privilegiar:

- um ensino fundamentado no desenvolvimento de habilidades, competências, atitudes e em práticas acadêmicas que levem o aluno a ser protagonista de seu processo de formação, na perspectiva da autonomia intelectual e moral;

- um processo de ensino e de aprendizagem construído de modo a ser capaz de incorporar desde situações cotidianas em sala de aula até a vivência sociocultural que a trajetória acadêmica propicia;

- desenvolvimento de práticas acadêmicas que favoreçam a indissociabilidade entre o ensino, a iniciação científica e a extensão;

- a interação com programas de pós-graduação lato sensu; e,

- a interação com projetos de extensão.

2. Execução articulada e participativa da gestão dos projetos pedagógicos, visando à promoção de ações para a contínua humanização nas relações pessoais e qualificação das práticas acadêmicas que integrem a formação técnica à formação humana e à ética.

3. Acompanhamento, supervisão e avaliação permanente dos projetos pedagógicos, em todas as suas dimensões.

4. Acompanhamento crítico das demandas sociais, das exigências do mundo do trabalho, considerando o processo de globalização e suas decorrências no campo da Educação, com vistas à realimentação dos Projetos Pedagógicos.

5. Incentivo à criação e utilização de inovações no ensino, compatíveis com a mudança constante do perfil do alunado.

6. Qualificação permanente do estágio profissional, dos trabalhos de conclusão de curso, da monitoria e das atividades complementares, contribuindo efetivamente para a melhoria na formação do perfil desejado.

7. Estímulo, de modo permanente, a projetos e programas para a qualificação pedagógica do corpo docente, priorizando temas que envolvam o cotidiano da relação pedagógica.

8. Desenvolvimento de ações de acolhimento ao ingressante por meio de interação com o ensino médio.

9. Estímulo ao desenvolvimento de projetos com o aluno ingressante, oferecendo nivelamento para sua inserção na Educação Superior, bem como o acompanhamento de sua trajetória na graduação.

10. Estímulo ao intercâmbio regional e nacional de estudantes, de docentes, de instituições e de organizações, com vistas à troca de experiências e o enriquecimento acadêmico cultural.

11. Implementação integral das condições de oferta (biblioteca e acervos, laboratórios) de todos os cursos de acordo com os Perfis e Padrões do MEC e instituições profissionais

12. Assegurar melhores condições de ensino: salas de aula mais adequadas às características dos alunos, maior quantidade de recursos materiais, audiovisuais e continuidade na melhoria da climatização dos ambientes.

13. Planejamento orçamentário e organizacional para implantação de novos cursos.

14. Disponibilização de aporte financeiro para que o cursos possam promover eventos diversos de qualificação e atualização.

15. Promoção de maior integração dos alunos nas atividades científicas, como forma de qualificar seus conhecimentos, estimulando o espírito crítico e criativo, promovendo seu interesse pela continuidade de seus estudos.

Políticas de Ensino em educação à distância

Em relação às políticas de ensino em educação à distância, como modalidade de formação, tanto inicial quanto continuada, e que vem crescendo no Brasil de forma significativa como uma importante alternativa de implemento da educação superior em todas as suas dimensões, haja vista a criação de Faculdades virtuais, com uma variedade de cursos para formação de professores e incorporação, por parte do MEC, como política educacional, com a implantação de vários programas, dentre os quais, Programa de Capacitação para professores, as FIRB, acompanhando o movimento nacional e as diretrizes da atual política de EAD, dentro das suas possibilidades, e gradativamente, oportuniza as condições necessárias para desenvolver ações formativas nesta modalidade, que coexistam com as atuais, incorporando os mesmos princípios que orientam a formação presencial, de forma a ampliar e expandir sua atuação na região, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Assim, as FIRB definem como possibilidades, dentre outras, as seguintes:

- Criação de uma política de EAD de forma a contemplar os vários cursos da FIRB.
- Implantar gradualmente, o sistema de EAD como forma de ampliar o acesso ao ensino superior em Andradina.
- Oferecer, nos termos legais, 20% das disciplinas do currículo de cada curso na modalidade EAD.

2.5 Metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos da IES, privilegiando o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem.

As metodologias de ensino adotadas pelos cursos das FIRB fundamentam-se nos princípios da Chamada Pedagogia Interativa. O aluno, neste contexto, passa à condição de sujeito ativo no processo para adquirir conhecimento e construir as suas competências e habilidades. Cabe ao professor incentivar e estimular a participação do aluno neste processo.

Para os cursos presenciais destacam-se as seguintes atividades:

-dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, uso de laboratórios de informática, aprendizagem baseada em problemas, leitura de livros, pesquisa bibliográfica, uso de ferramentas de TI, o uso do Portal das FIRB.

a) Chat: os participantes (alunos, docentes e/ou tutores) se comunicam em tempo real. Os alunos podem tirar as eventuais dúvidas utilizando esta ferramenta. Os professores, de cada disciplina, ficarão a disposição durante duas horas semanais para este fim.

b) O Fórum de Discussão é um mecanismo de interação onde o professor apresentará uma pergunta ou uma situação que induzirá aos alunos da turma a discussão sobre o tema relativo à disciplina com eventual intervenção do professor se houver necessidade.

c) E-mail: O professor disponibilizará o seu e-mail institucional para que o aluno possa entrar em contato com ele. Neste caso, a interação se dará apenas entre o aluno e o docente.

d) Grupo de Whatsapp: Essa é uma ferramenta na qual o aluno terá a possibilidade de enviar mensagens instantâneas para o professor, independente de horário de atendimento, a mensagem é disponibilizada ao professor assim que

ele acessa o seu Whatsapp, podendo enviar a resposta ao aluno a qualquer momento.

f) Através do Portfólio, o aluno, individualmente, responde as questões relativas ao assunto da disciplina depositando a mesma no Whatsapp, para posterior correção do professor que enviará ao aluno as considerações sobre a sua resposta.

2.6 Previsão de inovações pedagógicas significativas, especialmente quanto à flexibilização dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, projetos integradores, , aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas para o ensino e aprendizagem, aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios, desenvolvimento de tecnologias, dentre outras.

A proposta de novos cursos (graduação ou especialização) FIRB está sempre atrelada às demandas sociais e ao desenvolvimento de Andradina, da região e do país.

A SOCAN, mantenedora da FIRB, possui norma específica regulamentando as bolsas de estudos que permitem o acesso ao ensino superior de alunos de baixa renda. A existência desta norma foi determinante na construção do perfil socioeconômico dos alunos das FIRB durante os seus cinquenta e dois anos de existência. Aos alunos oriundos de família com renda per capita não superior a um salário mínimo e, na maioria das vezes são o primeiro membro da família a frequentar um curso superior, as FIRB permitem a inclusão social.

A proposta de implantação de um novo curso inicia-se através de pesquisas de mercado, no raio de atuação da Instituição que é de aproximadamente 77 Km. Regularmente, são feitas pesquisas para que se possa identificar os cursos com maiores demandas entre público jovem. Aliado a isso, a classe empresarial de Andradina e região é consultada para levantamento da necessidade de formação de mão-de-obra.

O desenvolvimento local e regional também é levado em consideração pelos colegiados da Instituição. A discussão em todas as instancias da mantida, assim como no Conselho Superior de Administração é feita exaustivamente

utilizando todo o levantamento da demanda assim como a necessidade de investimento econômico.

2.7 Metodologias de ensino a serem adotadas pelos cursos da IES, privilegiando o uso de recursos tecnológicos, princípios pedagógicos integradores e metodologias ativas de ensino e aprendizagem.

As metodologias de ensino adotadas pelos cursos das FIRB fundamentam-se nos princípios da Chamada Pedagogia Interativa. O aluno, neste contexto, passa à condição de sujeito ativo no processo para adquirir conhecimento e construir as suas competências e habilidades. Cabe ao professor incentivar e estimular a participação do aluno neste processo.

Para os cursos presenciais destacam-se as seguintes atividades:

-dinâmicas de grupo, leituras comentadas, fichamentos, aulas expositivas, visitas técnicas, aulas práticas, uso de laboratórios de informática, aprendizagem baseada em problemas, leitura de livros, pesquisa bibliográfica, uso de ferramentas de TI, o uso do Portal das FIRB.

a) Chat: os participantes (alunos, docentes e/ou tutores) se comunicam em tempo real. Os alunos podem tirar as eventuais dúvidas utilizando esta ferramenta. Os professores, de cada disciplina, ficarão a disposição durante duas horas semanais para este fim.

b) O Fórum de Discussão é um mecanismo de interação onde o professor apresentará uma pergunta ou uma situação que induzirá aos alunos da turma a discussão sobre o tema relativo à disciplina com eventual intervenção do professor se houver necessidade.

c) E-mail: O professor disponibilizará o seu e-mail institucional para que o aluno possa entrar em contato com ele. Neste caso, a interação se dará apenas entre o aluno e o docente.

d) Grupo de Whatsapp: Essa é uma ferramenta na qual o aluno terá a possibilidade de enviar mensagens instantâneas para o professor, independente de horário de atendimento, a mensagem é disponibilizada ao professor assim que ele acessa o seu Whatsapp, podendo enviar a resposta ao aluno a qualquer momento.

f) Através do Portfólio, o aluno, individualmente, responde as questões relativas ao assunto da disciplina depositando a mesma no Whatsapp, para posterior

correção do professor que enviará ao aluno as considerações sobre a sua resposta.

2.8 Previsão das inovações pedagógicas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, projetos integradores, aprendizagem baseada em problemas, metodologias ativas de ensino e aprendizagem, aproveitamento de estudos e competências desenvolvidas no trabalho e outros meios, desenvolvimento de tecnologias, dentre outras.

A Instituição possui um projeto pedagógico avançado tendo a pesquisa inserida no seu dia a dia. O ponto de referência é o projeto de pesquisa interdisciplinar em que as disciplinas se agrupam, se integram para a realização do mesmo. Para tal, em cada semestre, os coordenadores e professores se reúnem e discutem um tema que perpassa todas as disciplinas e conteúdos trabalhados e criam um tema e problemas relacionados a ele. Cada grupo de trabalho escolhe um assunto ou problema do tema mencionado e o projeto de pesquisa interdisciplinar é desencadeado. O projeto interdisciplinar é o elemento integrador do currículo.

Para as engenharias foi feita uma inovação, baseada no trabalho desenvolvido em sala de aula, a partir da parte teórica e acompanhado pelos pedagogos da instituição, onde é apresentado um objeto utilizado pelo profissional que está sendo formado, e que tem significado para o aluno. Através do objeto desenvolve-se o trabalho envolvendo todas as disciplinas. As atividades do projeto são realizadas nas salas de laboratório compostas por equipamentos e mesas indispensáveis ao trabalho prático

As inovações consideradas significativas estão sendo introduzidas desde 2012, quando foi realizada pela direção, assessoria, coordenação e corpo docente uma análise que redundou na redefinição do conceito de “Aula”. Na oportunidade, buscou-se, a partir da orientação das Diretrizes Legais oriundas do MEC, reconceituar o tempo, o espaço e o contexto de sala de aula durante o acontecimento “aula” e passou-se a considerar as atividades formativas não só como presença às aulas convencionais, mas, ainda realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de

documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos.

A inovação propiciou, aos discentes e docentes, novo ânimo e despertou um interesse maior pelo próprio processo de aprendizagem.

Outra inovação que já se fazia tardia, implantada a partir de 2012, ocorreu quando o corpo docente, direção, assessoria e coordenação problematizaram a ação da escola e sua função social, chegando-se ao consenso de que deveria atender para a Pedagogia das Competências com as Metodologias Ativas como forma estratégica de preparação de novas gerações para o enfrentamento da Lógica Neoliberal, construindo as transformações necessárias para tornar a sociedade mais igualitária e justa.

Quanto às oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos, estas estão previstas no Regimento Geral das FIRB, consolidadas em cada projeto político-pedagógico dos cursos. Da mesma forma que a flexibilidade curricular é proporcionada pelas relações existentes nas áreas afins.

Dessa forma, por meio de uma abordagem interdisciplinar, o currículo, desta Instituição, passa a contemplar os aspectos técnicos da formação profissional, bem como os conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e humanistas necessários à formação do ser humano, comprometido eticamente com o crescimento intelectual da sociedade. Nesse contexto, destaca-se a possibilidade do aluno organizar e construir parte da sua trajetória, aliando formação profissional e formação cidadã com o desenvolvimento de habilidades humanísticas e integradoras, procurando se posicionar como autor da sua própria história.

Assim é que a flexibilização do currículo atual torna-se característica do projeto educacional das FIRB, pois que busca responder às demandas sociais contemporâneas, possibilitando a eliminação da rigidez estrutural dos cursos, facultando ao aluno a valorização de estudos anteriores ao ingresso que tenha cursado em outro curso superior. É realizada com o objetivo de atender à dinâmica das transformações peculiares ao universo de uma prática pedagógica, norteada pelos princípios da indissociabilidade entre ação – reflexão.

A preocupação em eliminar pré-requisitos, na organização dos currículos dos Cursos, oportuniza a dispensa de disciplinas cursadas em outras IES, o aproveitamento de diversas atividades extracurriculares como atividades complementares, a oferta de disciplinas comuns em vários cursos das FIRB, que podem ser feitas em todos os cursos da própria Instituição, sendo os colegiados

dos Cursos de Graduação e o Núcleo Docente Estruturante (NDE) identificados como instâncias competentes para análise, acompanhamento e emissão de pareceres sobre as situações destacadas.

Fator importante para o desenvolvimento das aprendizagens é a vivência de um currículo integrador, propiciador de experiências multiculturais, consiste na concepção e produção de um planejamento em movimento que articule o conhecimento técnico com a formação humana, ética e postura crítica e criativa, que será efetivado por meio da metodologia adotada e adequada à consecução dos objetivos traçados no processo de aprendizagem. Desta forma, o trabalho desenvolvido pelos protagonistas da sala de aula busca permanentemente a interação dos sujeitos e o conhecimento, o diálogo com o contexto sociocultural, a formação pautada na busca da autonomia intelectual, do desafio da solução de problemas da realidade vivenciada, e no incentivo da criatividade e responsabilidade do educando.

Vale ressaltar que as principais características do trabalho baseado no currículo integrado, apontam o conhecimento construído tendo em vista a pesquisa, unidades de estudo centradas em temas ou problemas, centrados no mundo real e na comunidade e a avaliação mediante portfólios, com o professor no papel de problematizador dos conteúdos e orientador dos alunos, que, por sua vez, reestruturam os seus conhecimentos.

O trabalho pedagógico, sendo desenvolvido conforme ora proposto, analisa problemas levantados durante as aulas, por acadêmicos e professores, e centra-se no fato de que os alunos necessitam desenvolver atividades em ambiente favorável à coleta de dados.

O professor, ao ministrar as suas aulas, divulga o conhecimento produzido pela pesquisa, problematizando-o, de forma que professores e acadêmicos exercitem a prática do pensar em torno da realidade estudada. Assim, fomenta a dúvida, levando à formulação de novas questões, a fim de gerar novas pesquisas, e, conseqüentemente, a produção de novos conhecimentos, simultaneamente teórico-práticos e prático-teóricos, sugerindo a realização de futuras e rigorosas investigações de cientistas comprometidos com o contexto social em que se encontram inseridos.

Acrescente-se, ainda, que a concepção de avaliação, que permeia o currículo integrado, a finalidade de avaliar não está em quantificar a aprendizagem no final do processo, não se tratando, portanto, de avaliar para eliminar, mas sim para acompanhar e proporcionar oportunidades de

reelaboração de conceitos, tanto por parte dos professores como por parte dos alunos.

Mais uma vez, a ação dialógica perpassa e sustenta o planejamento do processo de ensino e de aprendizagem por meio da construção, da internalização crítica, da assimilação, da reelaboração e da (re)construção de conhecimentos de modo que o projeto educacional expresse sua identidade mediante o planejamento do trabalho docente, possibilitando a formação de profissionais éticos, críticos, competentes e responsáveis pela construção de projetos e práticas cidadãs.

Por isso, as FIRB organizam os currículos dos cursos de graduação na perspectiva de um currículo integrado com o desenvolvimento de ações interdisciplinares que pressupõem a parceria, o diálogo, a articulação, a troca de conhecimentos, o questionamento, a busca da interação. O currículo integrado propicia uma ação prática, tratando problemas concretos nas suas relações históricas, destrói a falsa consciência, oportunizando a aquisição da consciência verdadeira, em que o sentir, pensar e agir constituem a base da permanente construção do trabalho pedagógico.

A integralização do currículo pleno dos cursos de graduação, elaborado em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais, de acordo com cada modalidade de Curso, é integrado por disciplinas e práticas semestrais, cargas horárias, duração total e prazos, tal como formalizado, habilitando à obtenção do diploma pelo aluno dentro da perspectiva legal que segue:

1. **Administração** - mínimo: 08 semestres letivos, máximo: 16 semestres letivos.
2. **Ciências Contábeis** - mínimo de 08 semestres letivos; máximo de 16semestres letivos.
3. **Pedagogia** - mínimo de 08 semestres letivos; máximo de 16 semestres letivos.
4. **Engenharia Civil** - mínimo de 10 semestres; máximo de 20 semestres letivos.
5. **Engenharia de Produção** - mínimo de 10 semestres; máximo de 20 semestres letivos.
6. **Engenharia Elétrica** - mínimo de 10 semestres; máximo de 20 semestres letivos.
7. **Engenharia Mecânica** - mínimo de 10 semestres; máximo de 20 semestres letivos.
8. **Tecnologia em Agrimensura** - mínimo de 05 semestres; máximo de 10 semestres letivos.

Como foi citado anteriormente, o princípio pedagógico que norteará as ações educativas da IES será aquele descrito como Pedagogia Interativa, no qual o aluno tem a condição de ser sujeito ativo e interativo no processo de aquisição de conhecimento. No entanto, inovações pedagógicas serão propostas para este período de cinco anos, as quais estão descritas a seguir:

a) Atividades Práticas supervisionadas. Como ferramenta de discussão e troca de informação, este projeto contará com o Ambiente Virtual de Aprendizagem das FIRB, em que os alunos e docentes do curso trocarão informações e experiências fora do horário de aula. Sendo assim, no Projeto Integrador serão tratados assuntos pertinentes a cada curso. Em cada semestre será proposto um novo tema e os alunos, juntamente com um professor (mediador), poderão tratar um assunto de forma transdisciplinar, ou seja, envolvendo conhecimento de todas as disciplinas desenvolvidas naquele semestre.

b) Projetos Especiais: possibilitam aos discentes a escolha de conhecimento complementar visando o enriquecimento do seu currículo. A partir de 2017, todos os cursos das FIRB desenvolverão aulas práticas com desenvolvimento de projetos especiais.

c) Abreviatura da integralização do curso. Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específica, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus Cursos, desde que obedecidas as normas aprovadas pelo Conselho Superior de Administração.

Flexibilização curricular

O currículo expressa o projeto histórico, cultural e de ensino superior, concretizado por meio dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos e dos diferentes planos de ensino da Instituição, mediados por ação pedagógica alicerçada pelo referencial teórico institucional.

A partir do paradigma da complexidade, característico do século XXI, por meio de uma abordagem interdisciplinar, o currículo passa a contemplar os aspectos técnicos da formação profissional, bem como os conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e humanistas necessários à formação do ser humano, comprometido eticamente com o crescimento intelectual da sociedade. Nesse contexto, destaca-se a possibilidade do aluno organizar e construir parte da sua trajetória, aliando formação profissional e formação cidadã com o desenvolvimento de habilidades humanísticas e integradoras, procurando se posicionar como autor da sua própria história.

Assim é que a flexibilização do currículo atual torna-se característica desse projeto, que busca responder às demandas sociais contemporâneas, possibilitando a eliminação da rigidez estrutural dos cursos, facultando ao aluno a valorização de estudos anteriores ao ingresso que tenha cursado em outro curso superior. É realizada com o objetivo de atender à dinâmica das transformações peculiares ao universo de uma prática pedagógica, norteadas pelos princípios da indissociabilidade entre ação – reflexão.

A preocupação em eliminar pré-requisitos, na organização dos currículos dos Cursos, oportuniza a dispensa de disciplinas cursadas em outras IES, o aproveitamento de diversas atividades extracurriculares como atividades complementares, a oferta de disciplinas comuns em vários cursos das FIRB, que podem ser feitas em todos os cursos da própria Instituição, sendo os colegiados dos Cursos de Graduação e o Núcleo Docente Estruturante – NDE identificados como instâncias competentes para análise, acompanhamento e emissão de pareceres sobre as situações destacadas.

Disciplinas (20% da Carga Horária do curso) ofertadas na modalidade a distância

As FIRB têm como compromisso desenvolver atividades didático-pedagógicas que respondam à formação técnico-profissional e humanística do seu alunado, e igualmente acredita, encontrando fundamentação na política educacional do MEC, que tais atividades didático-pedagógicas também podem ser ofertadas por meio de um currículo na modalidade a distância, desde que haja, inicialmente, a inclusão digital do sujeito, respeitando toda a logística que a atividade pressupõe.

Posto isto, a FIRB planeja, a partir de 2018, ofertar 20% da Carga Horária de cada curso na modalidade a distância.

Tal oferta, será no seu início de forma singela, respeitando o necessário tempo e adaptação das grandes mudanças, pois apenas algumas disciplinas básicas serão ofertadas na modalidade a distância.

O conceito de aula a distância está vinculado à ideia de flexibilidade curricular, pois, igualmente, está relacionado ao ritmo individual que cada estudante poderá dar aos seus estudos, embora seja necessário observar a dinâmica curricular e regimental da FIRB, e o que dispõe a legislação específica, em especial a Portaria nº 1134/2016.

Oportunidades diferenciadas de integralização dos cursos.

O currículo pleno de cada Curso de Graduação, elaborado em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais, de acordo com cada modalidade de Curso, é integrado por disciplinas e práticas semestrais, cargas horárias, duração total e prazos.

Assim a integralização do currículo pleno do curso, tal como formalizado, habilita à obtenção do diploma pelo aluno dentro desta perspectiva legal:

1. Administração

Mínimo: 08 semestres letivos, máximo: 16 semestres letivos.

2. Ciências Contábeis

Mínimo de 08 semestres letivos; máximo de 16 semestres letivos.

3. Pedagogia

Mínimo de 08 semestres letivos; máximo de 16 semestres letivos.

4. Engenharia Civil

Mínimo de 10 semestres; máximo de 20 semestres letivos.

5. Engenharia de Produção

Mínimo de 10 semestres; máximo de 20 semestres letivos.

6. Engenharia Elétrica

Mínimo de 10 semestres; máximo de 20 semestres letivos.

7. Engenharia Mecânica

Mínimo de 10 semestres; máximo de 20 semestres letivos.

8. Tecnologia em Agrimensura

Mínimo de 05 semestres; máximo de 10 semestres letivos.

2.9 Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição

As FIRB para alcançarem à plena concretização de sua missão social e política têm a pretensão de garantir, através dos projetos pedagógicos dos cursos, a construção em seus alunos do seguinte perfil: "Cidadão participativo, com uma visão histórico-política e social condizente com as transformações pelas quais o mundo contemporâneo passa, mas assentado numa base filosófico-humana que lhe permita pensar com justiça e agir com solidariedade". Pois, a atual "era da eletrônica", num mundo dinâmico e globalizado onde a verdade é transitória e fugaz" anuncia um novo paradigma, o da complexidade que está a exigir um aluno competente, justo e solidário.

Para que isto ocorra desenvolverá uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas de tal forma que reúna em sua bagagem cognoscitiva altamente qualificada, a polivalência, a especificidade, a participação, a flexibilidade, a liderança, a cooperação, a comunicação, o domínio de diferentes linguagens, as competências para pensar de modo abstrato, de tomar decisões e de saber trabalhar em equipe.

Diante do acima colocado, a maior responsabilidade que a instituição assume é selecionar conteúdos significativos globais, como aportes no processo de desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes, valores e convicções, organizados didaticamente através de princípios metodológicos que proporcionem a construção e interação do saber entre estudantes, professor e conteúdos traduzindo a cultura elaborada, historicamente acumulada pelas ciências e o saber popular que é de experiência feito.

O processo de construção é subsidiado por sistemática de avaliação que norteia o processo de construção do sucesso acadêmico para todos os alunos.

Garante ainda a oferta de estágio supervisionado, prática profissional, e atividades complementares que possibilitem a articulação e aproximação necessárias entre a teoria estudada e a prática vivida.

Reforça, finalmente, políticas de extensão e iniciação científica tornando o homem capaz de pensar qualitativamente sobre sua prática social e profissional conduzindo-se competentemente em sua atuação no mundo.

É verdade que a Educação Superior é responsabilidade de Instituições que são destinadas à produção, à acumulação e à transmissão de conhecimento, à investigação da natureza e da cultura, incluindo a organização social, a política e a economia, de modo crítico. Estas Instituições não são neutras quanto a valores indiscutíveis da civilização, como a paz, a justiça, a democracia, a solidariedade e os direitos humanos, não se submetendo, portanto, a partidos políticos ou a governos. Nesse processo formam profissionais, considerando as necessidades do mercado, sem, contudo, submeter-se cegamente a ele.

Devem, igualmente, estar comprometidas com a qualidade da formação intelectual de seus graduandos, com a qualidade da sua produção científica, artística, filosófica, tecnológica, cultural e, principalmente, com o atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando

profissionais técnica e politicamente competentes e desenvolvendo soluções para problemas locais, regionais e nacionais.

Para Ausubel (1980, p. 42), o objetivo maior do ensino acadêmico é que todas as ideias sejam aprendidas de forma significativa, aplicável, prática.

Nesse contexto, as novas ideias são armazenadas, de maneira estável. Além disso, a aprendizagem significativa permite ao aprendiz o uso do novo conceito de forma inédita e eclética, independente do contexto em que este conteúdo foi primeiramente aprendido, oportunizando aos interlocutores a aplicação no cotidiano da vida pessoal e profissional.

Portanto, pretende-se que o egresso das FIRB tenha além das respostas ou resultados das situações discutidas, experimentadas e vivenciadas em sala de aula e em outros espaços de aprendizagem, saiba lidar com cenários diversos, seja resiliente e tenha criatividade para construir estratégias empreendedoras, a fim de participar dos processos decisórios das organizações.

Para o quinquênio 2017 a 2021 as FIRB procurarão dar visibilidade às experiências pedagógicas inovadoras que já vêm sendo desenvolvidas no interior da sala de aula e promover uma reflexão sobre saberes e práticas da docência na graduação, pesquisa e extensão. Além disso, o processo de ensino e aprendizagem permeia as políticas de produção do patrimônio cultural, artístico-cultural, étnico-racial.

Como foi citado anteriormente, o princípio pedagógico e filosófico que norteará as ações educativas da FIRB será aquele descrito como “Aprendizagem Significativa”, em que o aluno tem a condição de ser sujeito ativo e interativo no processo de aquisição de conhecimento e experimentação.

No entanto, inovações pedagógicas serão propostas para o período dos próximos cinco anos.

- Programa de superação das deficiências do conhecimento básico e dificuldade de comunicação oral e escrita.

Projeto de Nivelamento tem como objetivo principal diagnosticar e minimizar possíveis deficiências do aluno ingressante, por meio da revisão e complementos de conteúdos básicos de disciplinas consideradas essenciais para o êxito do aluno na educação de nível superior.

A racionalização da matriz curricular, no interior do Projeto Pedagógico de Curso, deve levar em conta os modos como as atividades se relacionam entre si e o papel dessas relações para chegar ao perfil de egresso.

Todo o conjunto de atividades de ensino e de aprendizagem deverá ser computado nas atividades acadêmicas efetivas, previstas nas DCNs, nas suas diferentes formas e orientações, tais como:

- I. Aulas teóricas e práticas;
- II. Atividades em bibliotecas;
- III. Trabalhos individuais e em grupo;
- IV. Atividades complementares de ensino, iniciação científica e extensão, temas emergentes, projeto integrador, coerentes com o perfil do egresso e devidamente regulamentadas pelo Colegiado;
- V. Estágios curriculares e não-curriculares;
- VI. Monitorias;
- VII. Participação em seminários, palestras, encontros, congressos.

As conexões entre ensino, extensão e pesquisa/iniciação científica, capazes de tornar o processo de formação mais produtivo, devem ocorrer por iniciativa tanto de professores quanto de alunos. No processo de formação, alunos e professores são igualmente responsáveis pelos resultados.

As FIRB trabalham com princípios metodológicos, propondo como referência os pressupostos da dialética, que fundamentam a metodologia da construção do conhecimento. O eixo integrador desta teoria considera que a matéria está sempre em movimento, construída e transformada de acordo com o momento histórico vivido; nada está determinado ou pronto, tudo está se fazendo pelo processo histórico. O conhecimento está na relação do sujeito com o objeto e a ênfase do professor está no aspecto pessoal e dinâmico do processo de conhecimento, teórico-prático/abstrato-concreto/real-imaginário.

Nesse contexto, os docentes situam-se na pedagogia relacional em que se destacam algumas características principais, como a importância de uma relação dialógica, reunidas em três momentos fundamentais: 'a mobilização para o conhecimento, a construção do conhecimento e a elaboração da síntese do conhecimento'.

A maioria dos docentes procura trabalhar com a mobilização do conhecimento e experimentação. Para isso propõe, instiga, desafia, vincula, fomenta, estimula e sensibiliza o aluno em relação ao objeto de conhecimento.

Desse modo, acontece o diálogo entre o mundo dos alunos e o campo de saberes e experimentos a ser conhecido, auxiliando-os na tomada de consciência sobre as necessidades sociais que se impõem à sua formação.

Já na construção do conhecimento, o professor tem procurado mobilizar o aluno para a problematização, por intermédio de atividades operacionais, tais como a pesquisa, estudo individual, seminários, exercícios, estudos de caso, desenvolvimento de projetos. Esse exercício possibilita ao aluno dar o salto qualitativo para superar o estágio inicial da aprendizagem e passar a uma síntese nova e elaborada, produzindo uma “Aprendizagem Significativa”.

A maioria dos docentes tem percebido a importância de se trabalhar com a síntese do conhecimento, uma vez que é resultante da interação intencional, planejada e responsável entre aluno, professor e objeto de conhecimento, o que levará o discente à mediação do conhecimento, à compreensão da realidade e do seu campo profissional. Para isso, o docente tem priorizado, em suas aulas, o desenvolvimento do raciocínio do aluno, a problematização, a ação do aluno sobre o objeto a ser conhecido, a articulação da teoria com a prática, a visão crítica da realidade, o debate, a reflexão e a exposição interativa dialogada.

Os docentes das FIRB têm dado ênfase na pedagogia relacional, conforme mencionado anteriormente, concentrando as propostas nos aspectos sociais, reais e interacionais, relacionando os conhecimentos com a realidade social, cultural, político, econômico, científico, étnico-racial, artístico, patrimônio cultural, empresarial.

Os conteúdos trabalhados nos Projetos Pedagógicos de cada curso englobam vários conceitos, objetivando proporcionar ao estudante (aprender a fazer), para a vida em comunidade (aprender a viver em sociedade), para aprender a ser (conhecer a si mesmo, adquirir autonomia) e para aprender a conhecer (absorver mudanças, contextualizar a realidade).

2.9.1 Extensão e Prática Profissionalizante

As ações de extensão, regularmente vinculadas às práticas profissionalizantes dos alunos, serão desenvolvidas de maneira integrada e buscarão, sempre, o envolvimento destes sob a orientação de docentes nas iniciativas empreendidas nesse campo. Em segundo lugar, as FIRB têm buscado e continuará buscando parcerias com outras Instituições de Ensino Superior, com segmentos organizados da sociedade, seja na prestação de assessorias e consultorias, seja em ações que resultem na proposição de ações que objetivem o atendimento das necessidades mais relevantes dos alunos.

Os estágios de preparação profissional e para a cidadania estão integrados nos programas institucionais de extensão e podem ser desenvolvidos de acordo com as especificidades de cada curso, conforme a previsão de seus Projetos Pedagógicos, dando-se prioridade aos seguintes programas/atividades:

- realização de eventos como congressos, seminários, ciclos de debates, exposições, espetáculos, festivais, abordando temas do cotidiano e outros de interesse geral, com painéis variados, reunindo apresentadores e debatedores de renome em áreas de interesse do curso, integrando comunidade acadêmica e comunidade em geral;
- promoção de ações conjuntas integrando-se com entidades educacionais em benefício da comunidade local;
- ampliação das possibilidades de convênios com instituições privadas, públicas e terceiro setor, objetivando a sistematização de um trabalho em parceria;
- oferta de serviços, direta ou indiretamente, desde que sejam realizados em conformidade com os objetivos institucionais;
- prestação de serviços profissionais e assistenciais dirigidos à população, em campos de atuação para os quais a Instituição desenvolve conhecimento ou qualifica seus alunos.

É responsabilidade dos professores orientadores de estágio das FIRB acompanhar periodicamente o trabalho desenvolvido pelos estagiários no campo de atuação do estágio, desde que viável economicamente, bem como orientá-los durante o desenvolvimento do estágio obrigatório, articulando os saberes produzidos nesta atividade com os alunos. Assim, as FIRB devem reconhecer esta atividade como encargo docente. No entanto, compete à organização contratante (do estagiário), através de seus funcionários, a supervisão direta de todas as atividades desenvolvidas pelos estagiários.

A Coordenadoria de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPEX), no âmbito de suas competências e atribuições, planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e de relações com a sociedade, fortalecendo a interação entre esta Instituição, com as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa. A gestão da extensão está sob a responsabilidade do CEPEX e Coordenadorias de cada Curso que atuam em conjunto.

2.9.2 Formação continuada

Considerando a educação como um processo contínuo e permanente, as FIRB devem criar oportunidades para que seus trabalhadores em educação estejam inseridos nesse universo através da criação de oportunidades de formação continuada.

As FIRB acompanham a ideia de que todos os trabalhadores envolvidos nos processos e atos educativos são considerados trabalhadores da educação, portanto, as ações de formação continuada têm sempre esse olhar de pertencimento à educação profissional.

O incentivo à participação em cursos, congressos, seminários, treinamentos é outra ação nesse sentido. Em alguns casos, dependendo da disponibilidade orçamentária e das regras formuladas para esse fim específico, pode haver o custeio de despesas (taxa de inscrição, diárias e passagens).

As FIRB compreendem que a formação continuada, durante e a partir do cotidiano profissional, auxilia na qualificação técnica relacionada diretamente à atividade desenvolvida, permitindo ao trabalhador em educação sentir-se sujeito do processo educacional e ampliar seus horizontes pessoais e profissionais.

Compreende ainda que certas atividades profissionais demandam uma habilidade técnica extremamente refinada e específica e que, portanto, exigem do trabalhador em educação uma prática e atualização constantes.

2.9.3 Iniciação Científica

A iniciação científica nas FIRB é um processo educativo fundamental para a criação de uma cultura de pesquisa na instituição, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e da extensão e não somente formando futuros pesquisadores. É imprescindível que ela aconteça no contexto de projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes com os alunos, influenciando o desenvolvimento da monitoria, que assume assim, uma relação fundamental com a iniciação científica.

Entretanto, a concepção que se quer dar à Iniciação Científica é de integração com o ensino, não fazendo desta um simples programa de bolsa ou de estímulos para um grupo selecionado. A investigação científica para a qual devem ser despertados todos os alunos em toda ação didático-pedagógica, é que se constitui o cerne desta iniciação.

Como uma estratégia de incentivos, a Iniciação Científica é uma das linhas de atuação das FIRB e se realiza sempre a partir dos períodos iniciais dos cursos de graduação. Para tanto, as FIRB apoiarão as ações de iniciação científica, valendo-se dos meios possíveis e disponíveis, desde o financiamento próprio, de acordo com as condições institucionais, como também junto aos órgãos de fomento, parceria com empresas e com instituições públicas e privadas, regionais, estaduais e nacionais. Uma parceria já estabelecida é com a UNESP, Campus de Ilha Solteira na área de Engenharias envolvendo os Laboratórios daquela Instituição e transferência de conhecimento.

2.9.4 Monitoria

As FIRB instituíram desde 2002 o programa de monitoria, integrado na formação acadêmica dos alunos.

Historicamente o principal objetivo da monitoria é despertar no aluno o interesse pela carreira docente, recorrendo-se, para isso, ao exercício de atividades que auxiliem os professores no desenvolvimento de seus fazeres técnicos e didáticos. Desde algum tempo, porém, as Faculdades Integradas, entenderam que a monitoria, além de possibilitar o estímulo à docência e promover a cooperação entre alunos e professores, pode também aproximar-se da iniciação à pesquisa, como princípio educativo. Por isso, a monitoria pode garantir o desenvolvimento de atividades de iniciação científica, assegurando aos alunos monitores espaços de socialização da produção acadêmica institucional.

2.9.5 Políticas de Gestão

A política de gestão adotada é planejar estrategicamente a organização espacial e logística das FIRB e dotá-la de uma estrutura administrativa coerente com as características da organização e de seu ambiente, pautando pela competência e valorização das pessoas no cumprimento de suas atividades. O modelo proposto está organizado em ações que objetivam descentralização dos procedimentos administrativos e aperfeiçoamento do sistema de informação, como apoio à tomada de decisão no aspecto tático e operacional da estrutura organizacional e na avaliação institucional permanente.

Para isso as FIRB assumem os seguintes compromissos:

1. Estímulo permanente à implementação de atividades de natureza diversa que favoreçam o pleno desenvolvimento e valorização da pessoa humana, bem como

a Integração dos diversos segmentos da comunidade interna e o seu comprometimento com o processo de construção do projeto institucional.

2. Desenvolvimento de programas, projetos e atividades que contribuam para a efetiva inserção e participação do aluno e do ex-aluno nas FIRB, propiciando-lhe vivências que favoreçam a consolidação de sua formação pessoal, profissional e cidadã.

3. Desenvolvimento de atividades que favoreçam o crescimento pessoal e comprometimento social dos funcionários, docentes e discentes.

4. Identificação e articulação de ações visando disponibilizar recursos e serviços existentes nas FIRB à comunidade interna.

5. Aprimoramento e implementação de propostas que favoreçam a seleção adequada, a permanência e a promoção de docentes e funcionários das FIRB.

6. Estimulo a projetos que propiciem a motivação, a qualificação e a capacitação permanentes do corpo docente e o corpo de colaboradores.

7. Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação participativos que subsidiem os processos de qualificação e a capacitação.

8. Implementação de cultura de orçamento participativo nas FIRB.

9. Incentivo à captação permanente de novos recursos, como forma de ampliação de receita e através da oferta de outros serviços.

10. Implementação de um processo de elaboração do orçamento, que possibilite maior envolvimento e participação, dentro de níveis próprios de competência, de todos os setores das FIRB e que lhe garanta a sua sustentabilidade.

11. Implementação de um processo de execução orçamentária, por meio de modelo de gestão administrativa, ágil e descentralizada, e que responda adequadamente às exigências do desenvolvimento do ensino, da iniciação científica e da extensão.

12. Qualificação e implementação de modelo de gestão da infraestrutura, espaço físico e serviços.

13. Disponibilização de infraestrutura e serviços de qualidade que atendam às necessidades da gestão acadêmica e ao desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão, respeitando o meio ambiente e a sustentabilidade da instituição.

2.10 Políticas para a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica.

2.10.1 Políticas de pesquisa

As FIRB têm clareza da necessidade de investimento no fomento à pesquisa, aspecto fundamental para a construção de uma Instituição de qualidade, que contribua para o desenvolvimento social e para a solução de problemas relevantes para o país. Têm também clareza de que a pesquisa realizada nas FIRB contribui para o reconhecimento de sua qualidade pela sociedade.

A estrutura acadêmico-administrativa das FIRB e o seu corpo docente qualificam o seu funcionamento em busca de excelência acadêmica com sustentabilidade, o que significa: (a) oferecer ampla gama de áreas de formação aos estudantes de graduação; (b) aprimorar as avaliações externas de seus cursos de graduação; (c) ampliar e qualificar sua produção acadêmica. Como a produção acadêmica da Instituição é reflexo da pesquisa que realiza, um plano de incentivo à pesquisa é de fundamental importância para assegurar os índices almejados.

Esse plano de incentivo à pesquisa deve caracterizar-se, nas FIRB pela diversidade nas formas de apoio; (b) pelo atendimento do maior número possível de alunos e (c) pelo apoio a projetos que podem demonstrar sua qualidade e que preveem resultados na forma de divulgação de trabalhos qualificados, de desenvolvimento tecnológico,

Partindo desses princípios, o Plano de incentivo à Pesquisa nas FIRB tem os seguintes objetivos:

- a) qualificar a pesquisa nas FIRB, atendendo a exigências de excelência, tal como estabelecidas e praticadas nas várias áreas de conhecimento em que a Instituição se insere;
- b) incrementar e qualificar a publicação de resultados de pesquisa por parte de professores e alunos, promovendo a publicização da pesquisa nas FIRB por meio da Revista InterAtividade e, em outros veículos científicos;
- d) promover o aumento quantitativo e, em especial, qualitativo dos indicadores de pesquisa das FIRB;

O Plano de Incentivo à Pesquisa das FIRB é composto pelas modalidades de apoio à pesquisa a seguir enumeradas:

1. Bolsa interna de apoio à Iniciação Científica é fundamental, pois representa uma alternativa de contato com a pesquisa pelos estudantes de graduação em sua formação inicial e, em muitos casos, um investimento em projetos e programas de pesquisas sistemáticos de docentes;
2. Publicação do periódico Revista InterAtividade: a manutenção, pelas FIRB, de veículos qualificados e academicamente reconhecidos para publicação de artigos é altamente desejável. Por meio dessa modalidade, serão oferecidos apoios a publicações eletrônicas, vinculadas à IES e que têm avaliação QUALIS;
3. Publicação de artigos: um dos objetivos do Plano é aumentar a quantidade e especialmente a qualidade das publicações dos docentes e estudantes das FIRB em periódicos científicos qualificados. É para atender esse objetivo que essa modalidade é proposta;
4. Equipamentos: tipo de apoio que visa a permitir a aquisição de equipamentos “básicos” de pesquisa para docentes individuais;

2.10.2 Políticas de extensão

Compreendendo as atividades de extensão e o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, evidencia-se que a extensão deve articular o ensino e a pesquisa para estabelecer relações com outros setores da sociedade.

Além disso, a política de extensão nutre-se também na aspiração de que a extensão nas FIRB seja pensada como fronteira produtiva entre o dentro e o fora da trajetória acadêmica: zona de tensão criativa e de diálogo com a sociedade que, por seu turno, precisa configurar o plano de referências concretas por meio do qual a IES ganha sentido e extrai as inspirações e as questões que lhe permitem problematizar seu projeto, bem como manter o sentido da reflexão crítica na construção e difusão de conhecimentos, orientando sua responsabilidade em formar profissionais, ofertar e participar de atividades, de variadas naturezas, na comunidade local, regional, nacional e internacional.

Assumir esse tipo de intenção na extensão significa, igualmente e por razões óbvias, acolher sua condição multivariada e em estreita sintonia com as problemáticas sociais, o que vai ao encontro de tradições e de algumas das opções históricas das FIRB.

A política de extensão acadêmica precisa contemplar arranjos de trabalho e de ação capazes de acolher diferenças e de colocá-las em relação, a partir daquilo que é produzido no ensino e na pesquisa das FIRB.

A política de extensão prioriza, justamente, a busca por arranjos colaborativos e processos de trabalho que favoreçam o diálogo, a sinergia e o apoio mútuo entre ações, projetos e setores das FIRB, objetivando colaborar na renovação da cultura da extensão nas FIRB, bem como potencializar resultados acadêmicos e sociais, otimizando o uso dos recursos de que as FIRB dispõem.

A Extensão nas FIRB tem por objetivos:

- promover interação concreta e produtiva entre o ensino e a pesquisa das FIRB com a sociedade, por meio da realização de trabalho colaborativo de dupla via: das FIRB em direção à sociedade (produção de conhecimento; educação continuada; projetos e parcerias com os setores público e/ou privado;) e, reciprocamente, da sociedade para as FIRB; atendimento a demandas sociais que lhe forem pertinentes);
- contribuir na qualificação da formação acadêmica e profissional dos estudantes, por meio da relação com as dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais da sociedade;
- colaborar, no âmbito das competências extensionistas das FIRB, com o equacionamento e a solução de problemas concretos em nível local, regional e/ou nacional;
- contribuir, por meio das ofertas cabíveis, com a sustentabilidade acadêmica e econômico-financeira das FIRB.

2.10.3 Políticas de Ensino em educação à distância

A Educação à Distância, como modalidade de formação tanto inicial quanto continuada, vem crescendo no Brasil de forma significativa como uma importante alternativa de implemento da educação superior em todas as suas dimensões. Tal fato demonstra-se pela criação de Faculdades virtuais, com uma variedade de cursos para formação de professores, e pela incorporação, por parte do MEC como política educacional, com a implantação de vários programas, entre os quais, Programa de Capacitação para professores.

Nesse sentido, acompanhando o movimento nacional e as diretrizes da atual política de EAD, as FIRB procurarão, dentro das suas possibilidades e gradativamente, as condições necessárias para desenvolver ações formativas na

modalidade de EAD, que possam coexistir com as atuais, incorporando os mesmos princípios que orientam a formação presencial, de forma a ampliar e expandir sua atuação na região, contribuindo para o seu desenvolvimento.

Assim, as FIRB definem como possibilidades, dentre outras, as seguintes:

- Criação de uma política de EAD de forma a contemplar os vários cursos da FIRB.
- Implantar gradualmente, o sistema de EAD como forma de ampliar o acesso ao ensino superior em Andradina.
- Oferecer, nos termos legais 20% das disciplinas do currículo de cada curso na modalidade EAD.

2.10.4 Políticas de Pesquisa e Inovação (como princípio educativo)

A institucionalização e consolidação da pesquisa ocorrem mediante a participação ativa dos Cursos de Engenharias: Civil, Produção, Elétrica e Mecânica, o que vem permitindo nos últimos 5 anos implementar a cultura da pesquisa nas FIRB, como metodologia de Ensino, aperfeiçoando as atividades que já são desenvolvidas pelos cursos de Pedagogia, Administração, Ciências Contábeis e Agrimensura.

O incremento das pesquisas desenvolvidas alinha-se ao ensino, bem como aos projetos e ações de extensão, com o objetivo de contribuir para a produção, a sistematização e a disseminação do conhecimento de forma integrada.

Assim, o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que a graduação e pós-graduação se aprofundam acompanhando o princípio da verticalidade.

Os processos de pesquisa, sejam de cunho pedagógico e/ou científico, partem do desenvolvimento de práticas investigativas intensificando-se até a geração de soluções tecnológicas, às demandas sociais e peculiaridades regionais, tendo como foco a extensão de seus benefícios para a comunidade.

As FIRB têm como prioridade incentivar as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelos discentes com orientação de professores das disciplinas. Nesse sentido, compreende como fundamental a articulação da qualidade do ensino ao desenvolvimento científico, pedagógico, artístico, esportivo, tecnológico e cultural de nossa região.

Buscam priorizar projetos de pesquisa e programas de iniciação científica vinculados aos objetivos do ensino e extensão, e inspirados em proposições e demandas locais, regionais e nacionais. Nesse intuito, estabelecem e mantêm intercâmbio com outras instituições de ensino, visando firmar contatos e convênios sistemáticos entre pesquisadores, promovendo o intercâmbio entre instituições.

As pesquisas a serem realizadas deverão harmonizar-se com o Projeto Pedagógico da Instituição e sua implementação ocorrerá mediante a adoção de procedimentos que consistirão, principalmente, em:

- buscar alternativas de fomento às ações de pesquisa;
- realizar convênios com instituições de ensino superior vinculadas à pesquisa, firmar e manter intercâmbio com instituições científicas, visando estabelecer contatos sistemáticos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- criar mecanismos de avaliação e divulgação da produção científica e tecnológica realizada nas FIRB;
- promover simpósios destinados ao debate de temas científicos, pedagógicos e culturais em todas as áreas de abrangência das FIRB;
- disponibilizar recursos audiovisuais, de informática e acervo bibliográfico atualizado;
- possibilitar participação em eventos científicos, culturais, artísticos, esportivos e pedagógicos que possam sensibilizar e incentivar os alunos e os professores ao desenvolvimento da prática de pesquisa, sobretudo aqueles que desempenham atividades profissionais articuladas com os eixos temáticos estratégicos pesquisados na própria Instituição;
- desenvolver pesquisas que contribuam para a indissociabilidade com o ensino de graduação e de pós-graduação;
- mobilizar recursos para o desenvolvimento de projetos especiais;
- disponibilizar o acesso às bases de dados nacionais e internacionais de artigos científicos;
- buscar a aproximação e a integração com os setores produtivos.

A gestão da pesquisa é de responsabilidade do CEPEX, Coordenadorias de Cursos de Graduação e de pós-graduação.

A pesquisa transversaliza todo processo ensino e aprendizagem nesta instituição na forma de iniciação científica, considerada como estratégia para despertar o gosto pela investigação e aceitar o desafio de se conhecer o novo por

meio da busca constante do conhecimento na ciência e na realidade cotidiana, pois, como Clarice Lispector, acreditamos que “é do buscar e não do achar que nasce o que eu não sabia”. É desenvolvida no interior das disciplinas e cursos da Instituição como metodologia de ensino, para que se fortaleça a interatividade e o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício da cidadania.

Nos cursos das FIRB a pesquisa faz parte da concretização das aulas práticas que estão dimensionadas nos planos de aula, nos planos de ensino e nos projetos político-pedagógicos de cada curso, como forma de aproximação com o fazer profissional do engenheiro, articulando a teoria com a prática.

2.10.5 Políticas de Pós-graduação

As políticas de Pós-Graduação das FIRB buscam assegurar a necessária articulação entre ciência, tecnologia e cultura, e entre ensino, pesquisa e extensão, tendo em vista o compromisso de contribuir para o desenvolvimento nacional, com destaque à sua atuação no plano local e regional, conforme prevê o PDI. As FIRB vêm buscando, portanto, ofertar uma educação que possibilite aos indivíduos gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, permitindo-lhes “problematizar o conhecido, investigar o não conhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a se tornarem credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional” (MEC, 2008, p. 25).

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, destinados aos portadores de diploma de graduação, são cursos de especialização e de MBA, que visam à complementação, ampliação e desenvolvimento do nível de conhecimento teórico-prático em determinada área de saber, buscando atender demandas sociais e do mundo do trabalho de forma articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Salienta-se que as políticas de Pós-Graduação estabelecem que os Programas de Pós-Graduação devem levar em consideração a indissociabilidade entre a prática do ensino e da pesquisa; o ensino e a pesquisa como atividade estratégica de verticalização das atividades acadêmicas; o atendimento de demandas sociais, do mundo do trabalho e da produção, com os impactos nos arranjos produtivos locais; o comprometimento com a inovação tecnológica e com a transferência de tecnologia para a sociedade; a formação de recursos humanos

para os campos da Educação, Ciência e Tecnologia, tendo como base o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica e a formação de profissionais para a pesquisa aplicada e a inovação tecnológica.

2.10.6 Políticas de extensão

A ação de extensão é compreendida, no contexto das FIRB, como a prática acadêmica que interliga a FIRB, nas suas atividades de ensino e pesquisa, com as demandas da comunidade, possibilitando a formação de profissionais aptos a exercerem a sua cidadania, a contribuírem e a humanizarem o mundo do trabalho. É por meio da extensão que as FIRB contribuem de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da região, articulando teoria e prática e produzindo novos saberes.

As ações de extensão são compreendidas como processos educativos que integram a formação humana dos pontos de vista cultural e científico, tornando acessível o conhecimento de domínio da instituição, seja por sua própria produção, seja pela sistematização ou pelo estudo do conhecimento universal disponível. Há que se ressaltar, ainda, que é por meio da extensão que se dá o processo de revitalização institucional, já que a sua razão de existência é atender aos anseios da comunidade.

As FIRB visam, do ponto de vista das políticas de extensão: a otimização das relações de intercâmbio institucional com a sociedade voltadas para a reflexão-ação em torno das necessidades [sócioeducacionais](#) e econômicas locais e regionais; a divulgação do conhecimento produzido internamente; o fortalecimento das ações conjuntas envolvendo ensino, pesquisa e extensão em consonância com as necessidades sociais; a promoção de atividades de extensão em todos os cursos, bem como a captação e a oferta de recursos destinados ao incentivo e apoio às ações extensionistas; a divulgação das ações para reforçar e ampliar parcerias com a comunidade acadêmica, setores governamentais e não governamentais, no âmbito da União, do Estado e dos Municípios, visando contribuir para a definição de políticas públicas de extensão em ações efetivas de combate à exclusão em todos os setores da sociedade.

As FIRB entendem que a extensão fortalece a sua relação com a comunidade, porque propicia a participação institucional em ações sociais que priorizam a superação das condições de desigualdade e exclusão ainda existentes. É na medida em que socializa seu conhecimento que as FIRB têm a

oportunidade de exercer a responsabilidade social que lhe compete efetivar o compromisso que assume, através de sua missão, com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos por meio da educação.

O compromisso social manifesta-se na colaboração, no conhecimento e na transformação da comunidade, por meio de uma atuação eficaz, que compreenda a educação como processo social de formação do indivíduo para o exercício livre e responsável da cidadania.

É compromisso das FIRB buscar, constantemente, tempos e espaços curriculares a fim de concretizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

2.10.7 Responsabilidade social da instituição, enfatizando a contribuição à inclusão social e ao desenvolvimento econômico e social da região.

As FIRB desenvolvem seu trabalho na área educacional, refletindo compromisso com a responsabilidade social. Tem como componentes da sua função social o desenvolvimento pleno de seu corpo discente, docente e técnico administrativo, o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho no contexto de Ensino, de Iniciação Científica e de Extensão. Visa, ainda, à gradativa diminuição das desigualdades sociais dentro de um contexto de desenvolvimento sustentável. O maior compromisso social das FIRB é a construção de uma sociedade mais justa, cujos pressupostos básicos estabelecem um novo e diverso mercado de relações, novas formas de organização e de critérios e qualidades fortalecidas no ser humano.

Para o atendimento, respeito e acolhimento à diversidade, a FIRB concebe a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de forma transversal, pois entende que a Inclusão Escolar deve perpassar todos os níveis e modalidades de Ensino. Dessa forma, as FIRB possuem o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico, responsável por **acolher** este público, através do atendimento necessário e adequado, propiciado por psicopedagoga, garantindo assim a acessibilidade, desde o ingresso até a conclusão do curso de graduação.

Contextualizam a responsabilidade social como eixo transversal do seu Projeto Pedagógico Institucional através das ações de ensino, pesquisa, extensão. O paradigma da responsabilidade social assumido pela Instituição representa uma das vias para consolidar o seu projeto educacional como espaço

que promove a formação integral e de cidadania responsável. (PERNALETE; ORTEGA, 2010).

Como instituição voltada para a região na qual se insere, os projetos de ensino, pesquisa e extensão nascem da identificação das necessidades regionais, tanto sociais quanto econômicas. Esse diálogo necessário com a sociedade promove a geração de conhecimentos novos, de tal forma que permite ir introduzindo inovações para responder às necessidades da complexa realidade social e do mundo do trabalho.

Sendo assim, as FIRB assumem sua função social que faz parte da trama de poderes ligados a interesses políticos, econômicos e sociais, estabelecendo diálogo entre instituição e sociedade através da execução de projetos e programas de alcance social, tanto no âmbito interno da instituição quanto em seu entorno.

Além dos projetos institucionais comprometidos com a educação integral e o desenvolvimento pleno do cidadão, as FIRB engajam-se nos Programas Sociais do Governo que têm interface com a educação. Dentre esses, pode-se citar: - Bolsa Escola da Família e FIES.

À educação inclusiva concerne um espaço pedagógico que reconhece e aceita a diversidade, assumindo assim uma postura que ressignifica as diferenças, dando-lhes sentido heterogêneo. Fonseca (2003) ilustra a questão com a referência: “a educação inclusiva respeita a cultura, a capacidade e possibilidades de evolução dos sujeitos envolvidos”.

Em consonância com as diretrizes legais que estabelecem o direito das pessoas com necessidades específicas à igualdade de condições de acesso e permanência, com atendimento especial, as FIRB instituíram o Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos que tem objetivo de organizar e estimular projetos e programas educacionais para a convivência, consciência da diversidade e principalmente buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais, atitudinais e de comunicação, buscando adequar-se à legislação no que diz respeito à acessibilidade física e prioridade de acesso (Lei 10.098/00, Lei 10.048/00, Decreto 5.296/06 e NBR 9050 da ABNT).

É compromisso do Comitê o fomento do processo de inclusão e de ações afirmativas, revelando o pacto das FIRB com a formação integral do ser humano, em especial ao relacionamento que estabelece com o mundo do trabalho.

Além disso, são princípios da ação inclusiva nas FIRB:

- o respeito à diferença;

- a igualdade de oportunidades e de condições de acesso, inclusão, permanência e êxito;
- a defesa da interculturalidade;
- a integração com a comunidade acadêmica.

A educação inclusiva como é entendida na FIRB visa atender às necessidades específicas de todos os alunos, por meio do desenvolvimento de práticas pedagógicas com estratégias diversificadas. As FIRB implementam o que regem as Leis 10.639/03 e 11.645/08, sobre a inclusão de ações pedagógicas que contemplem as relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena. Possuem o Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico ao aluno e o Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos que são responsáveis por impulsionar e organizar estudos e ações que direcionem para uma educação pluricultural e pluriétnica, incentivando a construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas.

A política da Diversidade de Gênero é inserida com vistas a promover valores democráticos de respeito à diferença e à diversidade, articulando os setores da Instituição nas diversas atividades relativas à inclusão e diversidade de Gênero e Sexualidade.

Para atender aos requisitos legais como promover ações inclusivas, a instituição prioriza a aquisição e a utilização de recursos materiais e técnicas avançadas e investe na formação dos servidores para que desenvolvam e atuem com competência em contextos de diversidade.

2.10.8 Acesso como forma de responsabilidade social

As FIRB têm como compromisso contribuir para a democratização e expansão da educação superior buscando assegurar a igualdade de condições de acesso. Nesse sentido, a forma de ingresso aos cursos regulares das FIRB é mediante processo seletivo. O número de vagas para os cursos está definido na Portaria de autorização de cada curso e demonstrado nos Projetos Pedagógicos de cada curso, adequando-se às demandas regionais e às especificidades locais e regionais.

2.10.9 Extensão como forma de responsabilidade social

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Instituição e a Sociedade.

Assim, enquanto prática acadêmica que interliga as FIRB nas suas atividades de ensino e de pesquisa, a extensão universitária possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais, junto à sociedade como espaço privilegiado de produção e reprodução do conhecimento necessário à melhoria do processo de democratização e inserção social.

A extensão se fará em dois níveis, interativamente:

- Curricular – que passa pela integração aos projetos pedagógicos dos cursos, e são desenvolvidas na forma de ações e atividades específicas da extensão (projetos, cursos, eventos, prestação de serviços), enquanto parte efetiva do processo de formação acadêmica.
- Extracurricular – mediante a viabilização de projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, vinculados institucionalmente às coordenadorias de cursos e voltados às necessidades e interesses da comunidade interna e externa.

Para que isto aconteça as FIRB assumem compromisso com:

1. Estímulo permanente à sua aproximação com a sociedade, propiciando a leitura crítica da realidade, estimulando a troca e a reelaboração do conhecimento favorecendo a visão integral da pessoa humana e da sociedade numa perspectiva transformadora.
2. Desenvolvimento de projetos, priorizando os de natureza interdisciplinar, e inter coordenadorias, que favoreçam o equacionamento das demandas emergentes.
3. Estímulo ao desenvolvimento de projetos que contemplem a efetiva participação de alunos, favorecendo a formação do profissional como cidadão.
4. Articulação permanente com instituições públicas, privadas, ONGs e movimentos sociais com vistas ao desenvolvimento de parcerias.
5. Articulação com programas ou projetos de maior abrangência, de iniciativa de outras organizações do setor educacional como os do MEC ou Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e ainda com os Departamentos Municipais de Educação da região.
6. Estímulo a implementação de projetos, cursos e atividades de iniciativa das FIRB, que venham a contribuir para o desenvolvimento da região de Andradina.

8. Estímulo à interação das atividades de extensão com os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, bem como com os cursos de pós-graduação *lato sensu*.

3- IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI

Tabela I - Programação de abertura de cursos de **Graduação** (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo)

Nome do curso	Carga horária	Modalidade	Nº de alunos por turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Direito	3700	Bacharelado	50	02	Noturno	FIRB	2018
Sistemas de Informação	3000 .	Bacharelado	60	01	Noturno	FIRB	2019
Designer Digital	3600	Bacharelado	60	01	Noturno	FIRB	2020
Gastronomia	1600	Tecnologia	50	01	Noturno	FIRB	2021

4. Implantação e Desenvolvimento da Instituição – Programa de Abertura de Cursos de Pós-Graduação e Extensão

Tabela II - Programação de abertura de cursos de Pós-graduação (Lato sensu)

Nome do curso	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
Engenharia de Segurança do Trabalho	Lato Sensu	50	01	Diurno	FIRB	2018
Educação Especial	Lato sensu	50	01	Diurno	FIRB	2018
MBA em Finanças, Controladoria e Auditoria	Lato sensu	50	01	Diurno	FIRB	2018

Tabela VII – Programação de atividades de extensão

Nome do curso	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
CUIDANDO DA ÁGUA	Presencial	30	01	Noturno	FIRB	2018
PROJETO SEMÁFORO	Presencial	30	01	Noturno	FIRB	2018
Projeto de Construção de um protótipo de KART	Presencial	30	01	Noturno	FIRB	2018
INTEGRAÇÃO FIRB/ESCOLA PÚBLICA DO ENSINO MÉDIO	Presencial	30	01	Noturno	FIRB	2018
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Presencial	30	01	Noturno	FIRB	2019
ARDUÍNO	Presencial	30	01	Noturno	FIRB	2020
PLACAS DE AUTOMAÇÃO	Presencial	30	01	Noturno	FIRB	2020
FABRICAÇÃO DE CADEIRAS DE RODAS PARA NECESSITADOS	Presencial	30	01	Noturno	FIRB	2021

Tabela VIII – Programação de atividades de pesquisa

Nome do curso	Modalidade	Nº de alunos/turma	Nº turmas	Turno(s) de Funcionamento	Local de Funcionamento	Ano previsto para a solicitação
INICIAÇÃO CIENTÍFICA	PRESENCIAL	10	10	Noturno	FIRB	2017

5. Organização Didático Pedagógica da Instituição

5.1 Formas de acompanhamento e avaliação do planejamento e execução do trabalho docente.

O trabalho executado pelos docentes das FIRB é avaliado anualmente através de avaliações executadas pela CPA e coordenação de curso. Os docentes são avaliados pelos alunos e coordenadores, duas vezes por ano. São observados os seguintes critérios para avaliação:

- I. Apresentação do plano de Ensino da disciplina;
- II. Cumprimento do plano da disciplina pelo professor;
- III. Forma de abordagem, organização dos assuntos e linguagem empregada pelo professor nas suas aulas;
- IV. Qualidade das aulas práticas;
- V. Demonstração de conhecimento atualizado dos assuntos pertinentes à disciplina;
- VI. Pontualidade e conduta do professor em relação ao tratamento aos alunos e seus pares.

O instrumento (questionário) é apresentado ao aluno de forma eletrônica que atribui notas que variam de 01 a 05.

Os resultados gerados para cada docente é avaliado pelo coordenador assim como o NDE de cada curso. Os resultados são também apresentados para o docente de forma individual para sua análise. Casos em que as médias alcancem notas abaixo de 03, o docente recebe orientações específicas do coordenador do curso e da Profissional responsável pelo atendimento Psicopedagógico da Instituição.

Outra fonte importante de acompanhamento do trabalho docente é a Ouvidoria. Neste caso as demandas frequentes em relação a um professor levam a uma ação imediata do coordenador que convoca o docente para uma reunião e se necessário, os alunos são ouvidos para avaliar a conduta do mesmo.

Os docentes também são ouvidos, regularmente, a respeito das dificuldades e facilidades no processo de ensino através de questionários. Se eventualmente, algum docente se apresentar com dificuldades, o mesmo é encaminhado ao responsável pelo atendimento Psicopedagógico das FIRB.

5.2 Incorporação de avanços tecnológicos na oferta educacional

A utilização das tecnologias é uma realidade nas FIRB. A atualização constante das ferramentas necessárias à otimização das Tecnologias da Informação - TICs é considerado imprescindível ao desenvolvimento do processo educativo.

Pretende-se instituir o laboratório móvel de informática para garantir uma maior mobilidade das TICs às salas de aulas

A instituição pretende ampliar as salas interativas, onde as carteiras são equipadas com tomada e sistema wifi e ao mesmo tempo podem ser mesas para anotações. Pretende ampliar as salas que possuem projetores multimídia com computador, de modo a facilitar a busca na internet uma vez que é banda larga, facilitando o trabalho do professor e dos acadêmicos.

Lousa eletrônica no laboratório de informática.

Sistema de livre acesso a redes sociais.

Site e páginas no Facebook.

Criação de grupos nas redes sociais envolvendo sala de aulas, curso, docentes de curso, docentes da IES, corpo técnicoadministrativo.

Equipamentos dos laboratórios de física e de concreto como osciloscópios, fontes eletrônicas, prensas eletromecânicas e trilhos de ar.

5.3 Atividades complementares

As atividades complementares serão constituídas por atividades de pesquisa, extensão, seminários, simpósios, congressos, conferências, monitoria, iniciação científica.

O aluno poderá participar de projetos e programas de pesquisas individualmente ou com auxílio do professor.

A extensão constitui um campo possível para as iniciativas docentes e discentes de aprimoramento, intercâmbio, divulgação do conhecimento, prestação de serviços à comunidade e pela necessária inserção do saber teórico e de seus futuros operadores na própria realidade política, econômica, social e cultural do País e, em especial, da região.

O aluno poderá participar de eventos diversos, programados ou indicados pelo Curso; desenvolvimento de empresa júnior; projetos e convênios envolvendo a Instituição e realização de atividades junto à comunidade em outros programas instituídos pelo Curso;

Os alunos deverão cumprir, obrigatoriamente, as horas de Atividades Complementares prescritas em cada matriz curricular durante o Curso.

Todas as atividades devem ser comprovadas ao Coordenador do Curso através de formulário adequado, pelo próprio aluno, vedado o preenchimento da carga horária global mínima com um só tipo de atividade.

O Coordenador encaminhará ao Professor responsável pelo recolhimento dos comprovantes de cumprimento das atividades complementares e este após conferir e registrar encaminhará à Secretaria Geral de cada Curso as comprovações das atividades para efeito de registro no histórico escolar.

O Colegiado de Curso poderá baixar normas complementares para cada tipo de atividade, especificando a exigência de certificados de frequência e participação, carga horária cumprida, relatório de desempenho e relatórios individuais circunstanciados que possibilitem a avaliação e o acompanhamento do percurso curricular do discente.

As FIRB compreendem que a sua função não é apenas de contribuir para a formação intelectual do ser humano, mas, também, de preparação dele para atuação no mundo do trabalho.

Assim é que as ações delineadas pelas FIRB possibilitam aos seus alunos oportunidades de iniciarem a trajetória acadêmica em uma perspectiva de associação entre a teoria e a prática, através de experimentações *in loco*, seja através das práticas profissionais, atividades complementares e estágios curriculares supervisionados obrigatórios.

As práticas profissionais são realizadas no contexto das disciplinas do eixo profissional, em laboratórios da FIRB ou em organizações conveniadas, sob a orientação dos docentes das disciplinas. Tais práticas são favorecidas a partir da implantação dos Laboratórios Específicos de Práticas Profissionais.

Sobre aulas práticas acrescenta-se que nos planos de ensino estão registradas as porcentagens de aulas teóricas e aulas práticas de cada disciplina.

Elas acontecem fora da sala de aula quando das visitas técnicas nas indústrias da região: JBS, Eldorado, Raízen, Feiras internacionais de Engenharia de Produção, Citroplast, Itaipju, entre outras.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, as atividades complementares são Estudos Independentes, a serem ajustados entre o aluno e a coordenação do curso de graduação, sendo oferecidos em todos os períodos letivos.

As atividades complementares podem ser desenvolvidas em qualquer fase do curso, desde que o aluno assim resolver. Todas as atividades devem ser comprovadas pelo próprio aluno, mediante apresentação semestral dos documentos comprobatórios, de acordo com Edital próprio, divulgado pela coordenação dos cursos.

A participação dos alunos nas atividades complementares será precedida de análise e orientação, por professores designados pela Coordenação do Curso, objetivando o melhor aproveitamento das potencialidades do educando e a adequação dessas atividades aos objetivos do curso.

Integram o conteúdo programático dos Estudos Independentes/Atividades Complementares, em todos os períodos letivos do curso:

I - Programas de iniciação científica e atividades de pesquisa;

II - Atividades de extensão;

IV – Estágios Curriculares Não-obrigatórios;

V - Congressos, seminários, simpósios, painéis, conferências ou eventos similares.

A integralização das atividades complementares será gerenciada pelo Colegiado e pela Coordenação de Curso, mediante requerimento preenchido e entregue ao professor responsável anexando documentação comprobativa.

Para integralização, ainda se expõe quanto à convalidação de horas:

a) participação em programas de extensão junto à comunidade, comprovada por meio de certificado de participação ou outro documento comprobatório, correspondente ao número de horas trabalhadas;

b) realização de atividade de monitoria em disciplina pertencente ao currículo do Curso, sendo considerado, no máximo, três admissões, contabilizando-se a carga-horária de atividades apresentadas no plano de trabalho do discente e devidamente assinado pelo professor responsável;

c) participação em eventos científicos, seminários, simpósios, congressos, conferências, mediante apresentação de certificado ou outros documentos que atestem o evento;

A forma de acompanhamento e registro acontece por meio do trabalho do Técnico de Informática que recebe o xerox dos certificados que são lançados em um sistema na página das FIRB, no portal do aluno que acompanha os

registros usando seu RA (Registro Acadêmico) para acesso ao relatório em meio eletrônico.

Ressalta-se que no que se refere às atividades complementares, o seu cumprimento está regulamentado em norma específica, devidamente aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão/CEPEX e publicado pelo Diretor Geral.

5.4 Parâmetros para seleção de conteúdos e elaboração dos currículos

A seleção de conteúdos é o resultado de um universo maior de conhecimentos e saberes conforme o objetivo que se tenha de educação. Para formar um ser humano crítico e participativo na sociedade é necessário selecionar conhecimentos diferentes daqueles que são tradicionalmente escolhidos e que não priorizam a criticidade. A seleção é uma questão de poder. Ao selecionar determinado conteúdo para fazer parte do currículo, estar-se-á privilegiando alguns conteúdos em detrimento de outros.

A definição dos conteúdos para elaboração dos currículos a serem desenvolvidos nos diferentes cursos das FIRB deve-se ter em conta a análise da realidade, foco nos aspectos da inserção regional da Instituição e operada com referenciais específicos, tais como:

Socioantropológico, que considera os diferentes aspectos da realidade social em que o currículo será aplicado. Visam despertar no aluno a consciência para os problemas brasileiros e mundiais, de modo que possa capacitá-los a exercer uma profissão na sociedade com respostas conscientes e livres para a construção de um mundo onde todos tenham oportunidades iguais, onde todos participem na produção consciente do espaço, exercendo a cidadania e, conseqüentemente, a democracia plena;

Psicológico, que se volta para o desenvolvimento cognitivo do aluno;

Epistemológico, que se fixa nas características próprias das diversas áreas do saber tratadas pelo currículo;

Entende-se que o processo educacional deve estar centrado nos conteúdos relevantes para a formação do cidadão, respeitadas as especificidades das diferentes disciplinas. O estudante deve ser avaliado quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades, por meio da aprendizagem significativa daqueles conteúdos.

Além disso, o desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, análise, síntese, comunicação de ideias, planejamento, memorização etc.

Ao selecionar os conteúdos, os professores trabalham conforme suas visões de mundo, suas ideias, suas práticas, suas representações sociais. Toda prática educativa apresenta determinado conteúdo, a questão maior é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de como estará o seu ensino e, para tanto, nas suas disciplinas os docentes das FIRB irão:

- Tomar como referência a prática profissional, analisar criticamente as formas de seleção e organização dos objetivos e conteúdos, assim como o seu significado no processo de ensino, identificando qual a concepção de homem, mundo e educação que estão orientando essa prática.
- Discutir a importância da determinação dos objetivos como elementos que orientam o processo, envolvendo a seleção de conteúdos, procedimentos, avaliação, e definindo o tipo de relação pedagógica a ser estabelecida.
- Considerar que o conteúdo só adquire significado quando se constitui em um instrumental teórico-prático para a compreensão da realidade do aluno, tendo em vista a sua transformação.

Para assegurar a qualidade do ensino na Instituição e garantir o atendimento às diretrizes pedagógicas estabelecidas, e ao perfil de egresso de cada Curso as seguintes atividades são desenvolvidas: a revisão contínua dos currículos; a atualização permanente de programas, ementas, bibliografias e planos de ensino; a dinamização das atividades práticas de formação profissional; a orientação acadêmica; a ampliação dos recursos de apoio ao ensino; o aperfeiçoamento docente; a qualificação docente; a criação de novos cursos; a elaboração e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos e a autoavaliação constante visando ao aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido.

As FIRB observam as seguintes diretrizes na elaboração e revisão dos currículos:

- Coerência do currículo com os objetivos do curso;
- Coerência do currículo com o perfil do egresso;
- Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais;
- Adequação da metodologia de ensino à fundamentação teórico metodológica do curso;
- Inter-relação e integração entre as disciplinas;

- Dimensionamento da carga horária das disciplinas;
- Adequação e atualização das ementas e programas das disciplinas;
- Adequação, atualização e relevância da bibliografia.

A seleção de conteúdos ministrados pelos cursos das FIRB visam garantir os seguintes aspectos:

- A interdisciplinaridade sempre que possível assim como a correlação entre teoria e prática;
- A aquisição gradual de conhecimentos e habilidades, permitindo uma aprendizagem para um competente desempenho profissional;
- A formação de um aluno com pensamento lógico-crítico;
- A valorização da pesquisa como um instrumento de conhecimento analítico e transformador;
- Promover ações de recuperação de conteúdos, principalmente para alunos ingressantes e com defasagem de conteúdos por meio de aulas extras ofertadas aos sábados pelo professor da disciplina.
- Ementa zero no início das disciplinas básicas para nivelamento dos alunos.
- As DCNs e as características da inserção regional previstas nos PPCs, PPI e PDI.

As disciplinas e os conteúdos são estabelecidos em função das proposições das Diretrizes Curriculares Nacionais e da Proposta Pedagógica Institucional, além de, se considerar as demandas de cada profissão, considerando os Cursos de Graduação ofertados pela FIRB: Administração, Ciências Contábeis, Tecnologia em Agrimensura, Pedagogia, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica.

Observa-se que cada Curso tem sua identidade, seu objetivo, e a partir disto o discurso e a prática são organizados, visando com que as disciplinas girem em torno do objeto central da formação, sem que haja distanciamentos epistêmicos, uma vez não serem fundamentais à formação. Assim as disciplinas são encaradas como caminhos peculiares de aproximação ao objetivo, sendo interdisciplinarizadas em favor do seu desvelamento.

Em meio às Semanas Acadêmicas, a interdisciplinaridade apresenta-se como metodologia fundamental de enriquecimento dos objetivos, pois os projetos que culminam neste momento são estruturados e estudados em meio ao desenvolvimento curricular dos diversos cursos ofertados pela FIRB.

É verdade que a otimização da estrutura curricular dos cursos, permite um melhor aproveitamento dos conteúdos ministrados, ressignificação e atualidade dos conteúdos ofertados durante o curso e qual sua aplicabilidade enquanto conhecimentos que permitam pensar de modo abstrato, tomar decisões na urgência e na incerteza.

À coordenação dos respectivos cursos cabe a implementação da interdisciplinaridade entre as unidades curriculares e áreas do conhecimento, acompanhando, orientando e subsidiando o processo.

As FIRB, ao atenderem às expectativas da comunidade, em relação à promoção de formação superior com excelência, procura desenvolver, em seus Cursos de Graduação e Pós-graduação, a proposta dialética, à luz do seu PPI, tendo como metodologia para desdobramento curricular a interdisciplinaridade.

As FIRB compreendem que a metodologia interdisciplinar deve ser desenvolvida em suas características de problematização, contextualização e flexibilização, tendo a definição de um objeto entre as unidades de uma dada disciplina, entre as disciplinas de um dado curso, entre os cursos superiores ofertados pela FIRB, bem como em suas atividades de pesquisa e extensão.

A interdisciplinaridade utiliza em suas vivências curriculares as linguagens de afirmação, negação e complementação, o que aprofunda e articula objetos de saber, em favor da elaboração de um conhecimento cada vez mais sofisticado.

A trama interdisciplinar é estabelecida através de processos mentais que são configurados em meio aos desafios pedagógicos. Como exemplo, tem-se o estudo de caso. A ideia é levar para sala de aula narrativas de situações reais, que receberão fundamentação dos princípios teóricos. Os estudos de caso contextualizam e flexibilizam o conhecimento em suas narrativas, problematizando o objeto em meio aos questionamentos. O desenvolvimento do trabalho com o estudo de caso se dá por meio da resolução de situações-problema. A resolução do problema é realizada a partir de desafio, o que é básico para o desenvolvimento de competências e habilidades. Isto se dá por meio da elaboração de artigo científico, ao responder problematizações que são estruturadas ao longo do estudo, sejam elas simuladas ou decorrentes do cotidiano, da preparação e apresentação de seminário, da atividade prática em laboratório, da avaliação bimestral, bem como de outras dinâmicas favorecedoras de aprendizagem, bem como em meio a elaboração do TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

Entende-se, assim, que o estudo do caso possibilita não apenas desenvolvimento intelectual do sujeito aprendente, mas a sua preparação para o mundo do trabalho, humanizando os pares pela via do pluralismo de identidades e de pontos de vista, tendo uma notória manifestação dos pilares da educação presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo MEC.

Nos currículos plenos de cada curso consideram-se as demandas sociais e do meio e os avanços científicos e tecnológicos, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

A formação de licenciados, tecnólogos e bacharéis nesta instituição é concebida como um processo contínuo, autônomo e permanente, com uma sólida formação básica e uma formação profissional fundamentada na competência teórico-prática, de acordo com o perfil de um formando adequado às novas e emergentes demandas sociais e do mercado de trabalho.

Visa formar um homem pleno, permanentemente aprendente, visando sua progressiva autonomia profissional, moral e intelectual, apto a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento.

Para efetivar consistentemente estes princípios adota-se uma Metodologia de Abordagem Dialética do Conhecimento, através de uma Metodologia de Procedimento Interdisciplinar. Portanto, a interdisciplinaridade é um dos princípios metodológicos que transversalizará todos os cursos permitindo real compreensão dos fenômenos científicos.

Fundamental para o sucesso desta metodologia é a implementação do trabalho em equipe, intra e inter-coordenadorias, visando concretizar a construção do conhecimento significativo e não fragmentado, possibilitando ao aluno visão ampla e contextualizada da realidade.

Todos os PPCs dos cursos em funcionamento nas FIRB devem estar orientados para selecionar conteúdos significativos globais, como aportes no processo de desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes, valores e convicções, organizados didaticamente com princípios metodológicos que proporcionem a construção e interação do saber entre alunos, professor e conteúdos traduzindo a cultura elaborada, historicamente acumulada pelas ciências.

As atividades de extensão, de iniciação científica, de estágio supervisionado e outras, são propostas interdisciplinarmente, destinadas a contribuir para a formação geral e profissional dos graduandos.

5.5 Políticas/normatização para estágio supervisionado

Os Estágios Curriculares Supervisionados Obrigatórios são realizados em Instituições conveniadas, sob a supervisão de profissionais habilitados e acompanhamento dos docentes do curso. Têm por objetivo a complementação educacional e o exercício profissional do aluno, executando-se mediante sua efetiva participação no desenvolvimento de programas e de planos de trabalho, em órgãos públicos ou privados que mantenham atividades vinculadas à natureza do curso frequentado pelo discente. Como enriquecimento da oferta de estágio o Projeto Pedagógico de cursos prevê o desenvolvimento de parte das horas de Estágio supervisionado a serem cumpridas em forma de Projetos Especiais vinculados ao campo de atuação do estagiário..

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é imprescindível para a conclusão do curso de graduação nas FIRB, sendo requisito para o diploma.

Para a realização do Estágio, o aluno deve:

- estar devidamente matriculado;
- ter cumprido as disciplinas teórico-práticas que fundamentam o estágio;
- receber a documentação necessária e o planejamento didático de estágio, contendo objetivos, finalidade, dias, carga e horário de trabalho.

Por tal delineamento, das Atividades de Prática Profissional, Complementares e de Estágio, as FIRB supõem que seus discentes estarão melhor preparados para comunicar ideias com mais desenvoltura, por ocasião da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, a ser apresentado, na forma de Artigo Científico, evidenciando seu crescimento na revelação de saberes, competências e habilidades.

Para as Atividades de Prática Profissional, Complementares e de Estágio Supervisionado são regulamentadas por Normas internas específicas para cada modalidade acima mencionada, aprovadas pelo CEPEX e CSA.

6. Perfil do Corpo docente e Corpo Técnico administrativo da instituição.

6.1. Requisitos de titulação e experiência profissional do corpo docente:

O perfil desejado para ser admitido como professor das FIRB está dimensionado no Plano de Carreira e Remuneração do Corpo docente da Instituição e foi instituído pela Resolução SOCAN nº 003/2009 e Homologado pelo Ministério do Trabalho pela Portaria nº 147 de 23/11/2012, publicada no D.O.U. de 27/11/2012.

São requisitos exigidos pelas FIRB aqueles constantes do artigo 7.º do plano de carreira do pessoal do magistério superior das FIRB:

Art. 7º. Para as categorias de Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular, são exigidos o diploma de curso superior na área de conhecimento ou nas áreas afins na qual ele irá atuar, assim como os seguintes requisitos: (nova redação)

I - revogado;

II - Professor Assistente: possuir o título mínimo de Especialista na área correspondente, obtido em instituição credenciada pelo MEC, nos termos da lei.

III - Professor Adjunto: Ser portador do título mínimo de Mestre na área ou área afim da qual irá atuar, obtido em instituição credenciada pela CAPES, nos termos da lei.

IV - Professor Titular: Ser portador do título mínimo de Doutor na área ou área afim da qual irá atuar, obtido em instituição credenciada pela CAPES, nos termos da lei.

Parágrafo único. Os diplomas obtidos no exterior devem ser convalidados/revalidados conforme legislação vigente, para se obter os benefícios da categoria.

6.2- critérios de seleção e contratação de professores:

Os critérios de seleção e contratação docente estão descritos no Plano de Carreira e Remuneração do Corpo docente das FIRB que foi instituído pela Resolução SOCAN nº 003/2009 e Homologado pelo Ministério do Trabalho pela Portaria nº 147 de 23/11/2012, publicada no D.O.U. de 27/11/2012.

6.3- Políticas de qualificação e plano de carreira docente:

6.3.1 Descrever as políticas para qualificação continuada do corpo docente, inclusive de professores para a disciplina Língua Brasileira de Sinais LIBRAS.

As políticas de qualificação são normatizadas através do Programa de Bolsa de Estudo e/ou deslocamento para pós-graduação de docentes através da resolução SOCAN n.º 01/97.

As FIRB também implementaram em 2007 e continua aprimorando, um Programa de Qualificação Interna de Professores da IES.

De 2012 em diante a prioridade são os professores das Engenharias que por ser engenheiros não têm formação pedagógica para o exercício da docência.

A responsável por este programa de capacitação é a Assessora Pedagógica juntamente com o Núcleo de Capacitação docente constituído pelo Coordenador do Curso de Pedagogia e Professores do referido curso.

Quanto ao curso de Libras temos um professor com habilitação em nível de pós graduação *lato sensu* em LÍNGUA Brasileira de Sinais.

6.3.2 Plano de carreira para os docentes.

O corpo docente das Faculdades Integradas “Rui Barbosa”- FIRB é constituído pelos professores efetivos, membros da carreira do magistério, professores colaboradores, professores visitantes, professores temporários e professores substitutos.

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” poderão manter um corpo de monitores de nível superior que não integram a carreira do magistério e serão regidos por regulamento próprio

São atribuições do corpo docente as atividades constantes do plano de trabalho, que se caracterizam pela transmissão e outras ações típicas do saber e do fazer científicos, sistemática e didaticamente organizados no contexto de um referencial humanístico.

6.4 Regime de trabalho e procedimentos de substituição eventual de professores:

6.4.1 Regime de trabalho

O Regime de trabalho do corpo docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo mínimo de 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação. (Decreto nº 5773/2006, Art. 69 , parágrafo único)

Docente contratado atuando com 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma IES, tem reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

6.4.2 Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

Conforme previsto no artigo 12 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Superior das FIRB os professores substitutos poderão ser contratados por tempo determinado para exercer as atividades pertinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, durante o impedimento de professores que, por motivos justificados se ausentarem.

6.5- Cronograma de expansão de corpo docente:

6.5.1 Previsão de expansão do corpo docente em relação à expansão dos cursos no prazo de vigência do PDI. Deve ter correlação também com as metas institucionais.

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Especialista	Parcial	1	+1	+1	+1	+1
Especialista	Integral	0	0	0	0	0
Mestre	Parcial	1	+1	+1	+1	+1
Mestre	Integral	1	+1	+1	+1	+1
Doutor	Parcial	1	+1	+1	+1	+1
Doutor	Integral	1	+1	+1	+1	+1

6.6- Corpo técnicoadministrativo:

Critérios para seleção e contratação do corpo técnicoadministrativo

A seleção e contratação de pessoal técnico administrativo se dá nos termos do Plano de Carreira vigente, homologado pelo Ministério do Trabalho.

Art. 3º. O ingresso e a movimentação de empregados dentro da estrutura de cargos e salários da SOCAN obedecerão aos critérios definidos pela direção superior da SOCAN ou do Diretor Geral das FIRB.

Art. 4º. O ingresso de pessoal na SOCAN dar-se-á mediante indicação do Diretor Geral das FIRB ou indicação dos diretores da SOCAN e sua efetivação na estrutura de cargos e salários dependerá de aprovação em período experimental de noventa dias.

6.7- Cronograma de expansão do corpo técnicoadministrativo.

Obedecem ao que estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do pessoal administrativo da SOCAN homologado pelo Ministério de Trabalho em vigor nesta Instituição.

Titulação	Regime de trabalho	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Ensino Fundamental	Celetista		1	1	1	1
Ensino Médio	Celetista		1	1	1	1
Curso Superior	Celetista		1	1	1	1
Mestre	Celetista		1	1	1	1
Doutor	Celetista		1	1	1	1

7. Organização Administrativa da Instituição

7.1 Estrutura Organizacional da IES

Estrutura organizacional da IES, informando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos.

A Administração das FIRB será exercida pelos seguintes órgãos:

Art. 8º A SOCAN é responsável, perante a Administração Pública e a comunidade pelas FIRB sendo incumbida de tomar todas as providências necessários ao regular funcionamento da mantida, respeitados os limites da lei, deste Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente e a autoridade própria dos órgãos deliberativos e executivos.

Art. 9º Compete à SOCAN promover os adequados meios de funcionamento das atividades da Faculdade, colocando à disposição da mesma, bens móveis e imóveis de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos e assegurando os suficientes recursos financeiros de custeio e desenvolvimento.

§ 1º À SOCAN reserva a si a administração orçamentária das FIRB, podendo delegá-la no todo ou em parte ao seu Diretor Geral.

§ 2º Dependem da aprovação da Mantenedora as decisões dos cursos e/ou órgãos colegiados que importem em aumento de despesas.

§ 3º A Mantenedora designa o responsável pela guarda e conservação do Acervo Acadêmico das FIRB.

Art. 10. A “SOCAN é regida pelo seu Contrato Social.

Art. 11. A intermediação das FIRB com a SOCAN é realizada por intermédio do Diretor-Geral.

Art. 12. A administração das FIRB é exercida pelos seguintes órgãos gerais:

- I - Conselho Superior de Administração;
- II - Diretoria Geral;
- III - Coordenação dos Cursos de Graduação;
- IV - Colegiados de Cursos de Graduação
- V - Instituto Superior de Educação – ISE.

Seção I – Das Disposições Gerais

Art. 13. Os Órgãos Colegiados funcionam com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria simples dos votos dos presentes, salvo disposição expressa em contrato prevista neste Regimento.

§ 1º Atinge-se a maioria absoluta a partir do número inteiro imediatamente superior à metade do total dos membros do Órgão Colegiado.

§ 2º A ausência de determinada classe de representantes não impede o funcionamento dos colegiados, nem torna nulas suas deliberações, desde que tenha havido convocação prévia nos termos deste Regimento.

§ 3º O Presidente de Órgão Colegiado tem direito ao voto comum e ao voto de qualidade.

§ 4º Nenhum membro de Órgão Colegiado pode votar em assunto de seu interesse pessoal.

§ 5º As reuniões de Órgãos Colegiados são convocadas por documento impresso ou eletrônico pela autoridade competente, com antecedência mínima de 48 horas, constando da convocação a pauta dos assuntos.

§ 6º De cada reunião de Órgão Colegiado é lavrada ata que será discutida e submetida a voto na mesma reunião e após aprovação será assinada pelos presentes.

7.1.1 Do Conselho Superior de Administração

Art. 14. O Conselho Superior de Administração das FIRB, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matéria de políticas e procedimentos, administrativa, disciplinar, de natureza didático-administrativa da Faculdade, é constituído:

I - pelo Diretor-Geral da Faculdade;

II - por dois Coordenadores de Curso de graduação, representantes de seus pares;

III - por um professor dos cursos de graduação, representante de seus pares;

IV - por um representante da CPA;

V - por um representante da comunidade convidado pelo Diretor Geral e,

VI - por um representante estudantil, indicado por órgão representativo ou seus pares.

Art. 15. Preside o Conselho Superior de Administração o Diretor Geral e em sua ausência ou impedimento, o Vice Diretor.

Art. 16. O Conselho Superior de Administração reúne-se, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor Geral ou a requerimento de dois terços de seus membros.

Art. 17. Compete ao Conselho Superior de Administração, com estrita observância das normas e dos princípios gerais estabelecidos pela Mantenedora:

I - aprovar propostas de alterações do Regimento e implementar as que forem aprovadas;

II - elaborar propostas de criação de curso para serem encaminhadas pelo Diretor Geral à SOCAN;

III - acompanhar a execução da política educacional das FIRB propondo medidas necessárias ao seu aperfeiçoamento;

IV - elaborar critérios para a seleção de candidatos à matrícula por transferência, quando o número desses for superior ao número de vagas;

V - criar comissões necessárias ao desenvolvimento das atividades da Faculdade, fixando-lhes as respectivas atribuições, inclusive no que se refere à apuração de fatos denunciados por membro da comunidade acadêmica;

VI - decidir sobre concessão de dignidades acadêmicas;

VII - fazer cumprir toda a legislação de ensino aplicável;

VIII - solucionar, no limite de sua competência, os casos de dúvidas que surgirem da aplicação deste Regimento;

IX - decidir, em grau de recurso, sobre questões administrativas, de ensino, ou disciplinar;

X - aprovar os regulamentos e demais normas referentes a laboratórios equivalentes;

XI - aprovar regulamentos de estágios, de trabalho de conclusão de curso, de monitorias, de atividades complementares;

XII - fixar normas sobre processo seletivo, matrículas, transferências internas e externas, reopções de cursos, adaptações e aproveitamento de estudos, ouvidos os Coordenadores e Colegiados de Curso e aprovar anualmente o calendário escolar.

7.1.2 Da Diretoria-Geral

Art. 18. A Diretoria das FIRB, exercida pelo Diretor Geral, é órgão executivo que planeja, organiza, coordena, dirige e avalia todas as condições necessárias para que através de uma atuação dinâmica e globalizante, voltada para a

materialidade da educação, cria as condições necessárias para que o Projeto de Desenvolvimento Institucional se concretize.

Art. 19. O Diretor Geral das FIRB é escolhido e designado pela Mantenedora, devendo recair a escolha em profissional devidamente qualificado, para mandato de 2 (dois) anos podendo ser reconduzido.

Art. 20. São atribuições do Diretor das FIRB:

I - representar as FIRB junto a pessoas e a instituições públicas ou privadas, no que couber;

II - supervisionar todo o serviço administrativo, financeiro e pedagógico das FIRB;

III - autorizar previamente pronunciamento público e publicações que envolvam, de qualquer forma, responsabilidade das FIRB, ouvida a SOCAN;

IV - admitir, dispensar, remanejar, realocar funcionários e designá-los para as funções respectivas de acordo com o Plano de Carreira e Remuneração das FIRB;

V - admitir e dispensar docentes por indicação ou solicitação do Coordenador de Curso;

VI - estabelecer, quando necessário, comissões especiais para estudar problemas ou desempenhar tarefas especiais;

VII - designar através de portarias os integrantes da CPA, do NDE, do CAIDH – Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos e das demais comissões ou colegiados que se fizerem necessárias para o atendimento das normas regulatórias;

VIII - zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito das FIRB, encaminhando casos por abuso ou omissão de autoridade;

IX - garantir que a infraestrutura física das FIRB esteja adequada para o acesso de estudantes, professores, funcionários e visitantes;

X - conferir e assinar todos os atos escolares pertinentes expedidos;

XI - assinar os certificados e determinar a sua expedição;

XII - determinar a expedição de convocação de reuniões do Conselho Superior de Administração e presidi-las;

XIII - supervisionar a observância do regime escolar e a execução dos programas e horários;

XIV - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Superior de Administração, na sua esfera de competência;

XV - verificar o cumprimento pelos professores e Coordenadores de Curso de suas funções específicas, encaminhando as providências quanto à não realização;

XVI - aplicar sanções, na forma deste Regimento;

XVII - autorizar férias e licenças regulamentares ao pessoal vinculado as FIRB;

XVIII - apresentar, anualmente, ao Conselho Superior de Administração e a SOCAN o relatório geral das atividades desenvolvidas no ano findo, elaborado em conjunto com os Coordenadores, expondo as providências tomadas para a maior eficiência da administração e organização do ensino;

XIX - encaminhar à Mantenedora propostas de criação de cursos elaboradas pelo Colegiado de Curso, com parecer do Conselho Superior de Administração;

XX - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e as do Contrato Social da SOCAN;

XXI - elaborar, implementar e controlar junto com o Diretor Administrativo e Financeiro a proposta orçamentária que deverá ser aprovada pela SOCAN;

XXII - convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior de Administração;

XXIII - propor modificações ou adaptações neste Regimento;

XXIV - aprovar os regulamentos da Secretaria Geral, da Biblioteca e possíveis alterações;

XXV - elaborar o calendário letivo e o plano anual de atividades pedagógicas e de qualificação do corpo docente e submetê-lo à aprovação do Conselho Superior de Administração;

XXVI - responsabilizar-se pela elaboração e encaminhamento de documentos institucionais solicitados pelos órgãos reguladores, nos prazos estabelecidos;

XXVII - conduzir, internamente, os processos relacionados às visitas in loco efetuadas pelos órgãos oficiais de regulação, avaliação e supervisão.

Art. 21. Em caso de extrema urgência, o Diretor Geral pode adotar as medidas que se impuserem, mesmo quando não previstas neste Regimento, *ad referendum* do Conselho Superior de Administração e da SOCAN, se necessário.

7.1.3 Do Vice Diretor

Art. 22. O Vice Diretor, designado por ato do Diretor Geral, é o responsável pela organização e coordenação da execução das atividades de ensino e aprendizagem das FIRB, na ausência do Diretor Geral.

Parágrafo Único. O cargo de Vice Diretor das FIRB pode ser exercido por um coordenador de curso, a critério da Diretoria Geral.

7.1.4 Das Coordenadorias de Cursos de Graduação

Art. 23. O responsável pela Coordenadoria de cada Curso de graduação será designado pelo Diretor-Geral e sua atuação deve contemplar os seguintes aspectos:

I - Função Política: o Coordenador deve ser um líder reconhecido na área de conhecimento do Curso e exercer sua liderança na representação dele na Comunidade Interna e Externa;

II - Função Gerencial: o Coordenador deve revelar sua competência na gestão intrínseca do curso que dirige não somente com finalidade didático-pedagógica, mas, sobretudo, supervisionando as instalações físicas, laboratórios e equipamentos do Curso e demais insumos necessários para que o processo ensino e aprendizagem se realizem conforme o planejado.

III - Função Acadêmica: o Coordenador deve ser o responsável pela elaboração, gerenciamento e concretização do Projeto Pedagógico do Curso e,

IV - Função Institucional: o Coordenador de Curso deve responsabilizar-se pelo êxito dos seus alunos nos Ciclos dos Processos Avaliativos e empenhar-se em manter em alta demanda a procura do Curso que coordena, assim como manter a evasão em níveis aceitáveis.

Parágrafo único. Ao Coordenador de Curso compete desempenhar as seguintes funções:

I - supervisionar e coordenar as atividades dos docentes do Curso;

II - convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;

III - representar o Curso perante as autoridades e órgãos da Faculdade;

IV - elaborar, em consonância com o Diretor Geral, o planejamento estratégico do curso sob sua gestão;

V - gerenciar e responsabilizar-se pela coordenação dos procedimentos didáticos pedagógicos e de registro do curso;

VI - propor a adoção de estratégias de ensino e avaliação adequadas à educação inclusiva;

VII - manter em nível elevado o clima organizacional e motivacional dos docentes e discentes do curso;

- VIII - gerenciar o Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com os princípios institucionais;
- IX - coordenar o planejamento, (re) elaboração e avaliação das atividades de ensino e aprendizagem do curso;
- X - buscar melhorias metodológicas de aprendizagem e implementá-las em seu curso;
- XI - supervisionar as atividades dos professores do curso, buscando a maximização da qualidade do trabalho dos docentes;
- XII - responsabilizar-se pela coordenação das instalações físicas, laboratórios e equipamentos do curso;
- XIII - acompanhar, estimular e controlar a frequência dos docentes e discentes;
- XIV - indicar a contratação e demissão de docentes do curso;
- XV - ser corresponsável pela fidelização de alunos, bem como pelo retorno de alunos evadidos;
- XVIII - empenhar-se na divulgação do curso;
- XVI - estimular a oferta e participação em atividades complementares, eventos e cursos de extensão assim como promovê-las no âmbito da Instituição;
- XVII - acompanhar os estágios supervisionados e também os não obrigatórios e as atividades complementares realizados pelos discentes;
- XVIII - preparar e estimular a participação dos docentes e discentes nos ciclos de Avaliações Nacionais, como ENADE;
- XIX - acompanhar a inscrição de alunos regulares e irregulares nas Avaliações Nacionais, a aplicação das provas e a publicação dos resultados;
- XX - atuar no que couber, no reconhecimento ou renovação de reconhecimento pelo MEC/INEP;
- XXI - estimular a participação dos alunos na avaliação institucional;
- XXII - promover ações de auto avaliação do curso;
- XXIII - pronunciar-se sobre matrícula, quando necessário, e acompanhar o processo de transferência, de adaptação, ou aproveitamento de estudos, para deliberação superior;
- XXIV - acompanhar o cumprimento do calendário escolar e,
- XXV - controlar e minimizar índices de evasão do curso.

7.1.5 Dos Colegiados de Cursos de Graduação

Art. 24. O Colegiado de Curso, órgão deliberativo em matéria de natureza acadêmica, administrativa e disciplinar, é constituído:

I - pelo Coordenador de Curso;

II - por dois representantes dos professores e,

III - por um representante dos alunos, indicado por seu órgão representativo ou por seus pares.

Art. 25. Preside o Colegiado de Curso o Coordenador do Curso e, em sua ausência ou impedimento, um dos professores indicado por seus pares.

Art. 26. O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, uma vez por semestre, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador de Curso ou a requerimento de dois terços de seus membros.

Art. 27. Compete ao Colegiado de Curso:

I - apresentar propostas ao Projeto Pedagógico do Curso e acompanhar sua execução;

II - coordenar os programas de ensino e as vivenciais pedagógicas;

III - propor alterações no processo de aferição do rendimento escolar, do trancamento de matrícula, de transferência, da **reopção** para decisão do Conselho Superior de Administração;

IV - acompanhar a execução da estrutura didática e o cumprimento de programas aprovados;

V - emitir resoluções, normas complementares e ordens de serviço, dentro de sua esfera de competência;

VI - propor práticas de diversificação e flexibilização curricular, ouvido o NDE, e estabelecer parâmetros para a consolidação da aprendizagem por todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais;

VII - analisar e aprovar, em primeira instância, alterações no projeto pedagógico do curso, propostas pelo NDE, e encaminhar o PPC para aprovação do Conselho Superior de Administração;

VIII - propor e implementar a auto avaliação no âmbito do curso em complemento à avaliação institucional;

IX - deliberar sobre proposta do Coordenador do Curso para desligamento de discente motivado por ato de extrema indisciplina, contrário à lei ou que apresente risco à integridade física ou moral dos discentes, professores e funcionários.

7.1.6 Do Instituto Superior de Educação – ISE

Art. 28. O Instituto Superior de Educação – ISE é uma unidade acadêmica da Faculdade responsável por articular a elaboração, execução e avaliação dos projetos pedagógicos dos cursos e programas de Formação de Professores.

Parágrafo único. O Coordenador do ISE é designado pelo Diretor Geral e suas atribuições poderão ser exercidas pelo Vice Diretor a critério da Diretoria Geral.

7.1.7 Dos Órgãos de Assessoramento e Apoio

7.1.7.1 Da Procuradoria Educacional Institucional

Art. 29. A procuradoria instituída pelo Art. 61-E da Portaria Normativa do MEC, nº 40, publicada em 12.12.2007, atualizada em 2010 é um canal de comunicação entre a IES e o MEC, criada para manter a regularidade e normalidade da IES, respondendo civil e criminalmente pelas informações enviadas via eletrônica aos órgãos do sistema educacional. É ligada diretamente à Diretoria Geral das FIRB.

§ 1º A função de Procurador Educacional Institucional (PI), deverá ser exercida por pedagogo experiente e com conhecimentos na área educacional referentes a planejamento, desenvolvimento e Avaliação Institucional. Deverá ainda ter habilidades para interagir com os diferentes setores das FIRB. E finalmente retidão de caráter para ser o representante institucional das FIRB junto ao MEC.

§ 2º O Procurador Educacional Institucional será escolhido pelo Diretor Geral com aprovação do CSA.

Art. 30. Compete ao Procurador Institucional:

- I - realizar abertura de protocolos e acompanhar processos junto ao MEC/INEP;
- II - instruir processos de Credenciamento, Recredenciamento Institucional e Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos;
- III - realizar e atualizar cadastros (docentes, coordenação, cursos, disciplinas, carga horária);
- IV - realizar cadastros da pós-graduação lato sensu; acompanhar e validar os resultados das avaliações externas e seus indicadores;
- V - preencher formulários eletrônicos de avaliação;
- VI - responder as diligências de processos;
- VII - realizar impugnações e ou contrarrazões de relatórios de visitas de avaliação;
- VIII - preencher formulários referentes a protocolos e termos de compromisso;

- IX - atender aos processos referentes às medidas cautelares, termos de saneamento e processos administrativos;
- X - aditar as atualizações de PDI, Regimento e PPC;
- XI - anexar o relatório da CPA em datas estabelecidas;
- XII - atualizar as informações sobre a composição da CPA;
- XIII - validar informações sobre os insumos e indicadores (CPC e IGC);
- XIV - manifestar sobre os insumos dos indicadores da avaliação externa;
- XV - acompanhar integralmente os processos da avaliação externa;
- XVI - acompanhar a legislação e as questões regulatórias (cronograma, diretrizes, portarias, manuais);
- XVII - realizar atividades pertinentes à recontextualização dos cursos avaliados;
- XVIII - acompanhar o cadastro das inscrições dos alunos irregulares e dos estudantes habilitados no ENADE.;
- XIX - acompanhar o preenchimento dos questionários do estudante e do Coordenador no processo de ENADE;
- XX - acompanhar o encerramento das inscrições até a emissão do protocolo de encerramento dos cursos e,
- XXI – preencher o formulário do CENSO a cada ano.
- XXII - acompanhar a divulgação dos relatórios dos cursos de graduação.

7.1.8 Da Assessoria Pedagógica

Art. 31. A função de Assessoria Pedagógica das FIRB criada pela Resolução GDE nº 01/2000 deverá ser exercida por docente das FIRB escolhido pela Direção Geral com aprovação do CEPEX. O Assessor Pedagógico é diretamente subordinado ao Diretor Geral e tem as seguintes atribuições:

- I - responsabilizar-se pela coordenação e elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- II - responsabilizar-se pelo programa de auto avaliação institucional seguindo as orientações da CPA;
- III - assessorar a Direção e os Coordenadores nos assuntos pedagógicos pertinentes aos cursos de graduação;
- IV - propor ações que promovam a melhoria do ensino e da aprendizagem.
- V - acompanhar a elaboração e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos;

- VI - orientar os coordenadores e professores na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação dos planos de ensino;
- VII - planejar e desenvolver em conjunto com os coordenadores as orientações didático-pedagógicas junto aos professores, relativas à organização do trabalho;
- VIII - assessorar a implantação das normatizações curriculares de acordo com as diretrizes curriculares e normas legais específicas;
- IX - acompanhar os cursos que estão em processo de reconhecimento ou renovação de reconhecimento junto ao MEC subsidiando o Procurador Educacional Institucional;
- X - coordenar a equipe de docentes nas ações de formação continuada;
- XI - acompanhar as atividades das Coordenadorias de Curso;
- XII - assessorar a Direção nas questões pedagógicas, emitindo parecer e propondo medidas para melhorar a eficiência do ensino.

7.1.9 Do Núcleo Docente Estruturante – NDE

Art. 32. O Núcleo Docente Estruturante de cada curso de graduação caracteriza-se por ser órgão consultivo que atua no processo de acompanhamento, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e de sua matriz curricular e ementas das disciplinas, conforme estabelece a Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010.

§ 1º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I - conhecer, adotar, implementar e contribuir para a consolidação, aplicação e melhoria do Projeto Pedagógico do Curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino e aprendizagem do curso;
- III - incentivar e contribuir para melhoria das atividades complementares;
- IV - supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso;
- V - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso;
- VI - zelar pela atualização da contextualização regional do curso e sua coerência com o perfil do egresso;
- VII - garantir que a estrutura do curso possibilite adicionalmente aos alunos com necessidades educacionais especiais a diversificação e a flexibilização curricular e metodológica e,
- VIII - assegurar estratégias de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir continuidade no processo de acompanhamento do curso.

2º O Núcleo Docente Estruturante é constituído de:

- I - Coordenador do Curso, como seu presidente e,
- II - quatro professores pertencentes ao corpo docente do curso, dentre os que atendem as especificações normativas.

3º Compete ao presidente do Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação:

- I - convocar e presidir as reuniões;
- II - representar o NDE junto aos demais órgãos das FIRB;
- III - encaminhar as deliberações do Núcleo;
- IV - designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Núcleo e também um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- V - coordenar a integração com os demais Colegiados e setores da Instituição e,
- VI - propor alterações no PPC garantindo o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais.

4º O NDE reunir-se-á, semestralmente, por convocação de seu Presidente e, extraordinariamente, sempre que necessário e convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

7.1.10 Da Comissão Própria de Avaliação – CPA

Art. 33. A Comissão Própria de Avaliação atua em consonância com a Lei nº 10.861 em seu art. 11 e tem atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados das FIRB, tendo como atribuição a condução do processo de avaliação interna, considerando principalmente os indicadores externos.

Art. 34. A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, técnico-administrativo e discente) e da sociedade civil organizada.

Art. 35. São atribuições da CPA:

- I - coordenar e articular o processo de auto avaliação institucional;
- II - acompanhar o processo de Avaliação Interna dos Cursos;
- III - elaborar os relatórios dos processos de Avaliação;

IV - divulgar os resultados consolidados da avaliação institucional de acordo com os ciclos avaliativos MEC/INEP, por diversos meios e obrigatoriamente na página eletrônica das FIRB;

V - conhecer os relatórios da Comissão Externa de Avaliação dos Cursos;

VI - examinar os resultados de desempenho dos alunos nas avaliações externas;

VII - avaliar a implantação do Plano de Desenvolvimento Institucional;

VIII - extrair indicativos para subsidiar a tomada de decisão nas diversas instâncias das FIRB e,

IX - divulgar as ações implantadas de melhorias institucionais decorrentes da avaliação aos diversos públicos envolvidos.

Art. 36. São objetivos do processo de avaliação institucional coordenada pela CPA:

I - produzir autoconhecimento que considere o conjunto de atividades e finalidades cumpridas pelas FIRB;

II - identificar as causas dos seus problemas e deficiências,

III - confirmar e promover a manutenção das forças e potencialidades da IES;

IV - aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnicoadministrativo;

V - fortalecer as relações de cooperação entre os diversos setores institucionais;

VI - tornar mais efetiva a vinculação das FIRB com a comunidade;

VII - promover melhorias sistematizadas em todos os processos e procedimentos das FIRB e

VIII - fortalecer entre discentes e docentes a cultura da avaliação e cultura da participação em processos sociais.

7.1.11 Da Ouvidoria

Art. 37. A Ouvidoria é um canal de comunicação entre as comunidades interna e externa e as FIRB, disponibilizado para atender, registrar e responder as demandas dos solicitantes, referentes aos serviços prestados incluindo sugestões, críticas, elogios, denúncias ou reclamações, que são contabilizados com o intuito subsidiar as ações de aprimoramento permanente da Instituição.

Art. 38. A Ouvidoria tem principalmente atendimento eletrônico, com o objetivo de facilitar e agilizar o processo de comunicação.

Parágrafo único: O endereço eletrônico da ouvidoria é amplamente divulgado na IES.

Art.39. A Ouvidoria tem até 7 (sete) dias úteis para responder aos contatos recebidos pelo canal eletrônico.

§ 1º Qualquer prazo que exceda a esse limite deverá ser comunicado ao solicitante.

§ 2º A Ouvidoria não atende solicitações de documentos, informações ou qualquer tipo de pedido que não se relacione a sugestões, reclamações (desde que identificadas) críticas, recomendações, elogios ou denúncias.

Art. 40. A Ouvidoria gera relatórios semestrais, com informação de quantidade e tipo de reclamações, denúncias, elogios, críticas ou sugestões, para integrar o relatório semestral da CPA e o Plano de Ação decorrente do processo de Avaliação Institucional.

7.1.12 Do Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos (CAIDH)

Art. 41. O Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos – CAIDH, designado por Portaria do Diretor-Geral tem a seguinte composição:

I - Vice Diretor;

II – Coordenadora do NAPI;

III - três representantes docentes;

IV - um representante dos coordenadores;

V - um representante discente;

VI - um representante do corpo técnicoadministrativo e,

VII - um representante do Colégio Rui Barbosa/Objetivo.

Parágrafo único. Presidirá o CAIDH o Vice Diretor e, na sua ausência, a Coordenadora do NAPI.

Art. 42. O CAIDH se reúne, ordinariamente, uma vez, por semestre, preferencialmente antes do início do período letivo, para deliberar sobre procedimentos a serem adotados em caso de matrícula de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, alunos com altas habilidades ou com transtorno do espectro autista e extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 43. O CAIDH é regido por regulamento próprio homologado por portaria do Diretor Geral.

7.2- Procedimento de Autoavaliação Institucional

Descrever o projeto de autoavaliação institucional, contemplando as 10 dimensões especificadas no art. 3º da Lei nº 10.861/2004, detalhando os

procedimentos/processos para sua realização, metodologias , formulários e etapas – coleta e tabulação de dados, relatório geral, divulgação e as formas de utilização de dados, relatório geral, divulgação e as formas de utilização dos resultados.

7.2.1 OBJETIVOS:

A autoavaliação institucional revela suas intencionalidades na definição dos objetivos, tarefa primeira, no processo de seu planejamento. Para tanto, ampara-se na legislação, no caráter formativo do processo de autoavaliação e na missão institucional, respeitando sua natureza e identidade. Considerando esses aspectos as FIRB estabeleceram em seu programa, os seguintes objetivos:

- Repensar a Missão Institucional, seus valores e fatores de sucesso.
- Provocar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da instituição e de seus cursos, programas, projetos, atividades e serviços na relação com a missão e as políticas adotadas pela Instituição segundo seu PDI;
- Desencadear um processo de reconhecimento administrativo e pedagógico, de forma contínua e permanente, que possibilite a identificação dos limites e das possibilidades das ações de gestão, ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação desenvolvidas pela IES, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades;
- Estimular o processo de participação e envolvimento ético da comunidade acadêmica nas ações desenvolvidas pela IES de forma que se tornem sujeitos na construção da identidade institucional;
- Contribuir para o processo de organização, desenvolvimento, implementação e gestão institucional no que se refere às políticas de ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação;
- Promover a análise coletiva dos significados das suas realizações de forma que assegure a sistematização das informações, a elaboração de relatórios e pareceres, bem como, a definição coletiva das ações administrativas e pedagógicas prioritárias;
- Assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância dos prazos;

- Confrontar os resultados obtidos pela IES nos diferentes procedimentos de avaliação adotados pelo Ministério da Educação, buscando significados que contribuam para o aperfeiçoamento do PDI.

7.2.2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistirá em avaliação interna ou autoavaliação, assim denominada por ser o momento em que a própria comunidade irá se posicionar a partir das informações coletadas e sistematizadas pela CPA e subcomissões. Desse modo, trata-se de uma oportunidade privilegiada para que a comunidade acadêmica faça uma reflexão sobre as suas diversas atividades e tenha possibilidade de conhecer e analisar criticamente a IES em sua globalidade, propondo medidas corretivas, tendo em vista a questão da qualidade acadêmica. O eixo norteador das discussões repousa na possibilidade de comparar a missão, os objetivos, as políticas institucionais e suas ações com o que vem de fato realizando.

Este processo de autoavaliação é desenvolvido com a participação dos segmentos: docente, discente, técnico administrativo, e representantes da sociedade sob a coordenação da CPA.

Um processo de autoavaliação deste porte inclui, necessariamente, a negociação e a participação dos envolvidos tanto nas decisões relativas aos indicadores previstos quanto ao que diz respeito à definição das medidas decorrentes dos resultados obtidos.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA coordenará o processo de autoavaliação através de subcomissões relativas a cada Dimensão (art. 3º da Lei 10.861 de 2004), organizadas para executar as autoavaliações, considerando os três núcleos: básico e comum; temas optativos; e outro de documentação, dados e indicadores.

A metodologia a ser utilizada na efetivação da autoavaliação institucional se constituirá de processos interdependentes e simultâneos, apresentados a seguir:

7.2.3 ESTRATÉGIA

A estratégia escolhida pela Comissão Própria de Avaliação – CPA para desenvolver o Projeto de Autoavaliação é:

Mobilizar e organizar os segmentos acadêmicos e a sociedade para pensar coletivamente as FIRB no que ela faz, construindo uma rede que articule os sujeitos no processo de reflexão/ação para:

- produzir conhecimentos sobre a Instituição;
- definir e assumir compromissos coletivos;
- definir propostas de ação e caminhos alternativos para o aperfeiçoamento do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- organizar subcomissões para participar do processo de autoavaliação de cada dimensão, articulada com este projeto e coordenada pela CPA.

7.2.4 PROCESSO DE SENSIBILIZAÇÃO:

A sensibilização busca o envolvimento da comunidade acadêmica na construção, discussão e efetivação da autoavaliação institucional. É um processo permanente, dinâmico e sistemático tendo em vista que novos sujeitos ingressam na comunidade acadêmica a cada novo período letivo. Será efetivado mediante a realização e participação de reuniões, palestras, realização de seminários e divulgação de notícias através dos canais de comunicação eletrônicos e impressos. Entende-se que à medida que as FIRB promovem mudanças e valorizam suas potencialidades, divulgando ações que foram efetivadas a partir do autoconhecimento, o processo como um todo incorpora credibilidade.

7.2.5 COLETA DE DADOS

A reunião de dados e informações pertinentes ao processo de aperfeiçoamento institucional deverá necessariamente contemplar as especificidades dando conta de “ouvir” os diferentes segmentos. Ao conceber a avaliação institucional nas suas dimensões quantitativas e qualitativas com enfoque global, permanente e com função diagnóstico-formativa, evidencia-se a necessidade da utilização de diferentes instrumentos direcionados aos cursos, programas, projetos, atividades e serviços. Cabe aos diferentes setores e cursos apoiar logisticamente o processo operacional, por meio de:

1) **Relatórios Institucionais:** Os diferentes setores e cursos, respeitadas a sua identidade, especificidade e realidade, produzem relatórios sobre as atividades desenvolvidas analisando os problemas, identificando as ações e os resultados obtidos na relação com o respectivo planejamento.

2) **Instrumentos de autoavaliação eletrônico**, contendo questões objetivas de múltipla escolha.

3) **Reuniões**: dos setores e cursos como momentos de estudos, de planejamento e discussão sobre questões pertinentes.

4) **Canal de comunicação eletrônico**: *e-mail, link*, possibilitam a articulação da CPA com a direção, os acadêmicos, professores, coordenadores, funcionários, sociedade civil e outras IES.

5) **Exame nacional de desempenho dos estudantes – ENADE**: Os resultados obtidos pelos acadêmicos servem para a avaliação permanente do trabalho formativo desenvolvido;

6) **Processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso**: demandam informações sobre a organização didático-pedagógica e corpo docente do curso em processo de autorização ou renovação de reconhecimento, bem como, informações sobre as instalações de infraestrutura (ambientes e equipamentos) da IES. Esse processo é organizado pelos diferentes setores e cursos da IES, cujas atribuições encontram-se articuladas, respeitados os indicadores estabelecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. O processo de avaliação para a autorização e renovação de reconhecimento de cursos impõe a necessidade de que os resultados obtidos e as indicações apresentadas sejam, na sequência ou simultaneamente, discutidas com todos os segmentos envolvidos a fim de que as possíveis falhas sejam enfrentadas.

7) **Avaliações externas**: Os diferentes olhares sobre as ações desenvolvidas pela IES, contribuem para que a mesma observe aspectos que, por vezes, podem passar despercebidos.

Nesse processo é possível identificar os limites e as possibilidades no trabalho administrativo e pedagógico que caracterizam as funções da IES.

No processo de auto-conhecimento as FIRB dialogam com as instituições campo de estágio, os acadêmicos-estagiários, os egressos e os conselhos de curso, a partir da utilização das diferentes estratégias elencadas nesse programa, com a preocupação de avaliar sua missão e finalidades acadêmicas e sociais.

7.2.6 TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES

Paralelo à necessidade de reunir informações encontra-se a preocupação com os cuidados pertinente à análise dos resultados obtidos, de forma a garantir a consistência, a coerência, validade e credibilidade, cujo parâmetro encontra-se no PDI, no âmbito de cada curso, programa, atividade e serviço institucional.

Nesse sentido a missão da IES será constantemente avaliada, sendo que a sua responsabilidade amplia-se diante dos resultados obtidos nos diferentes momentos que integram o processo de avaliação. A análise das informações obtidas ampara-se em atitudes éticas de respeito à identidade, missão e realidade institucionais. O caráter diagnóstico-formativo da avaliação exige que

os resultados sirvam para a proposição de ações administrativas e pedagógicas para o enfrentamento das omissões e equívocos, a partir da definição de prioridades.

Parte-se do pressuposto que todas as informações são relevantes no contexto da sua exposição, ou seja, não será apenas o fator quantitativo que definirá se uma informação é válida ou não, uma vez que encontramos no processo de construção da cultura da autoavaliação diagnóstico-formativa. Nesse sentido, torna-se relevante ponderar cada uma das questões apresentadas na relação com o todo do trabalho desenvolvido. Dessa forma, os dados obtidos nos diferentes processos de avaliação da IES – avaliação externa, autoavaliação, ENADE e avaliação dos cursos em processos de renovação de reconhecimento serão analisados na relação de uns com os outros, produzindo sentido único, contribuindo para a definição de estratégias de ação.

7.2.7 COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

Compete à CPA a responsabilidade de informar os resultados obtidos pelo programa de autoavaliação institucional aos sujeitos diretamente envolvidos no processo, de forma ética e responsável.

A CPA encaminhará os relatórios aos diferentes segmentos que se submetem ao processo de avaliação institucional, quais sejam:

- 1) À direção geral são repassados os relatórios pertinentes aos serviços administrativos e acadêmicos que envolvem os cursos, programas, projetos, atividades e serviços. Torna-se responsabilidade da direção geral a discussão dos resultados e dos encaminhamentos que se fizerem necessários, junto aos

responsáveis pelo financiamento e coordenação, dentre eles à mantenedora, à direção administrativa, à assessoria pedagógica e aos Coordenadores de curso;

2) Aos coordenadores de cursos serão encaminhados os relatórios dos respectivos cursos, incluindo a avaliação docente e discente. Aos coordenadores de curso compete a divulgação e discussão dos resultados em reuniões de coordenação e em reuniões com os representantes de turmas;

3) À direção administrativa serão encaminhados os relatórios das atividades institucionais nas áreas econômico-financeiras e os serviços de apoio.

À CPA compete o assessoramento e acompanhamento de todo o processo de divulgação sendo que, à medida que se fizer necessário, poderá participar de reuniões para eventuais esclarecimentos, bem como, discussão de propostas de ação.

Os relatórios serão divulgados internamente através de correspondências individuais, relatórios, seminários e publicações científicas, reuniões, canais de comunicação eletrônicos e impressos.

7.2.8 ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

O programa de autoavaliação institucional tem como finalidade contribuir para a busca da excelência nos procedimentos administrativos e pedagógicos, além de acompanhar o cumprimento da missão institucional. Nesse sentido, os resultados obtidos deverão servir de ponto de partida para o planejamento institucional.

É de competência da CPA o acompanhamento do programa de autoavaliação em sua totalidade, incluindo as ações de enfrentamento. Para isso deve:

- 1) Participar das reuniões de planejamento institucional;
- 2) Apresentar relatórios tendo em vista a meta-avaliação, destacando que o autoconhecimento produzido pelos diferentes momentos do processo de autoavaliação precisa notoriamente, provocar reflexões permanentes sobre: Em que contexto os resultados foram obtidos? Com quais instrumentos as informações foram coletadas e à quais análises foram submetidas? Quais indicadores são significativos para a IES, além daqueles que compõem os determinados legalmente? Quais mudanças provocaram na comunidade acadêmica? Para que serviu exatamente?

3) Formar subcomissões conforme necessidade para discutir as ações possíveis. Faz mister citar que também integram o programa de autoavaliação institucional das FIRB, a composição da CPA, o regulamento CPA e o cronograma de atividades, devidamente aprovados pelo CSA e pelo CEPEX.

7.3 PROCEDIMENTOS:

O processo de autoavaliação, objeto deste projeto, será desenvolvido em quatro etapas abrangendo o período de abril de 2015 a março de 2018.

7.3.1 Primeira Etapa: sensibilização, preparação e divulgação (de abril a setembro de 2015).

Constituição da Comissão Própria de Avaliação – CPA, por Portaria do Diretor nº 03 de 01 de abril de 2015;

Capacitação da Comissão Própria de Avaliação – CPA;

Planejamento das ações pelos membros da CPA e reuniões mensais para acompanhar o desenvolvimento do projeto;

Apresentação do Projeto à direção e mantenedores das FIRB:

- Diretor Geral;
- Vice-Diretor;
- Coordenadores dos cursos de Graduação;

Apresentação do Projeto de Autoavaliação das FIRB à comunidade acadêmica através:

- Seminário de estudos sobre avaliação.
- Apresentação do Projeto de Autoavaliação aos Colegiados de Curso e CEPEX para análise e aprovação.

Divulgação:

- Cartazes;
- meios eletrônicos;
- Seminários;
- Folders e outros.

7.3.2 Segunda Etapa: desenvolvimento (de setembro de 2015 a dezembro de 2017)

Nesta etapa serão realizadas as seguintes atividades:

- levantamento dos documentos oficiais que definem as diretrizes legais das FIRB;
- organização dos dados estatísticos referentes aos últimos 3 anos, em tabelas e gráficos de forma a visualizar o desempenho das FIRB, neste período;
- análise dos documentos oficiais identificando valores, concepções e sua coerência com o PDI e o PPI.
- Levantamento das metas 2015/2017 e sua consolidação em Relato Institucional.
- seminário de autoavaliação com o pessoal técnico-administrativo, docentes, direção e coordenações, tendo como base o Relato Institucional, o Projeto Pedagógico Institucional, frente às políticas institucionais, ações e metas previstas para 2015/ 2017 e definição de prioridades;
- seminário de autoavaliação com os Colegiados Superiores CSA, CEPEX e CC sobre o PDI e PPI, para o seu redimensionamento frente as exigências internas e externas à IES com vigência para 2017 A 2021.
- avaliação da docência, compreendendo autoavaliação do estudante, autoavaliação do docente, a avaliação do docente pelo discente e vice-versa, avaliação do coordenador e das condições de ensino (instrumento em anexo – ANEXO II) que integra a dimensão Ensino;
- elaboração de relatórios parciais, tendo a Dimensão Ensino como eixo articulador do PDI;
- sistematização dos dados quantitativos e da análise dos documentos em dois relatórios parciais (2015 e 2016) que servirá de base ao processo de autoavaliação a ser desenvolvido através de: seminários; reuniões; oficinas de trabalho.
- Sistematização dos dados qualitativos, das análises dos documentos e dos dois relatórios parciais construindo o Relatório Integral finalizando o ciclo avaliativo de 2015 a 2017.
- Postar eletronicamente no e-mec o relatório integral dia 31 de março de 2018.

7.3.3 Terceira Etapa: Autoavaliação (agosto de 2017)

Esta etapa contemplará as percepções dos atores envolvidos com a prática institucional e com representantes da sociedade. Será utilizado a abordagem quantitativa/qualitativa, através de aplicação de questionário com questões fechadas e em seguida análise dos aspectos que extrapolam o quantitativo através de reuniões, oficinas de trabalho e seminários, cujo ponto central é o debate em grupo, para a coleta de percepções, expectativas e desejos da comunidade acadêmica a respeito do papel e futuro das FIRB. É, ao mesmo tempo, um instrumento de coleta de dados e um instrumento de intervenção e participação das pessoas numa reflexão sistematizada sobre o que faz a Instituição, sempre contextualizando e situando nos propósitos das FIRB.

- Os sujeitos envolvidos neste processo são: docentes, alunos, e funcionários das FIRB.
- Cada participante receberá um Relatório do Desempenho das FIRB, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e Projeto Pedagógico Institucional – PPI e um roteiro (Anexo 1) que irá orientar as discussões, contendo os cinco eixos que contemplam as 10 (dez) dimensões relacionadas no art. 3º da Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004 conforme descrito abaixo:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física

7.3.4 Quarta Etapa:

Consolidação do Relatório Parcial de Autoavaliação (março 2016 com inserção no e-MEC dia 31 de março de 2016);

Consolidação do Relatório Parcial de Autoavaliação (março 2017 com inserção no e-MEC dia 31 de março de 2017);

Consolidação do Relatório Integral de Autoavaliação (de janeiro a março de 2018 com inserção do relatório final no E-MEC dia 31 de março de 2018).

7.3.5 Estrutura dos relatórios:

- Descrição da Instituição;
- Destaque das principais características nas áreas fins e meio;
- Descrição do processo de autoavaliação, sua metodologia, procedimentos e quem participou;
- Resultados da autoavaliação, analisando cada dimensão e suas inter-relações, destacando os pontos fortes e os pontos fracos;
- Proposições e medidas para correção de rumos das FIRB.

7.3.6 Seminário:

- Apresentação e discussão com a comunidade acadêmica através de um seminário com a presença da Direção da IES.
- Aprovação das Proposições de Políticas Institucionais e medidas para aperfeiçoar o Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Encaminhamento ao CSA e ao CEPEX das FIRB e ao MEC.
- Publicação dos resultados da autoavaliação.

7.3.7 Documentação, indicadores e fontes.

Os indicadores qualitativos e quantitativos e a documentação oficial para fundamentar, justificar análises e interpretações encontram-se em anexo.

7.4 RECURSOS: HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS.

Humanos:

Membros da CPA, especialistas convidados da comunidade externa e comunidade acadêmica.

Materiais:

Todos que forem indispensáveis ao bom êxito da Avaliação.

Financeiros:

Suficientes para dar sustentação ao desenvolvimento do processo, oriundos da mantenedora da IES.

7.5 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Relatório Integral até 31 de março de 2018.

Acompanhamento das intervenções de aprimoramento pedagógicas e de gestão acadêmica e administrativa.

7.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que a relação existente entre os resultados e o processo de autoavaliação consegue transferir o olhar normalizador para integrar e possibilitar uma avaliação de excelência, a autoavaliação muito além de subsidiar os processos regulatórios, reflete sobre as proposições, ações e responsabilidades individuais e coletivas de uma instituição educativa como as FIRB, possibilitando que todos os envolvidos percebam-se como sujeitos responsáveis pela construção e estabelecimento da cultura administrativa e pedagógica institucional.

A percepção do programa de autoavaliação como um conjunto integrado de procedimentos e metodologias distintas, porém coerentes entre si, desencadeia o trabalho coletivo, que por sua vez contribui para a formação de sujeitos profissionais competentes imbuídos de práticas sociais humanas, éticas, estéticas, solidárias e cidadãs, missão desta instituição educativa.

Nesse contexto, o programa de autoavaliação institucional das FIRB, nas suas dimensões diagnóstico-formativas e também regulatórias, adquire característica de permanência, consistência, coerência, validade e credibilidade, o que faz com que a excelência educacional pretendida seja construída e estabelecida pela e na comunidade acadêmica.

7.6.1 Formas de utilização dos resultados das avaliações

7.6.1.1 Incorporação dos resultados obtidos no plano da gestão acadêmico-administrativa

Considerando-se a relevância dos resultados obtidos durante o processo de Autoavaliação Institucional e as Diretrizes Curriculares para os cursos, Direção, Assessoria Pedagógica, Coordenadorias e Corpo Docente tomarão providências para que o PDI, PPI, os Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos, os Projetos de Extensão e os Planos de Ensino dos professores explicitem ações para superar os problemas constatados.

Entre elas:

7.6.1.2 No que se refere à instituição no âmbito da administração acadêmico/pedagógica:

- Consolidar o projeto de acompanhamento pedagógico efetivando o apoio didático individual.
- manter o programa de bolsas de estudo, procurando ampliar parcerias.
- desenvolver Ações Compensatórias para atendimento aos alunos com lacunas específicas de aprendizagem.
- incentivar os alunos à participação através do diálogo, no fortalecimento do ambiente estudantil e da vida acadêmica.
- acompanhar o desenvolvimento das matrizes curriculares para atender à legislação específica de cada curso cuidando para manter atualizadas a bibliografia, o conteúdo, a metodologia, a sistemática de avaliação e os conceitos.
- desenvolver o conteúdo (teórico-prático) numa perspectiva de meio para atingir os fins, quais sejam, a formação efetiva dos cidadãos e profissionais, construindo habilidades e competências para isso.

- garantir o desenvolvimento das Atividades Complementares dos cursos, com acompanhamento e controle das mesmas.
- ampliar a oferta de projetos de extensão voltados para enriquecimento curricular com responsabilidade social.
- aperfeiçoar o projeto de autoavaliação institucional de acordo com o SINAES.
- manter os projetos político-pedagógicos atualizados em todos os cursos.
- considerar: Padrões de Qualidade, Diretrizes Curriculares e Avaliações do MEC (SINAES: AVALFIRB, ACG e ENADE) na reformulação de currículos.
- consolidar o plano de acompanhamento da coordenação de curso referente às ações docentes.
- ampliar os programas de capacitação e atualização profissional, já implantados e em desenvolvimento.
- incentivar a efetiva produção intelectual dos docentes e discentes através da revista “InterAtividade” edição eletrônica.

7.6.1.3 No que se refere à instituição na administração geral, infraestrutura e demais aspectos poderão ser adotadas as seguintes medidas:

- fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais;
- melhorar as condições de trabalho no que se refere à iluminação e ventilação de alguns setores;
- fortalecer atitudes de cooperação e solidariedade entre funcionários;
- melhorar o fluxo de comunicação interna;
- elaborar planos estratégicos para cada setor;
- oferecer ações de capacitação continuada aos funcionários;

TRABALHO DA CPA 2015/2017

I - Elaboração da Proposta de autoavaliação pela CPA

- Planejamento da autoavaliação da IES;
- Apresentação da Proposta Autoavaliação2015/2017;
- Construção do Cronograma de Ações/Atividades da autoavaliação;
- Construção do Plano de Ação da CPA;

II- Sensibilização

- Divulgação do Plano de Ação da CPA;

III - Colocar no site da IES o Plano de Ação da CPA;

IV - Reunião com os membros da CPA e a gestão, com as coordenações de curso, e com os encarregados de setores e serviços para apresentar o Plano de Ação da CPA e reforçar a importância da autoavaliação e do envolvimento sinérgico de toda a comunidade acadêmica das FIRB;

V - Divulgar informações referentes a avaliação de desempenho institucional, os resultados que podemos alcançar e a importância da participação de toda a comunidade para os acadêmicos, professores e colaboradores das FIRB.

VI - Construção dos Instrumentos de Coleta de Dados:

- Reunião da CPA – definir quais os objetivos específicos de cada instrumento de avaliação;
- Convidar membros da comunidade acadêmica para participar da elaboração de instrumentos específicos;
- Digitação dos instrumentos / Lançamento das questões no SITE

VII - Levantamento de dados:

- Criação de Subcomissões para levantamento de dados e análise dos dados;
- Levantamento de dados;
- Análise de dados;
- Consolidação de dados (Relatórios);
- Apresentação dos dados consolidados (Relatórios).

VIII - Elaboração de relatório final e apresentação dos resultados à comunidade acadêmica:

- Elaboração do relatório final;
- Apresentação do relatório final.
-

COMPONENTES DO PLANO DE TRABALHO 2015/2017

1 - Coleta de dados quantitativos junto aos setores administrativos e pedagógicos da instituição:

Este procedimento tem como objetivo um monitoramento contínuo das atividades da instituição e um caráter tanto informativo quanto aplicado ao redirecionamento das ações da faculdade. Os dados gerados também servirão de fonte (em análise de série histórica) de informação para elaboração dos relatórios de avaliação institucional. A fonte principal de informação será o Censo da Educação Superior, mantido pelo INEP, com atualização anual.

Outras informações necessárias à avaliação, não constantes no referido banco de dados, serão fornecidas pelo setor da faculdade responsável por tal atividade, devendo ser certificados pelo mesmo.

2 - Construção de instrumentos de avaliação para diferentes segmentos da comunidade acadêmica, quando necessário:

Será construído instrumento (questionário) de avaliação para os segmentos que são propostas de análise da CPA, dentro do contexto institucional. Para tanto, será analisada a realidade de cada segmento a ser avaliado e, posteriormente, serão realizadas pesquisas (em sites) de modelos de instrumentos, para em reuniões da CPA com membros da comunidade acadêmica e do setor, criar o novo instrumento. Em seguida, será também apresentada a gestão da IES, que voltará para aprovação final da CPA. Desta forma, busca-se o diagnóstico mais próximo da realidade do segmento.

Para avaliação do curso serão considerados os seguintes indicadores:

- Resultado do ENADE,
- Relatório de Justificativa do resultado do ENADE,
- Resultados da autoavaliação institucional,
- Avaliação dos egressos,
- Documentos oficiais do curso, relatório do INEP de autorização e/ou reconhecimento, avaliação do estágio curricular,

- Avaliação do curso pelos discentes e docentes de acordo com as dimensões do SINAES.

3 Aplicação de instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos da comunidade acadêmica:

Conforme o cronograma de ação da autoavaliação institucional será aplicado diferentes instrumentos de consulta à comunidade acadêmica, cujos conteúdos, dos instrumentos já existentes, estão detalhados em anexo, e os construídos serão anexados, posteriormente.

Os instrumentos vão desde questionários de perguntas e respostas, a visitas a setores, reuniões com segmentos e entrevistas com grupos e pessoas afins. Esses instrumentos considerarão diferentes aspectos das atividades acadêmicas na faculdade, como: qualidade dos cursos de graduação, de pós-graduação e do programa de formação especial para docente, perfil do corpo docente da instituição, infraestrutura oferecida, condições de trabalho disponíveis para o corpo docente e grau de satisfação dos serviços oferecidos, acompanhamento dos egressos, qualidade dos meios de comunicação, abrangência dos meios de opinião da sociedade civil, grau de satisfações com a realização dos eventos da IES e dos cursos, qualidade dos equipamentos e ferramentas tecnológicas disponíveis na instituição, grau de satisfação dos concluintes e perfil do ingresso.

Os instrumentos serão disponibilizados a todos os membros de determinada categoria da comunidade acadêmica, sempre com adesão voluntária. Em casos especiais, poderá ser trabalhado com amostragem.

Outro aspecto importante da adesão voluntária é o estímulo ao estabelecimento de uma cultura de avaliação institucional e a possibilidade de mensuração dentro de cada segmento da comunidade acadêmica das FIRB. A aplicação do questionário será feita via internet, onde ficará disponível (no portal universitário) por tempo pertinente para cada grupo da comunidade acadêmica. O acesso aos participantes será certificado por meio de sua senha universitária de acesso ao site da instituição, garantindo o sigilo e impedindo duplicações de respostas.

Os dados coletados serão armazenados no banco de dados do portal. Este banco será de uso exclusivo da CPA, com controle de acesso por senha somente ao coordenador da comissão e ao coordenador do sistema de

informação do projeto, quando necessário para fins de manutenção e ajustes do sistema, sendo posteriormente trocada a senha.

Aplicação da técnica de reuniões de grupos e /ou de segmentos institucionais para análise das dimensões institucionais (SINAES):

A análise em grupo (reuniões) como método qualitativo de avaliação, permite a investigação aprofundada de um determinado tema, a exploração e entendimento quanto às ideias e reações, dos integrantes dos grupos que representam uma amostra do universo objeto de estudo. As reuniões para análise das dimensões que compõem a 2ª fase do processo serão previstas no cronograma de ação da autoavaliação institucional e os grupos serão selecionados de acordo com as dimensões e funções afins.

No caso das oito coordenações de curso, será providenciada a inserção de um ou mais coordenadores em cada dimensão, considerando a visão e atividade prática institucional que o cargo oferece. Será realizada uma reunião inicial para divisão dos grupos e orientações gerais, seguindo as orientações do INEP. Os grupos se reunirão para análise da dimensão contando com o levantamento de indicadores afins, conforme orientações da CPA e, posteriormente, apresentará para os demais grupos em assembleia. Apresentadas todas as análises, realiza-se discussão final e sistematiza o relatório de análise das dimensões. Todas as reuniões deverão ter registro escrito e fotográfico, para compor o relatório final do processo da autoavaliação institucional.

Elaboração de relatórios parciais e finais do ciclo de avaliação institucional:

Com o objetivo de sistematizar e organizar os dados coletados e interpolar os diferentes instrumentos de avaliação, quantitativos e qualitativos, para cada avaliação realizada durante o ano, será sistematizado um relatório, com documentos comprobatórios anexados, inclusive da análise das dimensões. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das FIRB será o balizador do processo de avaliação institucional.

6 Avaliação Externa da instituição e do processo da autoavaliação institucional:

A instituição deverá receber avaliações externa: institucional e de curso, que será realizada por uma comissão de profissionais, avaliadores do INEP/SINAES/MEC. Serão utilizados os instrumentos de avaliação institucional externa e de curso, conforme o SINAES /INEP/MEC, e terá como ponto de partida os relatórios de Autoavaliação produzidos pela CPA.

Ações de estímulo para a participação da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional:

A CPA deve contar com ampla participação da comunidade acadêmica em todas as fases da execução da autoavaliação, levando em consideração ser um processo político institucional.

Nesse sentido as propostas incluídas neste Plano de Ação devem ser analisadas pela mesma. Considerando o prazo estipulado no cronograma de ações e o período de realização da avaliação (2015/2016), a comissão decidiu pela elaboração do atual Plano de Ação e submissão do mesmo à comunidade, para avaliação e modificações apontadas como necessárias. Portanto, os instrumentos de avaliação propostos no plano poderão ser modificados até a sua realização.

Cronograma das ações da autoavaliação Institucional das FIRB em 2015/2017

OBJETIVO	AÇÕES	PRAZO
I - Implantar a Autoavaliação das FIRB, (ciclo: 2015/2017)	Postar o relatório 2013/2014 no E-MEC	Março 2015
	Analisar o relatório 2013/2014	Março 2015
	Fazer um levantamento de formulários da IES para reformulação dos questionários de autoavaliação	Abril setembro de 2015
	Elaborar instrumentos	Outubro e novembro 2015
	Solicitar a reestruturação do software de aplicação da autoavaliação	Dezembro de 2015
	Inserir 1º relatório parcial no e-mec	31 de março de 2016
	Análise dos PPCs	Janeiro a maio de 2016
	Verificação do Plano de Carreira	Maio de 2016
	Realizar pré-teste junto aos segmentos: Discentes, docentes e Técnico Administrativo;	Junho de 2016
	-Realizar reuniões de sensibilização junto aos segmentos envolvidos na autoavaliação	Agosto de 2016

- Elaborar cronograma para coleta de dados;	Setembro de 2016
- Reunião com os segmentos para coletas de dados e informações	Dezembro de 2016 a março de 2017
-Produzir e depositar o 2º relatório parcial no E-MEC	Março 2017
- aplicação dos instrumentos de autoavaliação aos diversos segmentos das FIRB	Agosto de 2017
-Elaborar plano de divulgação;	Agosto 2017
- Produzir Relatório final	Novembro 2017 a fevereiro de 2018
-Socializar resultados	Março 2018
- Postar o Relatório Final no E-MEC	31 de Março 2018

7.7 Procedimento de Atendimentos aos Alunos:

7.7.1 Funcionamento do órgão de apoio pedagógico e o programa de nivelamento de alunos, assim como as estratégias de acompanhamento dos egressos da IES.

As FIRB implantaram em 2001 e dinamizam a cada ano o Plano de Ações Corretivas com o desenvolvimento de Projetos, abaixo descritos, para atendimento a alunos, visando orientação pedagógica e psicopedagógica, contribuir para o equilíbrio socioemocional dos alunos, cobrir lacunas curriculares e orientar quanto ao desempenho acadêmico necessário à sua formação profissional.

7.8 Políticas de atendimento aos discentes

7.8.1 Formas de acesso:

A) Via vestibular: o aluno que queira ingressar nas FIRB, em um curso de graduação, deve inscrever-se no Vestibular, que é disciplinado por edital, no qual se determinam o número de vagas do curso, o critério para a classificação, as datas e horários das provas. O candidato pode optar por fazer a prova eletrônica em dia e horário escolhidos por ele ou o tradicional no dia e horário estabelecido no edital da IES.

B) Transferência: a transferência para as FIRB de alunos de outras IES é possível, para cursos afins, se houver vaga.

As FIRB apoiam o estudante de várias formas, a saber: iniciativas de nivelamento a partir do primeiro bimestre do curso sob orientação docente; programas de estágios internos e de extensão; programas de bolsas; programas de iniciação científica; disponibilidade da infraestrutura e de recursos internos para as mais variadas atividades, inclusive extra aulas; apoio aos discentes com necessidades especiais; acervo bibliográfico em várias mídias e orientação e encaminhamento de estágios.

O atual Programa de Bolsas e Descontos das FIRB propicia diversas formas de apoio financeiro aos discentes, podendo, no quinquênio 2017 a 2021, ser objeto de aperfeiçoamentos. Na sequência são apresentadas as principais formas de apoio atual do Programa conforme dispõe a Resolução nº 01/2016.

As FIRB também possuem adesão ao FIES. Criado em 1999, é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

A participação do corpo discente na estrutura acadêmica das FIRB se faz de duas formas principais: a eleição de representantes de classe e a organização de diretório acadêmico.

É livre a organização de representações discentes nas FIRB. Os estudantes de cada curso têm autonomia para organizar-se em chapas concorrentes ao Diretório Central de Estudantes e a totalidade dos estudantes da IES votam na melhor opção elegendo assim um Diretório Central de Estudantes nos termos prescritos nos artigos 75 e 76 do Regimento Unificado das FIRB. A atuação das FIRB em relação à forma de organização e condução das atividades dos diretórios acadêmicos resume-se a zelar pela efetiva representatividade dos alunos nos processos eleitorais.

A segunda forma consiste em reuniões constantes entre cada Coordenador e representantes discentes de seus respectivos cursos/turmas. Cada classe elege, no início de cada ano letivo, um representante que tem por função coletar as análises da turma em relação à condução das aulas, organização do curso, desempenho de professores, funcionários e coordenadores. Tais informações e demandas são encaminhadas pelo Coordenador aos respectivos Conselhos de Curso, para análise, deliberações e providências.

Além disso, há reuniões semestrais entre cada Coordenador de curso e representantes discentes de seus respectivos cursos, os quais apresentam as reivindicações e análises referentes a cada curso.

O CPD realiza, desde 2003, a pesquisa e o processamento dos dados relativos à vida profissional dos egressos, coletados a partir de um questionário disponibilizado no *site* das FIRB.

Essa ação tem por objetivos possibilitar o relacionamento da Instituição com seus ex-alunos; identificar o nível de interesse dos mesmos em participar de atividades sociais, culturais e acadêmicas da Instituição; constatar a relevância da formação do concluinte em sua vida profissional atual e avaliar a opinião do concluinte a respeito da qualidade da Instituição, sob diferentes aspectos.

Para o quinquênio 2017-2021 a IES pretende aperfeiçoar o Programa de Acompanhamento de Egressos.

Projeto 1-

Nome: PAAC – Projeto de Autoavaliação de Curso

Órgão responsável: Coordenadorias de Cursos das FIRB.

Participantes: Coordenação, Docentes e Discentes

OBJETIVOS:

- Identificar pontos de intervenção pedagógica
- Analisar a satisfação dos discentes em relação aos serviços oferecidos
- Sanar problemas de ensino aprendizagem durante o processo

Projeto 2-

Nome: NSC – Núcleo de Seleção e Capacitação.

Órgão responsável: Coordenadoria de Educação das FIRB.

Participantes: Coordenação, Assessoria Pedagógica Institucional e Docentes.

OBJETIVOS:

- Desenvolver ações de apoio ao corpo docente visando os seguintes pontos: trabalho em equipe, comunicação, definição de papéis e comprometimento.
- Capacitar os docentes com curso de orientação acadêmica e curso de Didática do Ensino Superior

Projeto 3-

Nome: NAE/NAPI – Núcleo de Apoio ao Estudante com Projeto de Atendimento Pedagógico e Psicopedagógico ao aluno.

Órgão responsável: NAPI

Participantes: Coordenação do NAPI, Docentes e Discentes.

OBJETIVOS:

- Identificar lacunas curriculares, oriundas do ensino médio visando o nivelamento dos alunos ingressantes.
- Fornecer ao aluno reforço de conteúdos dos programas que não obtiveram uma aprendizagem satisfatória
- Propor atividades que desenvolvam a habilidade de trabalho em equipe e comprometimento com sua formação acadêmica.

7.8.2 Estímulos à permanência (programa de nivelamento, atendimento psicopedagógico)

O programa de nivelamento institucional das FIRB se desenvolve por meio da oferta de um ciclo de Estudos Gerais no início dos Cursos de Graduação, com disciplinas básicas necessárias à continuidade dos estudos em nível superior.

O programa de atendimento psicopedagógico se desenvolve concomitantemente de forma individual a alunos que solicitam tal atendimento ou por encaminhamento do professor.

7.8.3 Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos.

O Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina de natureza diagnóstica, opinativa e propositiva, compreende a constituição de espaço institucional, composto por representantes dos vários segmentos que compõem a comunidade acadêmica e destina-se a planejar, organizar e avaliar processos e ações, articulando os diferentes colegiados e órgãos da FIRB na implementação da política oficial de

todas as formas de acessibilidade: *atitudinal* – percepção e interação com o outro sem preconceito, estigma, estereótipo e discriminação, *arquitetônica* – eliminação das barreiras físicas ambientais, *metodológica* – ausência de entraves nas didáticas e metodologias de aprendizagem considerando também aos processos de avaliação, *nas comunicações* – exclusão de obstáculos na comunicação interpessoal quer seja oral, escrita, através de sinais e virtual e, finalmente *digital* – direito de acesso a esse sistema.

7.8.4 Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

O Diretório Acadêmico é um órgão ativo, independente, organizado pelos próprios alunos e garante espaço para convivência e participação estudantil.

Além do Diretório Acadêmico, os alunos participam dos Órgãos de Gestão Institucional, como o CEPEX e do CSA através de representatividade.

As FIRB instituíram através da Resolução n.º 02/2002 um Programa de Bolsa de Estudo e/ou Deslocamento de aluno para participação em cursos de extensão / congressos e outros eventos nacionais ou internacionais.

Entende-se por apoio pedagógico o conjunto das estratégias e atividades concebidas e realizadas na escola no âmbito curricular e extracurricular, incluindo aquelas que são desenvolvidas no seu exterior, que contribuam para que os alunos adquiram os conhecimentos e as competências e desenvolvam as capacidades, atitudes e valores consagrados nos currículos em vigor.

Abrange programas específicos no âmbito das disciplinas ou áreas disciplinares, programas de natureza interdisciplinar ou transdisciplinar, atividades de nivelamento, atividades de orientação educativa, atividades de complemento curricular, bem como qualquer programa, medida e organização pedagógica que os órgãos da escola entendam útil para possibilitar o sucesso educativo.

7.8.5 Políticas de atendimento aos discentes

Crerios de seleção de novos alunos: Os processos estabelecidos para ingresso aos cursos das FIRB, destinam-se a avaliar a formação recebida pelo candidato em estudos anteriores e a classifico-lo, dentro do limite das vagas fixadas, autorizado ou aprovado pelo órgão competente, oferecidas para o curso de sua

opção. As inscrições para o Processo Seletivo aos cursos das FIRB, são abertas em Edital, publicado pelo Diretor Geral.

Por ocasião do anúncio do Processo Seletivo as FIRB, minimamente, tornarão público:

- a) qualificação do corpo docente em efetivo exercício nos cursos de graduação;
- b) descrição dos recursos materiais à disposição dos alunos;
- c) elenco dos cursos reconhecidos e/ou em processo de reconhecimento, assim como os resultados das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação;
- d) valor dos encargos educacionais a serem assumidos pelo aluno e as normas de reajustes aplicáveis no período letivo a que se refere.

O processo seletivo é de caráter classificatório, pela ordem decrescente dos resultados alcançados pelo candidato.

As inscrições para processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, o prazo de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, a serem avaliados em provas, na forma disciplinada pelas normas Institucionais.

A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos. A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de restarem vagas poderá realizar-se novo processo seletivo, ou nelas poderão ser matriculados portadores de diploma de graduação devidamente registrado, ou transferidos de outro curso ou Instituição.

De acordo com o Regimento Geral da Instituição, Artigo 44, o Núcleo de Apoio ao Estudante é a estrutura de acolhimento aos discentes e ingressantes na Faculdade e é o ponto de atendimento ao aluno, seja qual for o serviço solicitado.

Art. 45. São atribuições do NAE:

- I - realizar o pronto atendimento às demandas presenciais dos alunos;
- II - oferecer apoio psicopedagógico aos alunos com NEE;
- III- prestar apoio pedagógico a alunos com dificuldades de aprendizagem;
- IV - provocar intercâmbio de conhecimento entre alunos das FIRB;

V - mediar com o setor competente possíveis negociações financeiras a alunos inadimplentes e,

VI - apoiar às atividades artístico-culturais e esportivas.

7.8.6 Seção II - Do Núcleo de Apoio Psicopedagógico Institucional – NAPI

Art. 46. O núcleo de Apoio Psicopedagógico Institucional caracteriza-se por ser um setor interdisciplinar com o objetivo de zelar pela saúde psíquica, em termos cognitivos, emocionais e sociais dos discentes vinculados as FIRB.

§ 1º O Núcleo de Apoio Psicopedagógico Institucional- NAPI atua primordialmente de maneira preventiva para a devida adequação dos processos relacionados ao meio acadêmico.

§ 2º São os objetivos do NAPI:

I - atender alunos em dificuldade de aprendizagem para diagnóstico e encaminhamento externo, caso necessário;

II - orientar discentes em seus processos de formações acadêmica, pessoal e profissional;

III - proporcionar atendimentos breves de cunho psicopedagógico e social, com a finalidade de integração, inserção e reinserção dos discentes no âmbito acadêmico;

IV - coletar dados relacionados às dificuldades dos discentes, com vistas a minimizar estas demandas;

V - promover intervenções individuais, ou mesmo coletivas, a priori, com recomendações de soluções para sua maior eficácia e eficiência do processo de ensino, bem como das relações interpessoais;

VI - contribuir para a real informação com relação aos meios e recursos à disposição do NAPI e o que este Núcleo pode oferecer em quantidade e qualidade terapeuticamente para os discentes, docentes e coordenações e,

VII - ser mediador e interventor nos problemas relacionados aos docentes e discentes, identificando o foco e propondo soluções adequadas para a resolução destes obstáculos ao ensino e aprendizagem.

§ 3º O Núcleo de Apoio Psicopedagógico Institucional é constituído por:

I - um Coordenador com formação em Pedagogia e Psicopedagogia Institucional e Clínica;

II - um Psicólogo, com formação clinica e,

III - um Pedagogo.

7.8.7 Programa de nivelamento de alunos

O objetivo do programa é auxiliar na revisão de conteúdos básicos aprendidos no Ensino Médio, mas de extrema importância no Ensino Superior, principalmente nos períodos iniciais, nivelando conhecimentos para melhor desempenho na graduação.

O programa está dividido em quatro disciplinas: Matemática, Português, Física e Química.

Realiza cursos para os alunos da graduação, possibilitando um nivelamento do conhecimento em patamar adequado para um melhor desempenho e aproveitamento das disciplinas que são fundamentos para as disciplinas profissionalizantes e específicas do curso.

É um desafio permanente pelas diversas características regionais do Brasil, suas dimensões sociais, culturais e econômicas, na busca pela qualificação de seus processos de ensino e aprendizagem. Com o Programa, procura-se desenvolver ou intensificar o domínio de conhecimentos específicos dos alunos em diferentes áreas de conhecimento.

7.8.8 Quem pode participar

Alunos matriculados nos cursos de graduação, preferencialmente dos dois primeiros semestres dos cursos.

7.8.9 Metodologia

O Programa possui duas fases, sendo: avaliação diagnóstica para checar o nível de aprendizagens efetivadas e a segunda parte que é o curso de nivelamento, ambos aplicados e ofertados aos sábados.

- **Avaliação diagnóstica**

A avaliação diagnóstica promove o diagnóstico inicial no que diz respeito aos conhecimentos básicos e iniciais em determinada área de conhecimento.

- **Cursos de nivelamento**

Os cursos de nivelamento buscam desenvolver ou intensificar o domínio de conhecimentos específicos em diferentes áreas de conhecimento superando defasagens cognitivas que impeçam o acompanhamento das disciplinas no curso.

7.8.10 Estratégias de acompanhamento dos egressos da IES.

Acompanhamento dos egressos é um dos mecanismos que permite à Instituição seguir a contínua melhoria de todo planejamento e operação dos processos de ensino e aprendizagem. Por isso a Política de Acompanhamento dos Egressos tem como objetivo inserir no mercado de trabalho profissionais aptos para o exercício da profissão. E é através do retorno quanto aos indicadores da qualidade dos profissionais que vem formando que se torna possível observar o desenvolvimento do egresso no mercado nos aspectos mercadológicos.

O egresso é definido como aquele que efetivamente concluiu seus estudos, colou grau e está apto para ingressar no mercado de trabalho. Nessa condição de egresso, ele é uma fonte de informação sobre a qualidade do serviço prestado pelas FIRB.

As FIRB veem acompanhando seus egressos através de um programa denominado Programa de Acompanhamento de Egressos, implementado por meio de um espaço em seu portal denominado de Egressos e tem cultivado um relacionamento por meio da participação destes em Semanas Acadêmicas, palestras, oficinas, relatos de experiências, entre outros eventos. Além desse canal do Egresso, a IES estabeleceu para seus canais de comunicação com os egressos, a Ouvidoria e os e-mails institucionais das coordenadorias de cursos de Graduação.

A despeito do relacionamento com os egressos por meio de projetos institucionais, sabe-se que a realidade hoje exige a estruturação de um conjunto mais denso de ações, o que constitui um dos objetivos da elaboração de uma Política Institucional de Acompanhamento de Egressos, de modo a permitir a verificação do quanto as FIRB têm cumprido sua missão institucional.

A Instituição compreende a relevância de se dar uma atenção mais enfática ao acompanhamento do egresso e ao elaborar esta política pretende, alcançar as ações que dela resultarão:

- a) Obter sempre uma face atual da Avaliação Institucional, sobre o enfoque de que já se formou e está no mercado de trabalho;
- b) Identificar, de maneira direta, perfil e a trajetória profissional dos egressos;
- c) Atualizar os dados quanto às competências exigidas pelo mercado de trabalho;
- d) Seguir atualizando os currículos dos cursos e programas propostos pelas FIRB.

A Política de Acompanhamento de Egressos das FIRB pressupõe a definição das seguintes estratégias:

- 1) A definição de um gestor responsável pelo acompanhamento de egressos em cada curso será o Coordenador de curso que contará com o apoio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da Assessoria Pedagógica, da Diretoria Geral e da Secretaria Geral;
- 2) Permanente atualização do banco de dados de egressos de forma a subsidiar as ações acadêmicas e institucionais;
- 3) Possibilitar a pesquisa e análise do perfil profissional;
- 4) ampliar os eventos e oferecer serviços que permitam o aperfeiçoamento profissional e a formação continuada dos egressos, na Instituição como os cursos de pós-graduação;
- 5) Fortalecer a imagem institucional;
- 6) Contribuir para a avaliação do desempenho da Instituição por meio do acompanhamento da situação profissional dos egressos;
- 7) Redesenhar o Programa de Acompanhamento de Egressos sempre que for preciso, incorporando novos elementos.

O acompanhamento dos egressos foi instituído a partir de 2002 através da Resolução n.º 04/2002 com a finalidade de manter estreito intercâmbio de ideias e atividades entre a Instituição e seus ex-alunos, possibilitando o acompanhamento da inserção dos graduados no mercado de trabalho e o desenvolvimento de sua vida profissional.

8. Infraestrutura e instalações acadêmicas

8.1 Ambientes da IES:

Tabela XI - Infraestrutura física

Dependência	Quantidade	Área (m ²)	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Área de lazer	01	254	01	01	01	01	01
Auditório	00	000	00	00	01	01	01
Sanitários	17	93	20	20	20	22	22
Biblioteca	01	136	01	01	01	01	01
Instalações Administrativas	07	315	07	07	07	07	07
Laboratórios	05	200	05	06	07	08	08

Salas de aula	21	1375	23	29	31	34	38
Salas de Coordenação	02	116	05	07	10	12	13
Salas de Docentes	01	31	01	01	02	02	02
Sala de atendimento NAPI	01	31	01	01	01	01	01

8.2 Infraestrutura acadêmica – laboratórios específicos

8.2.1 – **Tabela XII** - Laboratórios de Informática – Anexo I

8.2.2 – **Tabela XIII** - Laboratórios específicos: Química – Anexo II

8.2.3 – **Tabela XIV** - Laboratórios específicos: Física– Anexo III

8.2.4 – **Tabela XV** - Laboratórios específicos: Eletrotécnica – Anexo IV

8.2.5 – **Tabela XVI** - Laboratórios específicos: Estruturas e Materiais – Anexo V

8.2.6 – **Tabela XVII** – Laboratórios específicos: Metrologia – Anexo VI

8.2.7 – **Tabela XVIII** – Laboratórios específicos: Topografia – Anexo VII

8.2.8 – **Tabela XIX** – Laboratórios específicos: Hidráulica e Solos – Anexo VIII

8.2.9 – **Tabela XX** – Laboratório de manufatura aditiva (Impressão 3D) – Anexo IX

Observação: quanto ao espaço físico dos laboratórios há 5 (cinco) salas específicas construídas para esta finalidade. Há 9 (nove) laboratórios. Conseqüentemente há 2 laboratórios ocupando estrategicamente e de acordo com calendário semanal de utilização o mesmo espaço físico.

8.3 Relação equipamento/aluno/curso

Os equipamentos são suficientes para a demanda de acordo com horário de utilização do laboratório

8.4 Inovações tecnológicas significativas

As inovações tecnológicas significativas são as referentes à inserção da lousa interativa nas salas de aula.

Biblioteca

Biblioteca:

Quem responde pela biblioteca é o Biblioteconomista:

MSc Daniel Abraão Pando – CRB8 – 6480

Número de assentos: 58

Número de empréstimos domiciliares: 4955

Número de Títulos do acervo de periódicos impressos: 8995

Número de Títulos do acervo de livros impressos: 19830

8.5 Acervo por área do conhecimento

Denominação	Quantidade	Ano I	Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
Livros	18598	18598	19200	20000	20100	20200
Periódicos	8915	8915	8918	8920	8921	8923
Jornais	05	05	06	07	08	08
Obras de referência	290	290	291	292	293	294
Vídeos	331	331	334	337	340	343
DVDs	15	16	17	18	19	20
CDs Rom	90	91	92	93	94	95
Assinaturas eletrônicas	0	1	2	3	4	5
Outros (Monografias)	1157	1250	1320	1380	1430	1500

CENSO 2016 – DANIEL - BIBLIOTECA

8.6 Política de aquisição, expansão e atualização.

8.6.1 IDENTIFICAÇÃO:

Faculdades Integradas “Rui Barbosa”

Responsável: direção e coordenação de cursos.

Projeto: “Ampliação de acervo da biblioteca”.

Envolvidos: Bibliotecário, Alunos, Professores e Coordenadores.

Período de realização: Permanente.

8.6.2 OBJETIVOS:

1. Ampliar quantitativa e qualitativamente o acervo disponível para subsidiar o desenvolvimento das disciplinas dos cursos.
2. Atualizar o acervo geral através de aquisição de obras informativas e formativas, que contemplem as novas tendências paradigmáticas.
3. Priorizar as disciplinas específicas através de aquisição de obras das diversas áreas de conhecimento, contemplando todos os cursos.
4. Investir recursos financeiros na proporção de 2 (duas) mensalidades/ aluno/ mês, na aquisição de livros e outras publicações de formação geral e específica.

8.6.3 METAS:

- Aquisição de periódicos específicos.
- Aquisição de livros para todos os cursos ao início de cada mês, diante da lista apresentada pelos coordenadores, no limite de duas mensalidades mês, para cada curso.
- Renovação de assinaturas de jornais e revistas.
- Alcançar no ano 2021 **um universo de 30 (trinta) títulos de livros, por aluno**, disponíveis na biblioteca para empréstimos e/ou consultas.
- Divulgar a existência de bônus, adquiridos do sistema **COMUT** para as coordenadorias, destinados a professores e alunos.

Horário de funcionamento

07h30 min. às 12h. e das 13h. às 22h30 min. (Segunda a Sexta-feira)

07h30 min. às 12h (Aos Sábados)

8.6.4 Serviços oferecidos

8.6.4.1 Serviço de acesso ao acervo

O acervo é de livre acesso e pode ser consultado via Internet.

8.6.4.2 Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos

Capacitação de usuários na elaboração de referências bibliográficas e citação de autores no corpo do texto.

Elaboração de Fichas Catalográficas.

9 – POLÍTICAS DE RECOMPOSIÇÃO E ALARGAMENTO DA CIDADANIA

9.1 Atendimento às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida

- Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.
- Incrementar as ações do Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos.
- De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004 foi inserida nos currículos de todos os cursos uma disciplina “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” cuja ementa é:
 - Discutir criticamente a formação do povo brasileiro a partir do resgate das contribuições dos povos africanos e indígenas em seus aspectos históricos, culturais, econômicos e políticos. A partir disso, possibilitar a inclusão e consequente reposicionamento da importância dos povos africanos e indígenas na construção da nação brasileira na intenção de desvelar processos de segregação, racismo e injustiça social. Além disso, repensar a

forma pitoresca e folclorizada, muitas vezes estereotipadas e preconceituosas, com que foram contemplados e posicionar-se para plenitude da cidadania, que deve ser vista como parte de uma luta maior.

▪ No que se refere às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012. a abordagem dos vários princípios que compõem a educação em Direitos Humanos se apresenta como uma necessidade importante na formação dos acadêmicos no Ensino Superior, tendo em vista sua atuação com as pessoas na sua inserção no mercado de trabalho. As decisões e os encaminhamentos do cotidiano da profissão trazem desafios relacionados com as relações humanas, que precisam ser trabalhados nas várias atividades que constituem o percurso dos acadêmicos no seu curso de graduação.

▪ O atendimento ao disposto na Resolução CNE/CP N° 1, de 30/05/2012 ocorre de duas formas: a) por meio da abordagem transversal e ou específica junto aos conteúdos de diversas disciplinas que compõem a matriz curricular de todos os cursos, com destaque para as disciplinas de Filosofia e Ética da Ciência e da Tecnologia e Sociologia e Antropologia; e b) por meio da abordagem transversal e ou específica desenvolvida em projetos de extensão.

• A edição da Lei nº 12.764 no final de 2012, instituindo a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, foi um importantíssimo marco legal, posto que é a primeira lei voltada à proteção específica das pessoas com TEA. Em seu bojo, no que tange a área da educação inclusiva, reafirma o direito que os alunos com TEA têm de terem as mesmas oportunidades de acesso, permanência e aproveitamento acadêmico necessário para desenvolver suas potencialidades. . No curso de Pedagogia há as disciplinas: “Sociedade e Diversidade no Contexto Educacional” e “Necessidades Educacionais Especiais - conceito, normas e procedimentos” para garantir atendimento das diferenças e criar condições reais de inclusão.

▪ Para agir de acordo com a política de inclusão também expressa em seu PDI, as FIRB se adaptam para acolher todos os seus alunos independentemente de suas diferenças, pois, entende que a educação inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade

de acesso, permanência e aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não.

Para garantir que isto aconteça instituiu-se o “Comitê de Acessibilidade e Inclusão e Direitos Humanos”.

O Comitê de Acessibilidade e Inclusão e Direitos Humanos das Faculdades Integradas Rui Barbosa é um órgão interno subordinado à Direção Geral das FIRB. Tem por finalidade apoiar e orientar as ações de acolhida, permanência e desenvolvimento pessoal e acadêmico de estudantes portadores de deficiências físicas, mentais, pedagógicas garantindo a acessibilidade pelas ações de ensino, pesquisa, extensão, serviços, infraestrutura e atitudinal.

Além daquelas acima previstas o Comitê tem as seguintes finalidades:

- I - dimensionar e equacionar adequações possíveis frente às barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e digital;
- II - orientar a comunidade universitária quanto a processos, tecnologias e equipamentos especializados indicados na superação das necessidades educacionais especiais;
- III - entender e conscientizar a sociedade da existência dos direitos sociais, dos portadores de NEE, presentes na legislação brasileira;
- IV - assessorar a comunidade universitária nas questões que envolvem inclusão, acessibilidade e negação ou afronta aos direitos humanos.

O Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos da FIRB para melhor cumprir suas finalidades poderá estabelecer parcerias com outros setores institucionais, bem como com entidades privadas, órgãos públicos, grupos representativos e associações específicas de atendimento a portadores de deficiências.

São objetivos do Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina:

Organizar a FIRB para atender a legislação que segue e demais legislações supervenientes:

1. a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em especial o Art. 5º em que estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...”;
2. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 - dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social;

3. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
4. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 - promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência;
5. Portaria MEC 555/2007 - política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva;
6. Portaria MEC 3.284/2003 - dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências;
7. Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 - dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;
8. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
9. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
10. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
11. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

O Comitê, em andamento desde 2015, está atuando com profissionais qualificados que também são professores da FIRB designados para tal fim.

9.2 Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS *

9.2.1 Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar. Há, entretanto, necessidades que interferem de maneira significativa no processo de aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para garantir a aprendizagem de todos os alunos.

Entende-se que a Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade. O respeito aos direitos e liberdades humanas são os primeiros passos para a construção da cidadania.

A seguir, as leis que sustentam a Educação Inclusiva e a partir das quais as FIRB proporciona condições para que todos tenham acesso e permanência aos ambientes da instituição, envolvendo tanto as necessidades físicas, como as cognitivas e psicológicas.

Lei nº 7.853/1989 - Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Decreto 3.298/1999 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

Lei nº 10.048/2000 - Dispõe sobre a prioridade de atendimento à pessoa com deficiência.

Lei nº 10.098/2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto nº 5.296/2004 - Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário à acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Decreto nº 3.956/2001 - Ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de deficiência

Lei nº 10.436/2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Decreto nº 5.626/2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436/2002

Decreto nº 6.949/2009 - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Lei nº 12.139/2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Decreto nº 7612/2011 - Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.

Lei nº 12.764/2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Lei nº 13.146/2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Atualmente, de acordo com o que prescreve a Lei 13.146/2015, está instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e, consequentemente os preceitos da cidadania.

A Educação inclusiva é, atualmente, um dos maiores desafios do sistema educacional. Na perspectiva de enfrentar esse desafio e contribuir para a inclusão, os PPCs da IES e sua infraestrutura física atendem ao disposto no marco legal vigente, destacando-se o Decreto nº 5296/2004, de 02/12/2004; o Art. 4º, do Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999; a Declaração de Salamanca; a Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a qual dispõe sobre o Ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

9.3 As políticas e adequações de infraestrutura física, relativas à promoção da acessibilidade, atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, por pessoas portadoras de necessidades especiais, em atendimento ao art. 16, inciso VII, alínea "c" do Decreto nº 5.773/2006 e Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 sustentam a aplicação de mudanças na organização do espaço físico da instituição.

Preocupada em adaptar-se às normas e princípios que garantam os direitos do aluno com necessidades educacionais especiais e, sobretudo, em

estabelecer uma política institucional, a IES aprimora ações para manter a qualidade de ensino para todos os seus alunos e, especificamente, assegura, aos alunos com necessidades educacionais especiais, as condições necessárias para o seu pleno aprendizado e sua permanência na IES, por meio de uma prática pedagógica voltada para a aprendizagem dos mesmos. Nesse sentido, a IES oferecerá atendimento educacional especializado, de forma institucionalizada, por meio de um núcleo de acessibilidade.

Além disso, está previsto, na IES, a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, por meio de formação continuada.

Para garantir a acessibilidade nas comunicações pedagógica e atitudinal, a IES é atenta à necessidade da remoção das barreiras nas comunicações (Lei nº 10.098/2000) e às ajudas técnicas necessárias que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas. Atenta, ainda, para as normas quanto ao tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e colaboradores com deficiência.

Destaca-se, também, que a IES se compromete a, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno com deficiência auditiva conclua o curso:

- a) propiciar intérprete de Sinais/Língua Portuguesa, especialmente quando da avaliação e revisão de provas;
- b) adotar flexibilidade na correção de provas escritas;
- c) estimular o aprendizado de Língua Portuguesa; e,
- d) proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno com deficiência auditiva.

A IES orienta-se na direção de que haja investimento na promoção da acessibilidade dos portadores de necessidades educacionais especiais, como por exemplo, as que apresentam mobilidade reduzida, visando cumprir integralmente a Lei nº 10.098/2000 e oferecer acessibilidade para essas pessoas.

O atendimento a alunos portadores de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida tem como objetivos:

- oferecer suporte aos alunos com deficiência, viabilizando igualdade de condições para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de maneira eficaz;
- promover a sensibilização e a conscientização da comunidade acadêmica com relação à relevância dos temas referentes à inclusão, valorizando a diversidade humana;

Além da adequação/adaptação do espaço físico, a Instituição, preocupada em instruir professores e funcionários para que possam estar preparados para receber e lidar com os portadores de deficiência visual e/ou auditiva que necessitam de cuidados específicos, insere a inclusão, nas matrizes curriculares dos Cursos da disciplina LIBRAS. A inserção da disciplina de Libras em todos os cursos oportuniza a todos da comunidade interna a voltar-se para o outro e comunicar-se com ele como ser humano que é.

A inclusão educacional é responsabilidade de todos, a começar pelo aluno e por sua família. Sem essa participação, os maiores esforços seriam reduzidos a um resultado pouco satisfatório.

Em atendimento ao Decreto 5773/2006 e ao Decreto 296/2004 que estabelecem os requisitos de acessibilidade, as FIRB toma como referência a Norma Brasileira ABNT NBR 9050:2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Tem em vista a viabilização deste decreto, a Instituição realiza:

I. Aos Portadores de Necessidades Especiais. (mobilidade reduzida temporária ou permanente)

- Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);
- Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das FIRB;
- Rampas facilitando a circulação de cadeiras de rodas;
- Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Barras de apoio nas paredes dos banheiros.
- Cadeira de rodas para utilização eventual.

II. Aos alunos portadores de deficiência visual.

- Impressora Braille acoplada a computador;
- Sistema de síntese de voz;
- Gravador e fotocopadora que amplie texto;
- Software de ampliação de tela;
- Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal
- Lupas, régua de leitura;
- Scanner acoplado a computador;

- Acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille
- Disponibilidades de LEDORES.
- Sinais luminosos
- Piso tátil
- Sinais em Braille de identificação nas portas.

III. Aos alunos portadores de deficiência auditiva.

- Intérpretes de língua de sinais, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- Aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita, (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado);
- Materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.
- Treinamento e desenvolvimento de docentes para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.
- Treinamento e desenvolvimento de docentes de Língua Brasileira de Sinais.
- Fones de ouvidos nos laboratórios de informática.

9.4 Para os professores, alunos, funcionários e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, pode proporcionar, além de ajudas técnicas, programa de capacitação para a educação inclusiva, constando, especialmente, da oferta de:

Além disso, nas FIRB, há normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, funcionários portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação:

- Informações sobre as características essenciais necessárias ao aprendizado dos portadores de necessidades especiais;

- Cursos, seminários, grupos de estudo, ministrados pelo especialista da IES – Professor José Orival, que também ministra a disciplina de LIBRAS em todos os cursos da IES;
- Cursos para o entendimento da linguagem dos sinais.

Todos os sistemas de apoios às pessoas portadoras de necessidades especiais estão disponíveis a toda comunidade acadêmica.

9.4.1 Para a comunidade, há a oferta de:

- Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças;
- Integração Escola/Empresas para a oferta de estágios profissionais, incluindo empregos permanentes, com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais.

Além disso, as FIRB criarão normas internas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, funcionários portadores de deficiência, com o objetivo de utilizar um instrumento norteador aos princípios de inserção e convivência proposto.

10. DEMONSTRATIVO CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN					
FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB					
QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA					
Resultado Consolidado					
(Valores constantes - R\$ 1,00 em valores de 2017)					
Discriminação	Ano I - 2017 (1)	Ano II - 2018 ⁽²⁾	Ano III - 2019 ⁽³⁾	Ano IV - 2020 ⁽⁴⁾	Ano V - 2021 ⁽⁵⁾
1. RECEITAS					
1.1 Anuidades/ Mensalidades	7.431.852,00	10.641.036,00	12.924.296,40	14.735.916,00	17.778.975,60
1.2 Taxas/Secretaria	74.318,52	162.349,74	207.033,66	222.787,50	266.684,63
1.3 Financeiras	74.318,52	106.251,24	135.052,68	147.359,16	177.789,76
1.4 Serviços	29.727,41	42.500,50	54.021,07	58.943,66	71.115,90
1.5 Diversos	38.149,72	54.197,36	59.957,65	62.418,95	35.557,95
RECEITA GERAL	7.648.366,16	11.006.334,84	13.380.361,46	15.227.425,27	18.330.123,84
(-) Descontos Pontualidade	222.955,56	318.753,72	405.158,04	442.077,48	443.607,48
RECEITA BRUTA (1)	7.425.410,60	10.687.581,12	12.975.203,42	14.785.347,79	17.886.516,36
DESCONTOS					
2.1 Bolsas	743.185,20	1.062.512,40	1.319.926,80	1.424.121,60	1.626.374,40
2.2 Inadimplência	297.274,08	425.004,96	540.210,72	589.436,64	678.497,76
TOTAL DESCONTOS (2)	1.040.459,28	1.487.517,36	1.860.137,52	2.013.558,24	2.304.872,16
3. RECEITA OPERACIONAL	6.384.951,32	9.200.063,76	11.115.065,90	12.771.789,55	15.581.644,20

(1-2)					
Discriminação	Ano I - 2017 ⁽¹⁾	Ano II - 2018 ⁽²⁾	Ano III - 2019 ⁽³⁾	Ano IV - 2020 ⁽⁴⁾	Ano V - 2021 ⁽⁵⁾
4. PESSOAL					
4.1 Docente	2.809.378,58	3.921.453,84	5.077.271,11	5.492.215,56	6.855.923,45
4.2 Técnicos e Administrativos	255.398,05	277.003,45	328.350,23	356.100,58	623.265,77
4.3 Encargos	858.137,46	1.100.703,54	1.417.512,36	1.540.529,50	2.094.172,98
Subtotal	3.922.914,09	5.299.160,83	6.823.133,71	7.388.845,64	9.573.362,20
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/ Expediente	95.774,27	229.009,99	268.268,56	306.344,37	267.276,85
Subtotal 5	95.774,27	229.009,99	268.268,56	306.344,37	267.276,85
6. INVESTIMENTO	Ano I - 2017 ⁽¹⁾	Ano II - 2018 ⁽²⁾	Ano III - 2019 ⁽³⁾	Ano IV - 2020 ⁽⁴⁾	Ano V - 2021 ⁽⁵⁾
6.1 Móvel	12.621,81	32.243,62	30.087,34	33.217,50	51.817,50
6.2 Reformas	18.785,65	100.571,30	94.112,39	123.625,99	118.971,88
6.3 Salas de aula	100.000,00	450.000,00	450.000,00	490.000,00	450.000,00
6.4 Laboratórios	71.725,59	166.591,59	315.394,59	346.225,59	246.725,59
6.5 Biblioteca/Acervo	55.000,00	85.000,00	115.000,00	135.000,00	150.500,00
6.6 Equipamentos de Informática	32.725,06	53.725,06	35.224,06	38.614,82	38.614,82
6.7 Computadores	24.500,00	128.669,00	29.500,00	29.500,00	29.500,00
6.8 Diversos	26.720,22		26.339,40	29.127,96	

		20.742,03			32.778,97
Subtotal 6	342.078,32	1.037.542,59	1.095.657,79	1.225.311,86	1.118.908,76
7. OUTROS					
7.1 Treinamento	51.218,90	104.518,21	148.221,70	221.304,44	251.454,41
7.2 Pesquisa e Extensão	37.571,30	66.495,49	91.461,35	118.699,22	130.037,62
7.3 Eventos	19.540,62	33.247,75	45.730,68	58.502,17	65.018,81
7.4 Despesas Tributárias ⁽⁶⁾	1.021.592,21	1.469.464,28	1.858.031,94	2.248.935,21	2.501.736,46
7.5 Despesas Bancárias ⁽⁶⁾	191.548,54	194.058,29	233.660,80	268.465,44	290.854,53
Subtotal 7	1.321.471,57	1.867.784,03	2.377.106,48	2.915.906,48	3.239.101,84
TOTAL DAS DESPESAS	5.682.238,26	8.433.497,44	10.564.166,53	11.836.408,35	14.198.649,65
SUPERÁVIT FINANCEIRO	702.713,06	766.566,32	550.899,37	935.381,20	1.382.994,56

(1) - Considera os cursos (Administração, Contábeis, Pedagogia, Tecnologia Agrimensura, Engenharia Civil, Produção, Mecânica e Elétrica

(2) - Considera (1) mais a criação do Curso de Sistemas de Informação

(3) Considera (2) mais a criação do Curso de Designer Digital

(4) Considera (3) mais a criação do Curso Superior em Tecnologia em Gastronomia

(5) Considera (4) mais a criação do Curso de Direito

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN

FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

ENGENHARIA CIVIL - NOTURNO

	2017	2018	2019	2020	2021
TURMA 2017	60	55	53	45	45
TURMA 2016	37	35	35	31	
TURMA 2015	31	30	30		
TURMA 2014	49	47			
TURMA 2013	55				

TURMA DE 2018		60	57	45	40
TURMA DE 2019			60	52	45
TURMA DE 2020				55	48
TURMA DE 2021					60
	232	227	235	228	238
Receitas (Valores constantes - R\$ 1,00 janeiro de 2017)					
Discriminação	Ano VI - 2017	Ano VII - 2018	Ano VIII - 2019	Ano IX- 2020	Ano X - 2021
1. RECEITAS					
1.1 Anuidades/Mensalidades	2.856.384,00	2.794.824,00	2.893.320,00	2.807.136,00	2.930.256,00
1.2 Taxas/Secretaria	28.563,84	27.948,24	28.933,20	28.071,36	29.302,56
1.3 Financeiras	28.563,84	27.948,24	28.933,20	28.071,36	29.302,56
1.4 Serviços	11.425,54	11.179,30	11.573,28	11.228,54	11.721,02
1.5 Diversos	5.712,77	5.589,65	5.786,64	5.614,27	5.860,51
RECEITA BRUTA	2.930.649,98	2.867.489,42	2.968.546,32	2.880.121,54	3.006.442,66
2.1 Descontos Pontualidade	85.691,52	83.844,72	86.799,60	84.214,08	87.907,68
RECEITA LÍQUIDA	2.844.958,46	2.783.644,70	2.881.746,72	2.795.907,46	2.918.534,98
(-) DESCONTOS					
2.1 Bolsas	285.638,40	279.482,40	289.332,00	280.713,60	293.025,60
2.2 Inadimplência	114.255,36	111.792,96	115.732,80	112.285,44	117.210,24
TOTAL DESCONTOS	285.638,40	279.482,40	289.332,00	280.713,60	293.025,60
3. RECEITA OPERACIONAL (1-	2.645.011,58	2.588.007,02	2.679.214,32	2.599.407,94	2.713.417,06

2)					
Despesas (Valores constantes - R\$ 1,00 janeiro de 2017)					
Discriminação	Ano VI - 2017	Ano VII - 2018	Ano VIII - 2019	Ano IX- 2020	Ano X - 2021
4. PESSOAL					
4.1 Docente	1.163.805,10	1.086.962,95	1.125.270,01	1.091.751,33	1.193.903,50
4.2 Técnicos e Administrativos	79.350,35	77.640,21	80.376,43	77.982,24	81.402,51
4.3 Encargos	348.083,52	326.088,89	337.581,00	327.525,40	357.085,68
Sub-total	1.591.238,97	1.490.692,05	1.543.227,45	1.497.258,97	1.632.391,70
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/Expendiente	79.350,35	77.640,21	80.376,43	77.982,24	81.402,51
Sub-Total 5	79.350,35	77.640,21	80.376,43	77.982,24	81.402,51
6. INVESTIMENTO	Ano VI - 2017	Ano VII - 2018	Ano VIII - 2019	Ano IX- 2020	Ano X - 2021
6.1 Móvel					
6.2 Reformas	13.225,06	12.955,80	13.396,07	12.997,04	13.567,09
6.3 Salas Desenho/Pranchetas					
6.4 Laboratórios	15.000,00	10.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
6.5 Biblioteca/Acervo	10.000,00	15.000,00	15.000,00		
6.6 Equip. informática	13.225,06	13.225,06	13.225,06	13.225,06	13.225,06
6.7 Computadores	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00
6.8 Diversos					

	13.225,06	12.940,04	13.396,07	12.997,04	13.567,09
Sub-Total 6	69.175,17	68.620,89	74.517,20	58.719,14	59.859,23
7. OUTROS	Ano VI - 2017	Ano VII - 2018	Ano VIII - 2019	Ano IX- 2020	Ano X - 2021
7.1 Treinamento	22.482,60	23.923,69	26.792,14	25.994,08	27.134,17
7.2 Pesquisa e Extensão	16.114,71	23.923,69	26.792,14	25.994,08	27.134,17
7.3 Eventos	12.206,19	11.954,95	12.383,41	12.997,04	13.567,09
7.4 Despesas Tributárias ⁽⁷⁾	423.201,85	414.081,12	412.599,01	415.905,27	434.146,73
7.5 Despesas Bancárias ⁽⁷⁾	79.350,35	87.285,38	96.013,92	105.615,31	116.176,84
Subtotal 7	553.355,70	561.168,84	574.580,62	586.505,78	618.159,00
TOTAL DAS DESPESAS	2.293.120,19	2.198.121,98	2.272.701,70	2.220.466,13	2.391.812,44
SUPERÁVIT FINANCEIRO	351.891,39	389.885,04	406.512,62	378.941,81	321.604,62

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN

FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO NOTURNO

	2017	2018	2019	2020	2021
VAGAS 2017	35	33	32	30	28
TURMA 2016					
TURMA 2015					
TURMA 2014	36	35			
TURMA 2013	25				
TURMA DE 2018		60	57	52	35
TURMA DE 2019			60	55	45
TURMA DE 2020				40	35

TURMA DE 2021					60
	96	128	149	177	203
Receitas (Valores constantes - R\$ 1,00 janeiro de 2017)					
Discriminação	Ano VI - 2017	Ano VII - 2018	Ano VIII - 2019	Ano IX- 2020	Ano X - 2021
1. RECEITAS					
1.1 Anuidades/Mensalidades	1.181.952,00	1.575.936,00	1.834.488,00	2.179.224,00	2.499.336,00
1.2 Taxas/Secretaria	23.639,04	31.518,72	36.689,76	43.584,48	49.986,72
1.3 Financeiras	11.819,52	15.759,36	18.344,88	21.792,24	24.993,36
1.4 Serviços	4.727,81	6.303,74	7.337,95	8.716,90	9.997,34
1.5 Diversos	2.363,90	1.575,94	3.668,98	4.358,45	4.998,67
RECEITA BRUTA	1.224.502,27	1.631.093,76	1.900.529,57	2.257.676,06	2.589.312,10
2.1 Descontos Pontualidade	35.458,56	47.278,08	55.034,64	65.376,72	74.980,08
RECEITA LIQUIDA (1)	1.189.043,71	1.583.815,68	1.845.494,93	2.192.299,34	2.514.332,02
2. DESCONTOS					
2.1 Bolsas	118.195,20	157.593,60	183.448,80	217.922,40	249.933,60
2.2 Inadimplência	47.278,08	63.037,44	73.379,52	87.168,96	99.973,44
TOTAL DESCONTOS (2)	165.473,28	220.631,04	256.828,32	305.091,36	349.907,04
3. RECEITA OPERACIONAL (1-2)	1.023.570,43	1.363.184,64	1.588.666,61	1.887.207,98	2.164.424,98
Receitas (Valores constantes - R\$ 1,00 janeiro de 2017)					
Discriminação	Ano VI - 2017	Ano VII -	Ano VIII -	Ano IX- 2020	Ano X -

		2018	2019		2021
4. PESSOAL					
4.1 Docente	450.370,99	572.537,55	699.013,31	792.627,35	952.346,99
4.2 Técnicos e Administrativos	20.471,41	27.263,69	31.773,33	37.744,16	43.288,50
4.3 Encargos	131.835,87	167.944,35	204.620,26	232.504,02	278.777,94
Sub-total	602.678,27	767.745,59	935.406,90	1.062.875,54	1.274.413,43
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/ Expediente	10.235,70	13.631,85	15.886,67	18.872,08	21.644,25
Sub-Total 5	10.235,70	13.631,85	15.886,67	18.872,08	21.644,25
6. INVESTIMENTO	Ano VI - 2017	Ano VII - 2018	Ano VIII - 2019	Ano IX- 2020	Ano X - 2021
6.1 Móvelia	6.000,00	3.600,00	3.500,00	-	-
6.2 Reformas	5.560,59	6.815,92	7.943,33	9.436,04	10.822,12
6.3 Salas de aula					
6.4 Laboratórios	31.725,59	44.500,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
6.5 Aquisição de Softwares	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
6.6 Equip. informática	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00
6.7 Computadores	5.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
6.8 Diversos	5.117,85	8.780,18	7.943,33	9.436,04	10.822,12
Sub-Total 6	77.904,03	98.196,11	103.886,67	103.372,08	106.144,25

7. OUTROS	Ano VI - 2017	Ano VII - 2018	Ano VIII - 2019	Ano IX- 2020	Ano X - 2021
7.1 Treinamento	9.324,51	27.263,69	31.773,33	35.779,17	43.288,50
7.2 Pesquisa e Extensão	10.235,70	13.618,06	15.886,67	16.907,09	21.644,25
7.3 Eventos	2.558,93	6.815,92	7.943,33	8.453,54	10.822,12
7.4 Despesas Tributárias ⁽⁷⁾	163.771,27	218.109,54	254.186,66	301.953,28	346.308,00
7.5 Despesas Bancárias ⁽⁷⁾	10.235,70	13.631,85	15.886,67	18.872,08	21.644,25
Sub-Total 7	196.126,11	279.439,06	325.676,65	381.965,16	443.707,12
TOTAL DAS DESPESAS	886.944,12	1.159.012,60	1.380.856,89	1.567.084,85	1.845.909,05
SUPERÁVIT FINANCEIRO	136.626,31	204.172,04	207.809,72	320.123,13	318.515,93

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN

FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

ENGENHARIA MECÂNICA - NOTURNO

	2017	2018	2019	2020	2021
TURMA 2017	55	50	46	40	35
TURMA 2016					
TURMA 2015	33	31	30		
TURMA 2014					
TURMA 2013					
TURMA DE 2018		55	54	43	40
TURMA DE 2019			60	50	38
TURMA DE 2020				40	35
TURMA DE 2021					40
	88	136	190	173	188

Receitas (Valores constantes - R\$ 1,00 janeiro de 2017)					
Discriminação	Ano III - 2017	Ano IV - 2018	Ano V- 2019	Ano VI - 2020	Ano VII - 2021
1. RECEITAS					
1.1 Anuidades/Mensalidades	1.083.456,00	1.674.432,00	2.339.280,00	2.129.976,00	2.314.656,00
1.2 Taxas/Secretaria	10.834,56	16.744,32	23.392,80	21.299,76	23.146,56
1.3 Financeiras	10.834,56	16.744,32	23.392,80	21.299,76	23.146,56
1.4 Serviços	4.333,82	6.697,73	9.357,12	8.519,90	9.258,62
1.5 Diversos	2.166,91	3.570,94	4.678,56	4.259,95	4.629,31
RECEITA BRUTA	1.111.625,86	1.718.189,31	2.400.101,28	2.185.355,38	2.374.837,06
2.1 Descontos Pontualidade	32.503,68	50.232,96	70.178,40	63.899,28	69.439,68
RECEITA LIQUIDA (1)	1.079.122,18	1.667.956,35	2.329.922,88	2.121.456,10	2.305.397,38
(-) DESCONTOS					
2.2 Bolsas	108.345,60	167.443,20	233.928,00	212.997,60	231.465,60
2.3 Inadimplência	43.338,24	66.977,28	93.571,20	85.199,04	92.586,24
TOTAL DESCONTOS (2)	151.683,84	234.420,48	327.499,20	298.196,64	324.051,84
3. RECEITA OPERACIONAL (1-2)	927.438,34	1.433.535,87	2.002.423,68	1.823.259,46	1.981.345,54
Receitas (Valores constantes - R\$ 1,00 janeiro de 2017)					
Discriminação	Ano III - 2017	Ano IV - 2018	Ano V- 2019	Ano VI - 2020	Ano VII - 2021
4. PESSOAL					

4.1 Docente	389.524,10	602.085,07	881.066,42	765.768,97	832.165,13
4.2 Técnicos e Administrativos	18.548,77	28.670,72	28.670,72	28.670,72	28.670,72
4.3 Encargos	97.937,49	151.381,39	218.336,91	190.665,53	206.600,60
Sub-total	506.010,36	782.137,17	1.128.074,05	985.105,21	1.067.436,44
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/ Expediente	46.371,92	47.148,48	47.148,48	47.148,48	47.148,48
Sub-Total 5	46.371,92	47.148,48	47.148,48	47.148,48	47.148,48
6. INVESTIMENTO	Ano III - 2017	Ano IV - 2018	Ano V- 2019	Ano VI - 2020	Ano VII - 2021
6.1 Mobília	9.021,81	10.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
6.2 Reformas		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
6.3 Salas de Aula	100.000,00	120.000,00	120.000,00		
6.4 Laboratórios	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
6.5 Aquisição de Softwares	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	
6.6 Equipamentos de Informática	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
6.7 Computadores					
6.8 Diversos					
Sub-Total 6	134.021,81	170.000,00	167.000,00	47.000,00	37.000,00
7. OUTROS	Ano III - 2017	Ano IV - 2018	Ano V- 2019	Ano VI - 2020	Ano VII - 2021
7.1 Treinamento					

	8.346,95	14.335,36	20.024,24	36.465,19	39.626,91
7.2 Pesquisa e Extensão	9.274,38	14.335,36	20.024,24	18.232,59	19.813,46
7.3 Eventos	2.318,60	7.167,68	10.012,12	9.116,30	9.906,73
7.4 Despesas Tributárias ⁽⁶⁾	148.390,13	229.365,74	304.368,40	280.781,96	317.015,29
7.5 Despesas Bancárias ⁽⁶⁾	9.274,38	14.335,36	20.024,24	18.232,59	19.813,46
Sub-Total 7	177.604,44	279.539,50	374.453,23	362.828,63	406.175,83
TOTAL DAS DESPESAS	864.008,52	1.278.825,15	1.716.675,76	1.442.082,33	1.557.760,76
SUPERÁVIT FINANCEIRO	63.429,81	154.710,73	285.747,92	381.177,13	423.584,78

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN

FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB

QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

ENGENHARIA ELÉTRICA - DIÚRNO E NOTURNO

	2017	2018	2019	2020	2021
TURMA 2017		35	33	30	28
TURMA 2016					
TURMA 2015	28	26	25		
TURMA 2014					
TURMA 2013					
TURMA DE 2018		50	47	37	35
TURMA DE 2019			60	48	45
TURMA DE 2020				50	45
TURMA DE 2021					55
	28	111	165	165	208
Receitas (Valores constantes EM R\$ 1,00) Valores de janeiro de 2017					
Discriminação	Ano III - 2017	Ano IV - 2018	Ano V- 2019	Ano VI - 2020	Ano VII - 2021

1. RECEITAS					
1.1 Anuidades/Mensalidades	344.736,00	1.366.632,00	2.031.480,00	2.031.480,00	2.560.896,00
1.2 Taxas/Secretaria	10.342,08	40.998,96	60.944,40	60.944,40	76.826,88
1.3 Financeiras	3.447,36	13.666,32	20.314,80	20.314,80	25.608,96
1.4 Serviços	1.378,94	5.466,53	8.125,92	8.125,92	10.243,58
1.5 Diversos	689,47	5.466,53	4.062,96	4.062,96	5.121,79
RECEITA BRUTA	360.593,86	1.432.230,34	2.124.928,08	2.124.928,08	2.678.697,22
2.1 Descontos Pontualidade	10.342,08	40.998,96	60.944,40	60.944,40	76.826,88
RECEITA LIQUIDA (1)	350.251,78	1.391.231,38	2.063.983,68	2.063.983,68	2.601.870,34
2.2 Bolsas	34.473,60	136.663,20	203.148,00	203.148,00	256.089,60
2.3 Inadimplência	13.789,44	54.665,28	81.259,20	81.259,20	102.435,84
TOTAL DESCONTOS	48.263,04	191.328,48	284.407,20	284.407,20	358.525,44
RECEITA OPERACIONAL (1-2)	301.988,74	1.199.902,90	1.779.576,48	1.779.576,48	2.243.344,90
Despesas (Valores constantes em R\$ 1,00)					
Discriminação	Ano III - 2017	Ano IV - 2018	Ano V - 2019	Ano VI - 2020	Ano VII - 2021
4. PESSOAL					
4.1 Docente	132.875,04	503.959,22	783.013,65	747.422,12	987.071,75
4.2 Técnicos e					

Administrativos	12.079,55	47.996,12	71.183,06	71.183,06	89.733,80
4.3 Encargos	40.587,29	154.547,49	239.175,08	229.209,45	301.505,55
Sub-total	185.541,88	706.502,83	1.093.371,79	1.047.814,63	1.378.311,10
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/Expediente	9.059,66	9.965,63	10.962,19	12.058,41	13.264,25
Sub-Total 5	9.059,66	9.965,63	10.962,19	12.058,41	13.264,25
6. INVESTIMENTO	Ano III - 2017	Ano IV - 2018	Ano V- 2019	Ano VI - 2020	Ano VII - 2021
6.1 Mobília		7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00
6.2 Reformas		18.000,00	10.000,00	5.000,00	
6.3 Salas de aula/reforma		150.000,00	150.000,00	150.000,00	150.000,00
6.4 Laboratórios	15.000,00	15.000,00	69.500,00	69.500,00	80.000,00
6.5 Biblioteca/Acervo	10.000,00	20.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
6.6 Equip. informática	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
6.7 Computadores	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
6.8 Diversos					
Sub-Total 6	50.000,00	220.000,00	276.500,00	271.500,00	277.000,00
7. OUTROS	Ano III - 2017	Ano IV - 2018	Ano V- 2019	Ano VI - 2020	Ano VII - 2021
7.1 Treinamento	2.717,90	23.998,06	35.591,53	35.591,53	44.866,90
7.2 Pesquisa e					

Extensão	1.509,94	11.999,03	17.795,76	17.795,76	22.433,45
7.3 Eventos	754,97	5.999,51	8.897,88	8.897,88	11.216,72
7.4 Despesas Tributárias ⁽⁷⁾	48.318,20	191.984,46	270.495,62	274.054,78	358.935,18
7.5 Despesas Bancárias ⁽⁷⁾	3.019,89	11.999,03	17.795,76	17.795,76	22.433,45
Sub-Total 7	56.320,90	245.980,09	350.576,57	354.135,72	459.885,70
TOTAL DAS DESPESAS	300.922,44	1.182.448,55	1.731.410,55	1.685.508,76	2.128.461,06
SUPERÁVIT FINANCEIRO	1.066,30	17.454,35	48.165,93	94.067,72	114.883,84

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN					
FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB					
QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA					
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRIMENSURA - NOTURNO					
1º SEMESTRE 2017	2017				Mensalidade
					R\$ 500,00
	17				
Receitas (Valores constantes - R\$ 1,00 janeiro de 2017)					
Discriminação	Ano I - 2013	Ano II - 2014	Ano III - 2015	Ano IV - 2016	Ano V - 2017
1. RECEITAS					
1.1 Anuidades/Mensalidades	51.000,00	-	-	-	-
1.2 Taxas/Secretaria	510,00	-	-	-	-
1.3 Financeiras	510,00	-	-	-	-
1.4 Serviços	204,00	-	-	-	-

1.5 Diversos	102,00	-	-	-	-
RECEITA BRUTA	52.326,00	-	-	-	-
2.1 Descontos Pontualidade	1.530,00	-	-	-	-
RECEITA LIQUIDA (1)	50.796,00				
(-) DESCONTOS					
2.2 Bolsas	5.100,00	-	-	-	-
2.3 Inadimplência	2.040,00	-	-	-	-
TOTAL DESCONTOS	7.140,00	-	-	-	-
3. RECEITA OPERACIONAL (1-2)	43.656,00	-	-	-	-
Receitas (Valores constantes - R\$ 1,00 janeiro de 2017)					
Discriminação		Ano II - 2014	Ano III - 2015	Ano IV - 2016	Ano V - 2017
4. PESSOAL					
4.1 Docente	17.462,40	-	-	-	-
4.2 Técnicos e Administrativos	436,56	-	-	-	-
4.3 Encargos	5.011,71	-	-	-	-
Sub-total	22.910,67	-	-	-	-
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/Expediente	873,12	-	-	-	-
Sub-Total 5	873,12	-	-	-	-
6. INVESTIMENTO		Ano II -	Ano III -	Ano IV -	Ano V -

		2014	2015	2016	2017
6.1 Mobília (Ar Condicionado e Datashow)					
6.2 Salas de Desenho (Pranchetas)					
6.3 Construção de Salas de aula					
6.5 Laboratório de Programação					
6.6 Biblioteca/Acervo					
6.7 Aquisição de Softwares					
6.8 Laboratório de Topografia					
6.9 Diversos					
Sub-Total 6	-	-	-	-	-
7. OUTROS		Ano II - 2014	Ano III - 2015	Ano IV - 2016	Ano V - 2017
7.1 Treinamento	873,12	-	-	-	-
7.2 Pesquisa e Extensão	436,56	-	-	-	-
7.3 Eventos	218,28	-	-	-	-
7.4 Despesas Tributárias (6)	2.619,36	-	-	-	-
7.5 Despesas Bancárias (6)	1.309,68	-	-	-	-
Sub-Total 7	5.457,00	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	29.240,79	-	-	-	-
SUPERÁVIT					

FINANCEIRO	14.415,21	-	-	-	-
-------------------	------------------	---	---	---	---

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN
FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB
QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA
CURSO: SISTEMAS DE INFORMAÇÃO - NOTURNO

	Vagas 1º ano	Vagas 2º ano	Vagas 3º ano	Vagas 4º ano	Vagas 5º ano
TURMA 2018	60	57	52	38	
TURMA 2019		60	55	50	
TURMA 2020			50	45	
TURMA 2021				50	
	60	117	157	183	

Receitas (Valores constantes EM R\$ 1,00) janeiro de 2017

Discriminação	Ano I - 2018	Ano II- 2019	Ano III - 2020	Ano IV - 2021	Ano V - 2022
1. RECEITAS					
1.1 Anuidades/Mensalidades	612.000,00	1.193.400,00	1.601.400,00	1.866.600,00	-
1.2 Taxas/Secretaria	6.120,00	11.934,00	16.014,00	18.666,00	-
1.3 Financeiras	6.120,00	11.934,00	16.014,00	18.666,00	-
1.4 Serviços	2.448,00	4.773,60	6.405,60	7.466,40	-
1.5 Diversos	1.224,00	2.386,80	3.202,80	3.733,20	-
RECEITA BRUTA	627.912,00	1.224.428,40	1.643.036,40	1.915.131,60	-
2.1 Descontos Pontualidade	18.360,00	35.802,00	48.042,00	55.998,00	-

RECEITA LÍQUIDA (1)	609.552,00	1.188.626,4 0	1.594.994,4 0	1.859.133,6 0	
(-) DESCONTOS					
2.2 Bolsas	61.200,00	119.340,00	160.140,00	186.660,00	-
2.3 Inadimplência	24.480,00	47.736,00	64.056,00	74.664,00	-
TOTAL DESCONTOS	85.680,00	167.076,00	224.196,00	261.324,00	-
RECEITA OPERACIONAL (1-2)	523.872,00	1.021.550,4 0	1.370.798,4 0	1.597.809,6 0	-
Despesas (Valores constantes em R\$ 1,00)					
Discriminação	Ano I - 2018	Ano II- 2019	Ano III - 2020	Ano IV - 2021	Ano V - 2022
4. PESSOAL					
4.1 Docente	230.503,68	449.482,18	575.735,33	703.036,22	
4.2 Técnicos e Administrativos	10.477,44	20.431,01	27.415,97	31.956,19	-
4.3 Encargos	57.835,47	112.779,16	144.756,31	176.398,18	-
Sub-total	298.816,59	582.692,35	747.907,61	911.390,60	-
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/Expediente	52.387,20	57.625,92	63.388,51	69.727,36	
Sub-Total 5	52.387,20	57.625,92	63.388,51	69.727,36	-
6. INVESTIMENTO					
6.1 Móveis (60 pranchetas)					
6.2 Reformas	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	

6.2 Salas de Aula	80.000,00	80.000,00	120.000,00	120.000,00	
6.4 Laboratórios: Edição de Vídeo/Áudio/Imagem: 3 Placa de Captura e Edição de Video Matrox - Mxo2 Mini - Para Pc e Mac com Kit Pcle Host Adapter; 3 TVs LED 32 e 1 Projetor Epson X-36 + 2v 3600 Lum 15000:1c	15.366,00				
6.5 Biblioteca/Acervo	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
6.6 Equip. informática; 3 Nova placa mãe Intel Extremee novo processados Intel Core i7 fonte fixa de 850W - 1 HD 500gb Sistema - 2HD Sata 1TB RAID0 - 16GB RAM - Placa Viedo 4GB - Gravador Blu- Ray 3D e Leitor de Cartão - Mouse e Teclado Óptico	21.000,00				
6.7 Computadores:31 Inspiron Small Desktop - Core 15- 8GB - HD 1TB - Monitor 21" Windows10 PRO	99.169,00				

6.8 Diversos					
Subtotal 6	265.535,00	130.000,00	170.000,00	170.000,00	-
7. OUTROS	Ano I - 2018	Ano II- 2019	Ano III - 2020	Ano IV - 2021	Ano V - 2022
7.1 Treinamento	10.477,44	18.405,69	27.415,97	31.956,19	-
7.2 Pesquisa e Extensão	2.619,36	8.190,18	13.707,98	15.978,10	-
7.3 Eventos	1.309,68	5.107,75	6.853,99	7.989,05	-
7.4 Despesas Tributárias ⁽⁷⁾	83.819,52	163.448,06	211.102,95	255.649,54	-
7.5 Despesas Bancárias ⁽⁷⁾	5.238,72	10.215,50	13.707,98	15.978,10	-
Sub-Total 7	103.464,72	205.367,19	272.788,88	327.550,97	-
TOTAL DAS DESPESAS	720.203,51	975.685,46	1.254.085,0 0	1.478.668,9 3	-
SUPERÁVIT FINANCEIRO	(196.331,51)	45.864,94	116.713,40	119.140,67	-

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN					
FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB					
QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA					
CURSO: DESIGNER DIGITAL - NOTURNO					
Vagas - inicial 2019	2.019	2.020	2.021	2.022	
TURMA 2019	60	47	40	35	
TURMA 2020		50	47	40	35
TURMA 2021			50	47	40
TURMA 2022				50	47
0	60	97	137	172	122

Receitas (Valores constantes EM R\$ 1,00) janeiro de 2017					
Discriminação	Ano I - 2019	Ano II- 2020	Ano III - 2021	Ano IV - 2022	Ano V - 2023
1. RECEITAS					
1.1 Anuidades/Mensalidades	612.000,00	989.400,00	1.397.400,00	1.754.400,00	1.244.400,00
1.2 Taxas/Secretaria	6.120,00	9.894,00	13.974,00	17.544,00	12.444,00
1.3 Financeiras	6.120,00	9.894,00	13.974,00	17.544,00	12.444,00
1.4 Serviços	2.448,00	3.957,60	5.589,60	7.017,60	4.977,60
1.5 Diversos	1.224,00	1.978,80	2.794,80	3.508,80	2.488,80
RECEITA BRUTA	627.912,00	1.015.124,40	1.433.732,40	1.800.014,40	1.276.754,40
2.1 Descontos Pontualidade	18.360,00	29.682,00	41.922,00	52.632,00	37.332,00
RECEITA LÍQUIDA (1)	609.552,00	985.442,40	1.391.810,40	1.747.382,40	1.239.422,40
2. DESCONTOS					
2.2 Bolsas	30.600,00	49.470,00	69.870,00	87.720,00	62.220,00
2.3 Inadimplência	24.480,00	39.576,00	55.896,00	70.176,00	49.776,00
TOTAL DESCONTOS	55.080,00	89.046,00	125.766,00	157.896,00	111.996,00
RECEITA OPERACIONAL (1-2)	554.472,00	896.396,40	1.266.044,40	1.589.486,40	1.127.426,40
Despesas (Valores constantes em R\$ 1,00)					

Discriminação	Ano I - 2019	Ano II- 2020	Ano III - 2021	Ano IV - 2022	Ano V - 2023
4. PESSOAL					
4.1 Docente	243.967,68	376.486,49	557.059,54	699.374,02	496.067,62
4.2 Técnicos e Administrativos	11.089,44	17.927,93	25.320,89	31.789,73	22.548,53
4.3 Encargos	71.415,99	110.436,04	163.066,52	204.725,85	145.212,52
Sub-total	326.473,11	504.850,45	745.446,94	935.889,59	663.828,66
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/Expediente	22.178,88	35.855,86	50.641,78	63.579,46	45.097,06
Sub-Total 5	22.178,88	35.855,86	50.641,78	63.579,46	45.097,06
6. INVESTIMENTO					
6.1 Mobília (60 pranchetas)					
6.2 Reformas			15.000,00	15.000,00	15.000,00
6.3 Salas de aula					
6.4 Laboratórios; 31 Inspiron Smal Desktop - Core 15 - 8GB RAM - HD 1TB - Monitor 21" Windows 10 PRO	99.169,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
6.5 Biblioteca/Acervo	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	
6.6 Equip. informática: 1 Projetor Epson X-36	2.499,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00

+ 3600 Lum 15000: 1c					
6.7 Computadores					
6.8 Diversos	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Sub-Total 6	126.668,00	47.500,00	62.500,00	62.500,00	42.500,00
7. OUTROS	Ano I - 2019	Ano II- 2020	Ano III - 2021	Ano IV - 2022	Ano V - 2023
7.1 Treinamento	11.089,44	17.927,93	25.320,89	31.789,73	22.548,53
7.2 Pesquisa e Extensão	2.772,36	8.963,96	12.660,44	15.894,86	11.274,26
7.3 Eventos	1.386,18	4.481,98	6.330,22	7.947,43	5.637,13
7.4 Despesas Tributárias ⁽⁷⁾	88.715,52	138.045,05	202.567,10	254.317,82	180.388,2 2
7.5 Despesas Bancárias ⁽⁷⁾	5.544,72	8.963,96	12.660,44	15.894,86	11.274,26
Sub-Total 7	109.508,22	178.382,88	259.539,10	325.844,71	231.122,4 1
TOTAL DAS DESPESAS	584.828,21	766.589,19	1.118.127,82	1.387.813,76	982.548,1 3
SUPERÁVIT FINANCEIRO	(30.356,21)	129.807,21	147.916,58	201.672,64	144.878,2 7

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN

FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB

**QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE
FINANCEIRA**

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GASTRONOMIA					
2 ANOS	Vagas 1º ano	Vagas 2º ano	Vagas 3º ano	Vagas 4º ano	Vagas 5º ano
TURMA 2020	55	55			
TURMA 2021		55	50		
TURMA 2022			55	50	
TURMA 2023				55	50
	55	110	105	105	50
(Valores constantes em R\$ 1,00 de 2017)					
Discriminação	Ano I - 2020	Ano II- 2021	Ano III - 2022	Ano IV - 2023	Ano V - 2024
1. RECEITAS					
1.1 Anuidades/Mensalidades	396.000,00	792.000,00	756.000,00	756.000,00	360.000,00
1.2 Taxas/Secretaria	3.960,00	7.920,00	7.560,00	7.560,00	3.600,00
1.3 Financeiras	3.960,00	7.920,00	7.560,00	7.560,00	3.600,00
1.4 Serviços	1.584,00	3.168,00	3.024,00	3.024,00	1.440,00
1.5 Diversos	792,00	1.584,00	1.512,00	1.512,00	720,00
RECEITA BRUTA	406.296,00	812.592,00	775.656,00	775.656,00	369.360,00
2.1 Descontos Pontualidade	11.880,00	23.760,00	22.680,00	22.680,00	10.800,00
RECEITA LIQUIDA (1)	394.416,00	788.832,00	752.976,00	752.976,00	358.560,00
2. DESCONTOS					
2.2 Bolsas	39.600,00	79.200,00	75.600,00	75.600,00	36.000,00
2.3 Inadimplência					

	15.840,00	31.680,00	30.240,00	30.240,00	14.400,00
TOTAL					
DESCONTOS (2)	55.440,00	110.880,00	105.840,00	105.840,00	50.400,00
3. RECEITA					
OPERACIONAL (1-2)	338.976,00	677.952,00	647.136,00	647.136,00	308.160,00
	0				0
Despesas (Valores constantes)					
Discriminação	Ano I - 2020	Ano II- 2021	Ano III - 2022	Ano IV - 2023	Ano V - 2024
4. PESSOAL					
4.1 Docente	149.149,44	298.298,88	284.739,84	284.739,84	135.590,40
4.2 Técnicos e Administrativos	10.169,28	20.338,56	19.414,08	19.414,08	9.244,80
4.3 Encargos	44.609,24	89.218,48	85.163,10	85.163,10	40.553,86
Sub-total	203.927,96	407.855,92	389.317,02	389.317,02	185.389,06
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/Expendente	16.948,80	33.897,60	32.356,80	32.356,80	15.408,00
Sub-Total 5	16.948,80	33.897,60	32.356,80	32.356,80	15.408,00
6. INVESTIMENTO					
6.1 Mobília	6.600,00	13.200,00	12.600,00	12.600,00	6.000,00
6.2 Reformas	3.389,76	6.779,52	6.471,36	6.471,36	3.081,60
6.3 Salas de aula					

6.4 Laboratórios: Mobiliário e equipamentos para a cozinha didática: Datashow - Microcomputador completo - mesas e bancadas para o preparo de alimentos com fogões individuais - fogão industrial com forno - exaustor - filtro/purificador de água - liquidificador - batedeira - centrífuga - processados de alimentos - refrigerador - forno de microondas - utensílios diversos para a cozinha - cadeiras para alunos e armários	110.000,00				
6.5 Biblioteca/Acervo	15.000,00	10.500,00	10.500,00	10.500,00	
6.6 Equip. informática	3.389,76	3.389,76	3.389,76	3.389,76	3.389,76
6.7 Computadores					
6.8 Diversos	1.694,88	3.389,76	3.235,68	3.235,68	1.540,80
Subtotal 6	140.074,40	37.259,04	36.196,80	36.196,80	14.012,16
7. OUTROS					

7.1 Treinamento	10.169,28	20.338,56	19.414,08	19.414,08	9.244,80
7.2 Pesquisa e Extensão	3.389,76	6.779,52	6.471,36	6.471,36	3.081,60
7.3 Eventos	847,44	3.389,76	3.235,68	3.235,68	1.540,80
7.4 Despesas Tributárias ⁽⁷⁾	52.202,30	108.472,32	103.541,76	103.541,76	49.305,60
7.5 Despesas Bancárias ⁽⁷⁾	3.389,76	6.779,52	6.471,36	6.471,36	3.081,60
Subtotal 7	69.998,54	145.759,68	139.134,24	139.134,24	66.254,40
TOTAL DAS DESPESAS	430949,705 6	624.772,24	597.004,86	597.004,86	281.063,6 2
SUPERÁVIT FINANCEIRO	(91.973,71)	53.179,76	50.131,14	50.131,14	27.096,38

SOCIEDADE CULTURAL DE ANDRADINA LTDA. - SOCAN
FACULDADES INTEGRADAS "RUI BARBOSA" DE ANDRADINA - FIRB
QUADRO 1 - DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA
CURSO: DIREITO - NOTURNO

Vagas - inicial 2021	Vagas 1º ano	Vagas 2º ano	Vagas 3º ano	Vagas 4º ano	Vagas 5º ano
TURMA 2021	80	72	65	60	55
TURMA 2022		80	72	65	60
TURMA 2023			80	72	65
TURMA 2024				80	72
0	80	152	217	277	252

Receitas (Valores constantes EM R\$ 1,00) janeiro de 2017

Discriminação	Ano I - 2021	Ano II- 2022	Ano III - 2023	Ano IV - 2024	Ano V - 2025
---------------	--------------	--------------	----------------	---------------	--------------

1. RECEITAS					
1.1					
Anuidades/Mensalidades	768.000,00	1.459.200,00	2.083.200,00	2.659.200,00	2.419.200,00
1.2					
Taxas/Secretaria	15.360,00	21.888,00	20.832,00	26.592,00	24.192,00
1.3 Financeiras	7.680,00	14.592,00	20.832,00	26.592,00	24.192,00
1.4 Serviços	3.072,00	5.836,80	8.332,80	10.636,80	9.676,80
1.5 Diversos	1.536,00	2.918,40	4.166,40	5.318,40	4.838,40
RECEITA BRUTA	795.648,00	1.504.435,20	2.137.363,20	2.728.339,20	2.482.099,20
2.1 Descontos Pontualidade	30.720,00	58.368,00	83.328,00	106.368,00	96.768,00
RECEITA LIQUIDA (1)	764.928,00	1.446.067,20	2.054.035,20	2.621.971,20	2.385.331,20
2. DESCONTOS					
2.2 Bolsas	23.040,00	43.776,00	62.496,00	79.776,00	72.576,00
2.3 Inadimplência	23.040,00	43.776,00	62.496,00	79.776,00	72.576,00
TOTAL DESCONTOS	46.080,00	87.552,00	124.992,00	159.552,00	145.152,00
RECEITA OPERACIONAL (1-2)	718.848,00	1.358.515,20	1.929.043,20	2.462.419,20	2.240.179,20
Despesas (Valores constantes em R\$ 1,00)					
Discriminação	Ano I - 2021	Ano II- 2022	Ano III - 2023	Ano IV - 2024	Ano V - 2025
4. PESSOAL					
4.1 Docente					

	316.293,12	597.746,69	848.779,01	1.083.464,45	985.678,85
4.2 Técnicos e Administrativos	28.753,92	54.340,61	77.161,73	98.496,77	89.607,17
4.3 Encargos	96.613,17	182.584,44	259.263,41	330.949,14	301.080,08
Sub-total	441.660,21	834.671,74	1.185.204,14	1.512.910,36	1.376.366,10
5. MANUTENÇÃO					
5.1 Materiais Consumo/Expendiente	35.942,40	67.925,76	96.452,16	123.120,96	112.008,96
Subtotal 5	35.942,40	67.925,76	96.452,16	123.120,96	112.008,96
6. INVESTIMENTO					
6.1 Móvel (carteiras almofadadas)	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
6.2 Ar condicionado	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
6.3 Salas de aula	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
6.4 Núcleo de Prática Jurídica com serviço de Assistência Judiciária Gratuita à comunidade carente da região.					
6.5 Biblioteca/Acervo	50.000,00	50.000,00	40.000,00	80.000,00	80.000,00
6.6 Equipamentos de Informática					

6.7 Computadores					
6.8 Diversos					
Sub-Total 6	152.000,00	152.000,00	142.000,00	182.000,00	182.000,00
7. OUTROS	Ano I - 2021	Ano II- 2022	Ano III - 2023	Ano IV - 2024	Ano V - 2025
7.1 Treinamento	14.376,96	27.170,30	38.580,86	49.248,38	44.803,58
7.2 Pesquisa e Extensão	3.594,24	13.585,15	19.290,43	24.624,19	22.401,79
7.3 Eventos	1.797,12	6.792,58	9.645,22	12.312,10	11.200,90
7.4 Despesas Tributárias ⁽⁷⁾	115.015,68	217.362,43	308.646,91	393.987,07	358.428,67
7.5 Despesas Bancárias ⁽⁷⁾	7.188,48	13.585,15	19.290,43	24.624,19	22.401,79
Sub-Total 7	141.972,48	278.495,62	395.453,86	504.795,94	459.236,74
TOTAL DAS DESPESAS	771.575,09	1.333.093,11	1.819.110,1 6	2.322.827,2 5	2.129.611, 80
SUPERÁVIT FINANCEIRO	(52.727,09)	25.422,09	109.933,04	139.591,95	110.567,40

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Lei de diretrizes e bases da educação nacional

Decreto 5773/2006 art. 16

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Nacional de Educação**. Brasília 2001.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do plano internacional de implementação. Brasília: Unesco, Orealc, 2005.

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: ARTMED, 2001

IMBERNON, F. **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 21-36.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Universidade no Século XXI**, Editora Cortez, 2006.

CHAUÍ, M. A Universidade em Ruínas. In: **A Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Org. Héglio Trindade. Vozes, Rio Grande do Sul: CIPEOES, 2003.

FREIRE. P. Pedagogia da Autonomia. **Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

SCHAFF, Adam. A sociedade informática. **As consequências sociais da segunda revolução industrial**. São Paulo, Papirus, 1991.

RISTOFF, O. A Tríplice Crise da Universidade. In: **A Universidade em Ruínas na República dos Professores**. Org. Héglio Trindade. Vozes, Rio Grande do Sul: CIPEOES, 1999.

SOBRINHO, José.Dias. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VALE, V.M.F. do. Projeto Político-Pedagógico como Instrumento Coletivo de Transformação do Contexto Escolar. In: BICUDO, M.A. E SILVA JÚNIOR, C. **Formação do Educador e Avaliação Educacional**. Conferência/ Mesa Redonda, Ed. UNESP, São Paulo, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira – INEP. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES . Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES.

Nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014: Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional

BRASIL, (2004). LEI nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –SINAES e dá outras providências**. Brasília, 05 abr. 2004.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (2004) Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. 12 abr.2004 ; Seção I , p.10.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI**. Paris, Unesco, 1998

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2012/2016 – FIRB**.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior**. CONAES. Brasília –DF, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Roteiro de Autoavaliação Institucional – Orientações Gerais – INEP/SINAES/CONAES**. Brasília-DF, 2004.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2004

SANTOS, Boaventura de S. (1999). **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação da Educação Superior**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VIANNA, Heraldo Marelím. **Avaliação Educacional e o avaliador**. São Paulo: IBRASA, 2000.

ANEXO I

TABELA XII - LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

Lab. 1	20 - Computadores – C2D E7500 – 4GB – HD500 – LCD 18,5” - DVD-RW
	1 - Computador – Professor
	1 – Multimídia
	1 - Tela Projeção Retrátil
	1 - Quadro Branco
	40 – Cadeiras
Lab. 2	20 - Computadores – Athlon 64 X2 – 2GB – HD 80GB – Monit. 17” – DVD
	1 - Computador – Professor
	1 - Lousa Digital
	1 – Multimídia
	1 - Quadro Branco
	1 - Caixa de Som p/ Computador
	40 – Cadeiras
Outros Equipamentos e Recursos	
Qde.	Descrição
4	Projetores Multimídia
1	Notebook
14	Retroprojetores
7	DVD's (3 Gravadores de DVD e 4 DVD's Players)
3	Videos Cassetes
3	Rádios CD/MP3
4	TV 29"
2	Rack (Computador com TV 29")
1	Rack (Computador com TV 32")
1	Mesa de Som com Mixer
4	Caixas de Som
1	Caixa Amplificada
1	Caixa de Som 2.1 para Computador
17	Extensões Energia

1	Câmera Digital Canon
1	Filmadora (MiniDV)
1	Tela Projeção Móvel
21	Tela Projeção (fixadas em Salas de Aula)

ANEXO II

TABELA XIII – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: QUÍMICA

Conjunto de Química destinado ao estudo das Propriedades Gerais da Matéria, Processos de Separação das Misturas, Reações Químicas, Funções Químicas, Termoquímica, Eletroquímica (eletrólise), Soluções, Cinética Química, Química Orgânica, etc., com os seguintes equipamentos presos internamente, montados e semi-montados, em armário metálico rolover, integrado pelos componentes relacionados na tabela 13.

Relação de equipamentos e instrumentos do Lab. De Química.

01 - Balão volumétrico com rolha
02 - Bastões de vidro
01 - Bico de Bunsen para GLP
02 m - Mangueira para gás
01 - Bureta graduada de 25 ml com torneira
01 - Bureta graduada de 50 ml com torneira
01 - Cadinho de porcelana
01 - Cápsula de porcelana para evaporação
02 - Tubos de ensaio
03 - Conta-gotas retos
02 - Copos de Becker graduados de 50 ml
02 - Copos de Becker graduados de 100 ml
02 - Copos de Becker graduados de 250 ml
01 - Copo de Becker graduado de 1000 ml
01 - Cronômetro digital com resolução constante de 0,01 segundo e indicação de 0 a 59 minutos, 59 segundos e 99 centésimos. Mostrador digital composto por 6 dígitos tipo LED de 7 segmentos, apresentando a leitura diretamente em minutos, segundos e centésimos de segundos. Fonte de alimentação, estabilizada com unidade de controle e contador com base de tempo controlada a cristal de quartzo. Chave liga-desliga, fusível e comando

único de partida, parada e zeramento por meio de botão frontal. Chassi em alumínio e aço 1020. Alimentação 127/220 VAC, 50/60Hz, 8701
02 – elétrodos inferiores de cobre 8202.41
03 – Erlenmeyer (frasco) 80799.025
01 – Escova para tubos de ensaio 89901.906
01 – Fonte de alimentação Elétricaq CC Rizzi – Estabilizada – Alimentação da rede: 127/220 VAC; 50/60 Hz – Saída: regulada de 0 a 25 volts, corrente contínua de 0 a 5 amperes, limitada em 5 amperes. Regulação de linha para 10% de variação: melhor que 0,5% de variação – Regulação de carga de 0 a 100%: melhor que 0,1% - Proteção eletrônica contra curto-cuito – Saídas alternadas de 20 VAC, 8 A e tensão de rede – Volímetro frontal de 0 a 30 VCC 6028.
01 - Frasco âmbar com boca estreita e rolha esmerilhada 80799.027
01 - Frasco de kitassato para filtração 80799.026
01 - Frasco lavador
01 - Frasco com 50 g de limalha de ferro 7781
01 - Funil de Buchner com placa porosa 80730.102
01 - Funil de separação tipo bola 80730.105
03 - Funis de vidro com haste curta 80730.106
01 - Furador de rolha manual (conjunto de 6 peças) 89901.931
01 - Gral de porcelana com pistilo 80701.230.
01 - Ímã em barra 7717.C.
01 - Lâmina de alumínio 8202.49
01 - Tabela periódica atômica de 75 x 100 cm 81002.036
01 - Caixa de papel filtro circular 81004.003
01 - Caixa de papel indicador universal: Ph 1 a 10 81004.024
02 - Blocos de papel tornassol azul 81004.026
02 - Blocos de papel tornassol vermelho 81004.027
01 - Pêra para pipeta 80899.032
01 – Perfil universal com fixador
03 - Pinças de madeira para tubo de ensaio 89999.005
02 - Pinças metálicas serrilhadas 88903.001
02 - Placas de Petri com tampa. 80799.002

01 – Centrífuga com painel de controle de frequência linear do motor, chave liga-desliga, lâmpada indicadora e fusível, chassi de alumínio, sob a forma de perfilados e painéis, com duas camisas em náilon, para retenção de tubos de ensaio em centrifugação, rolamentos autocompensantes. Dimensões: 12 cm de altura x 20 cm de largura x 20 cm de profundidade. Alimentação: 127 ou 220 VAC, 50/60 Hz. Motor: 1/8 HP. Sistema eletrônico com inibidor de pique para controle de frequência linear do motor. Circuito impressão com integrados embutidos na caixa de comando 8902
01 – Pinça de Mohr 88903.009
02 - Pinças com mufa para suporte universal 7738.10
01 – Pinça com cabo para bureta 88901.004
01 - Pipeta volumétrica 5 ml 80710.003
01 – Pipeta de Mohr 80710.007
01 - Pipeta volumétrica 1 ml 80710.001
01 - Pipeta volumétrica 25 ml 80710.006
01 - Proveta graduada 10 ml 80720.010
01 - Proveta graduada 25 ml 80720.025
01 - Proveta graduada 50 ml 80720.050
01 - Proveta graduada 100 ml 80720.100
12 - Rolhas de borracha n.º 14 80894.604
10 - Rolhas de borracha n.º 22 80894.608
06 - Rolhas de borracha n.º 24 80894.612
06 - Rolhas de borracha n.º 29 80894.620
03 - Rolhas de borracha n.º 32 80894.625
01 - Stand para tubos de ensaio 89901.936
01 – Suporte RHR para 2 funis 8807
04 - Suportes universais com haste e base 8808
02 – Telas para aquecimento 89901.903
01 - Termômetro - 10 a +110 Oc 80798.003
02 – Tripés metálicos para tela de aquecimento (uso sobre o bico de Bunsen) 7719
09 - Tubos de ensaio 80795.630
07 - Tubos de ensaio 80795.635

03 m - Mangueira látex 80895.907
02 - Tubos de vidro em "L" 80797.023
01 - Tubos de vidro em "L" afilado na extremidade 8702.03
06 – Tubos de vidro alcalinos 80797.001/002/003/004/005/006
03 - Vidros relógio 80760.075

ANEXO III

TABELA XIV – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: FÍSICA

O Laboratório de Física atende às necessidades da disciplina de Física I até a Física IV. Apresenta infraestrutura e equipamentos que atendem às necessidades específicas nos tópicos abordados nas ementas de cada disciplina. Os *kits* práticos, com equipamentos e instrumentos fornecidos em módulos atendem às práticas explicitadas na ementa de cada disciplina.

Relação de instrumentos e equipamentos para Física I e II.

Físicas I e II		
Item	Código	Descrições
01	82599.026	Paquímetro MMECL
02	82599.027	Micrômetro MMECL
03	7703.C	Atrito Sólido I - Plano Inclinado MMECL
04	2019	Conjunto Plano de Packard Lançamentos de Projéteis MMECL
05	2016	Pêndulo de bola MMECL
06	8203.C	Conjunto de Cinemática - Colchão de Ar Linear MMECL
07	8308	Conjunto para Queda Livre MMECL
08	Genérico	Paquímetro – 6”
09	Genérico	Micrômetro 0-25 mm, resolução 0.01 mm

Físicas III e IV		
Item	Código	Descrições
01	7823.A	Amperímetro MMECL
02	7824.A	Voltímetro MMECL
03	2128	Carga e Descarga de Capacitores MMECL
04	2025	Circuito RC e RL MMECL

ANEXO IV

Tabela XV – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: ELETROTÉCNICA

No Curso de Engenharia Elétrica, o Laboratório de Eletrotécnica atende às necessidades da disciplina de Eletrotécnica Geral e outras afins que usam os conhecimentos básicos de eletricidade, controle e monitoração. O Laboratório deve apresentar infraestrutura e equipamentos para atender as necessidades específicas nos tópicos abordados na ementa da disciplina. Serão adquiridos os instrumentos e equipamentos, relacionados na tabela 15

Equipamentos e instrumentos para o Lab. de Eletrotécnica.

ITEM	QT D	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	02	Osciloscópio Analógico Minipa Mo- 1225 20mhz	1.778,00	3.556,00
02	02	Fonte de Alimentação sunko 152 0-15v ~ 2ap.	257,00	514,00
03	02	Multímetro Digital Eza ez-370	77,00	144,00
04	02	Frequencímetro Digital Eza Ez- 2400	378,00	756,00
05	02	Ferro de Solda Afr 40w	25,65	51,30
06	02	Suporte p/ ferro de solda Hikari Zd-10	13,50	27,00
07	02	Solda (Estanho) Best 1.mm	63,45	126,90
08	01	Gaveteiro (Componentes) cg- 510	142,00	142,00
09	04	Protoboard com fonte	200,00	800,00
10	04	Amplificador Operacional 741	10,00	40,00
11	Div	Resistores e capacitores	50,00	50,00
12	02	Gerador de corrente contínua	1.000,00	2.000,00
13	02	Gerador de corrente alternada	1.000,00	2.000,00

NOTA: Os laboratórios de formação básica, são os mesmos, para as engenharias). Somente no laboratório de informática os cursos têm algumas particularidades, pois cada um utiliza softwares específicos para a área em estudo.

Os Laboratórios de formação profissionalizante da engenharia elétrica - Neste PPC pretende-se formar o denominado Eng. Eletricista Pleno, com amplos conhecimentos de engenharia e de gestão. Como os laboratórios profissionais dedicados aos Cursos de Eng. Civil e de Eng. de Produção estão devidamente implantados no curso.

ANEXO V

TABELA XVI - LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: ESTRUTURAS E MATERIAIS

O Laboratório de Estruturas e Materiais atende a parte prática das disciplinas na área de Estruturas e na área de Materiais. Compreende uma sala com 57 m², possuindo ambiente climatizado e equipado com quadro branco, computador e impressora. Conta também com uma área externa de 27 m² com bancada para montagem de corpos de prova, caixa d'água para imersão e câmara úmida.

O Laboratório de Materiais tem relevante importância na formação do engenheiro pretendido.

Este espaço fornece suporte ao desenvolvimento de aulas práticas das disciplinas relacionadas a Materiais e a Resistência dos Materiais.

Atividades de pesquisa e extensão encontram nos Laboratórios de Materiais, fonte de recursos técnicos que possibilitam o aperfeiçoamento, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias, processos e materiais, se tornando núcleo de excelência em desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços à comunidade.

No Curso de Engenharia Elétrica, o Laboratório de Materiais avalia os elementos utilizados nos mais diferentes tipos de construções, dispositivos, sistemas elétricos, como aço, cobre, ouro, prata, silício, aglomerantes, polímeros.

As necessidades de infraestrutura específica desse laboratório são:

1. Área suficiente para atender um número mínimo de 30 estudantes acomodados em bancadas específicas, que permitam o desenvolvimento de aulas práticas;
2. Sala de aula para atender um número mínimo de 30 estudantes sentados, no desenvolvimento de aulas teóricas, sobre materiais de construção;
3. Sala para guarda dos equipamentos e ferramentas;
4. Sala para armazenamento de aglomerantes e argamassa industrializadas, livre de umidade;
5. Sala para acomodação da prensa servo controlada;

6. Câmara úmida para acomodação dos corpos de prova de concreto, argamassas, blocos, etc.;
7. Área anexa ao laboratório, com piso apropriado, para armazenar materiais granulares como areia, brita, saibro, dentre outros. Também permitirá o desenvolvimento de aulas demonstrativas de técnicas de construção, por exemplo: execução de alvenaria, revestimentos, coberturas, fôrmas e armaduras para elementos de concreto (vigas, pilares e lajes), dentre outras atividades práticas. Cabe lembrar que esta área deve ser de fácil acesso ao trânsito de caminhões, permitindo o transporte de materiais e a limpeza do laboratório;
8. Um técnico e um auxiliar para o desenvolvimento das atividades no laboratório e em atividades de campo (manutenção, suporte nas aulas práticas, controle de suprimentos, etc.);
9. Equipamentos específicos para atender as necessidades apresentadas nas ementas das disciplinas.

Os critérios adotados na definição dos quantitativos tiveram como base o número de estudantes por aula prática (no caso, mínimo de 20 e máximo de 30 estudantes). Na Tabela abaixo mostra-se os equipamentos e instrumentos que serão adquiridos para o Lab. de Materiais.

Equipamentos e instrumentos para o laboratório de Materiais de Construção e Técnicas Construtivas.

Item	Descrição	Valor unitário R\$
1	Máquina universal de ensaios de tração, compressão e flexão de corpos de prova de concreto, metálicos, madeira e poliméricos	230.000,00
2	Acessórios para fixação de corpos de prova para ensaios de tração, compressão e flexão	15.364,00
3	Microscópio ótico – ampliação 200X	20.000,00
4	Câmera digital CCD para acoplar ao microscópio	1.000,00
5	Embutidora a quente	5.000,00
6	Máquina de corte de amostras metálicas	1.000,00

7		Máquina plana para lixamento de amostras	3.000,00
8		Máquina para lixamento/polimento de amostras	5.000,00
9		Programa de análise de imagens	1.500,00
10		Durômetro universal para ensaios Brinell e Vickers	12.000,00

Características da Máquina Universal de Ensaios

Por se caracterizar uma máquina de extrema utilidade para os Cursos de Engenharia Civil e de Produção das FIRB, descreve-se a abaixo as suas principais características.

MAQUINA UNIVERSAL DE ENSAIOS, cap. 100 ton., servo-hidráulica, para realização dos ensaios de tração, compressão, dobramento e seus derivados em materiais como aço de construção civil, aço de construção mecânica, concreto e outros materiais, computadorizada.

- Capacidade do equipamento 100t para tração e compressão.
- Classe de precisão do equipamento: Classe 1 de acordo com NM ISO 7.500-1, - Máquina para laboratório.
- Faixa de utilização do equipamento 2.000 a 100.000 Kgf.

A. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS PRINCIPAIS:

- **ESTRUTURA**

Sistema de aplicação de força composto de cilindro e pistão de simples efeito, com retorno por gravidade que movimenta a base inferior junto com as colunas lisas, que formam um único e homogêneo conjunto com a mesa superior. A reação é obtida através da mesa intermediária, que é fixada às colunas rosqueadas, que reagem na estrutura do apoio do cilindro.

- **SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO DA MESA INTERMEDIÁRIA**

Um único motor comanda simultaneamente um redutor que faz o giro das colunas rosqueadas. A mesa intermediária possui porcas travadas sob o giro das colunas, que movimenta-se para baixo ou para cima, alternando-se para isso apenas o sentido de rotação do motor.

- **SISTEMA DE FIXAÇÃO PARA ENSAIOS DE TRAÇÃO**

As mesas superiores intermediárias possuem alojamentos cônicos e planos para deslizamento dos carros das garras que fixam as mesmas e promovem o auto-travamento do corpo de prova a ser ensaiado.

Para o travamento inicial da barra a ser ensaiada, utiliza-se os eixos de comando movidos por manivela, que após o travamento, para iniciar o ensaio, deve ser retirado.

As placas que recebem o impacto dos carros das garras após ruptura da barra ensaiada são dotados de material que resiste e amortece o impacto

As garras, peças principais para fixação dos corpos de prova para o ensaio de tração, devem ser utilizadas de acordo com o diâmetro do material.

- **SISTEMA DE ACOPLAMENTO DOS DISPOSITIVOS PARA ENSAIO DE COMPRESSÃO:**

O vão inferior existente entre as mesas inferior e intermediária é utilizado para a realização dos ensaios a compressão, flexão e dobramento.

Os dispositivos que se devem fixar na parte inferior são apenas apoiados, tendo como elemento para ajuste e centragem, o furo da mesa inferior.

Os dispositivos a serem fixados na parte superior da mesa intermediária são parafusados na placa de reação dos carros das garras.

- **CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA**

Construída em aços especiais, com colunas de aço inoxidável maciço e bases de ferro maciço.

- **Sistema hidráulico:**

- Sistema de aplicação de carga servo-controlado, controle do incremento de aplicação de carga e do deslocamento por taxa constante, automática, controlado via software, válvula limitadora de pressão máxima (segurança), Controle do decremento também via software.
- Capacidade máxima de 100.000 kgf.
- Dimensões aproximadas de área para instalação: 3.300 x 1.200mm e altura de 3.000mm.
- Peso do equipamento: 2.700 kgs.

- Distância livre entre colunas: 400mm.
- Espaço máximo para execução dos ensaios (distância entre as bases): 700mm.
- Curso máximo do êmbolo: 100mm.
- Precisão: melhor ou igual a 1,0% do valor lido, a partir de 1/10 da escala.
- Tensão da rede: 3 x 220V ou 3 x 380V; consumo de 3 KWA.

- **INSTRUMENTAÇÃO DO EQUIPAMENTO**

- Equipamento eletrônico computadorizado, com indicação das leituras diretamente no vídeo e possibilidade de imprimir os dados do ensaio, inclusive os gráficos: carga x tempo e carga x deslocamento em impressora.
- No vídeo o gráfico é traçado simultaneamente com o andamento do ensaio.

- **Leituras:**

- . Em Kgf 0 a 100.000 Kgf com subdivisão de 10Kgf.
- Fator de deformação obtido através do deslocamento do pistão ou através de LVDT;
- Equipamento é interfaceado com RS-485;
- Software específico para ensaios de concreto segundo as normas **NBR-5739** (Ensaio de Compressão Axial de Corpo de Prova de Concreto), **NBR-7222** (Ensaio para Determinação da Resistência à Tração por Compressão Diametral de C.P. Cilíndrico), **NBR-8522** (Ensaio para Determinação do Módulo de Elasticidade de CP de Concreto – Cálculo de Elasticidade – Método Tangente Inicial, Cálculo de Deformação – Método Secante no Primeiro Carregamento, Diagrama de Tensão x Deformação), **NBR-7215** (Cimento Portland – Determinação da Resistência à Compressão), **NBR-12142** (Ensaio para Determinação da Resistência à Tração na Flexão em Corpo de Prova Prismático).
- O Software permite entre outras funções:
- Cadastro das amostras com as seguintes informações: Determinação da norma, Identificação da amostra, Cliente, Construtor, Data Moldagem, Idade, Informações adicionais do material, aplicação e temperatura.

- Cadastro dos corpos de prova das amostras com as seguintes informações: Identificação do corpo de prova, informações das dimensões do corpo de prova e observações.
- Listagem das amostras cadastradas.
- Pesquisa das principais informações das amostras cadastradas.
- Resultados do ensaio de acordo com as normas, Ex.: Tensão Máxima, Carga Máxima, Módulo de Elasticidade.
- Leitura da carga, tensão, deslocamento e deformação atualizados na tela de ensaio de acordo com o intervalo de tempo para aquisição dos dados.
- Gráficos com as seguintes coordenadas: Abscissa (Tempo, Deslocamento, Deformação), Ordenada (Carga, Tensão).
- Gráficos com dimensionamento das escalas, automático.
- Controle da velocidade de deslocamento ou incremento de carga automático via software.
- Dados de leitura (carga, deformação e deslocamento) exportados para Planilha Excel.
- Relatório final contendo as seguintes informações: referência da norma, identificação da amostra e do corpo de prova, dimensões do corpo de prova, características medidas e calculadas, resultados, gráfico do ensaio. Os resultados já serão analisados de acordo com os procedimentos pedidos nas normas supracitadas.
- Ajuda on-line
- Software específico para ensaios em Aço segundo a norma **NBR-6892** – Materiais Metálicos – Ensaio de Tração à Temperatura Ambiente.
- O Software permite entre outras funções:
- Cadastro dos corpos de prova com as seguintes informações: Identificação do corpo de prova, origem, localização, orientação, data do ensaio, natureza do material, tipo do corpo de prova (fios / barras / perfis), dimensões do corpo de prova.
- Listagem dos corpos de prova cadastrados.
- Pesquisa das principais informações dos corpos de prova cadastrados.
- Resultados gradados do ensaio: Tensão de escoamento convencional, Tensão de escoamento inferior e superior, Carga de escoamento

convencional, Carga de escoamento inferior e superior, carga máxima, Alongamento total, alongamento calculado.

- Leitura da carga, deslocamento e deformação atualizados na tela de ensaio de acordo com o intervalo de tempo para aquisição dos dados.
- Gráficos com as seguintes coordenadas: Abscissa (Tempo, Deslocamento, Deformação), Ordenada (Carga, Tensão).
- Gráficos com dimensionamento das escalas automático.
- Controle da velocidade de deslocamento e do incremento de carga automático via software.
- Cálculo de regressão linear para determinação exata da tensão e carga de escoamento convencional.
- Dados de leitura (carga, deformação e deslocamento) exportados para planilha Excel.
- Relatório final contendo as seguintes informações: Referência da norma, identificação do corpo de prova, natureza do material, tipo do corpo de prova, características medidas e calculadas, resultados, gráficos do ensaio. Os resultados já serão analisados de acordo com os procedimentos pedidos nas normas supracitadas.
- Ajuda on-line.
- A instrumentação permite a interligação de até 4 (quatro) canais de extensometria, permitindo a determinação do módulo de elasticidade, em concreto e alguns ensaios de aço, automaticamente;
- A taragem é automática sem oscilação;
- Medição de deslocamento até 1.000mm com leitura de centésimo de milímetro;
- Sistema de auto-desarme que desliga a máquina automaticamente quando da ruptura do corpo de prova, e quando atingir a carga máxima permitida para o equipamento.
-

B. ACESSÓRIOS FORNECIDOS COM A MÁQUINA

- Pratos para ensaios de compressão em C.P. 10x20cm e 15x30cm;
- Transdutor de pressão;
- Transdutor de deslocamento, com leitura digital sensível a 0,01mm;
- Micro-filtro de óleo;

- Jogo de garras para ensaios de tração em aço de construção civil e mecânica redondos e planos na faixa de 5 a 32mm;
- Compressômetro para o módulo de elasticidade dos corpos de prova de concreto \varnothing 15x30cm para permitir o ensaio automaticamente;
- Microcomputador com a seguinte configuração (ou similar):
 - Placa mãe on board com processador de 2,2GHz;
 - 1 Gb de memória RAM / DDR;
 - HD (Winchester) de 160 Gb IDE;
 - Placa de vídeo de 32 Mb, AGP, on board;
 - Monitor de vídeo de 15”;
 - DVD/CD-ROM 52X;
 - Gabinete mini-torre ATX;
 - Teclado de 104 teclas, PS/2;
 - Mouse PS/2;
 - Placa de fax modem de 56K, on board;
 - Placa de rede, 10/100, on board.
- Impressora a jato de tinta, color com resolução 5670x1440 dpi, conexão de entrada USB).

ANEXO VI

TABELA XVII - LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: METROLOGIA

O laboratório de Metrologia do curso de Engenharia de Produção (integrado ao laboratório de Física) atende as disciplinas de Metrologia e Engenharia de Qualidade I e II auxiliando nas aulas práticas de tópicos específicos nos planos de ensino, permitindo que o aluno possa obter a percepção da importância dos processos de medição para a solução de problemas, para o controle da produção e avaliação de produtos e serviços. Os instrumentos de medição disponíveis neste laboratório estão descritos na Tabela 20.

Relação de instrumentos para o laboratório de Metrologia.

Quantidade	Instrumentos
01	Jogo de Blocos Padrão (Para Micrômetros e Paquímetro)
01	Calibrador – Traçadores Altura Digitais
01	Comparador – Diâmetro Interno (Metal Duro)
01	Durômetro Rockwell Normal (HRC+HRB+HRA)
01	Relógio Comparador
17	Paquímetro
03	Cronometro Digital Multifunções c/ acessórios
17	Paquímetros
13	Cronômetros Digitais
05	Trenas de 2 metros
05	Trenas de 5 metros

ANEXO VII**LABORATÓRIO DE MANUFATURA ADITIVA (IMPRESSÃO 3D)**

O laboratório de Manufatura Aditiva (Impressão 3D) no Curso de Engenharia de Produção auxilia na construção de protótipos de produtos e nas práticas de processos de fabricação não convencionais, permitindo que o aluno conheça novas tecnologias de fabricação digital. O laboratório possui uma impressora 3D (Tabela 21) para a criação de protótipos e atende às disciplinas de Projeto de Produto e Processos de Fabricação.

Equipamento Manufatura Aditiva

Quantidade	Equipamento
01 unid.	Impressora 3D – CL1 Black
01 kg	Filamento PLA – 1,75 mm

ANEXO VIII

TABELA XIX – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: TOPOGRAFIA

Topografia é uma ferramenta que contribui notavelmente para a área da Engenharia Civil interagindo com outras disciplinas do curso como: Hidráulica; Estruturas de Aço; Tecnologia das Construções II; Projeto de Fundações e Obras de Terra; Projeto de Pontes; Arquitetura e Urbanismo; Ferrovias, Estradas e Pavimentação.

O laboratório de Topografia vem preparar e auxiliar o aluno de maneira prática a utilizar esta ferramenta em obras desde pequeno porte até grandes estruturas. Como exemplo podemos citar: locação de obras; terraplanagem; deslocamentos de grandes estruturas; levantamentos hidrográficos, etc.

O laboratório de Topografia atende as seguintes disciplinas dos cursos de Engenharia: Topografia, Hidráulica; Estruturas de Aço; Tecnologia das Construções II; Projeto de Fundações e Obras de Terra; Projeto de Pontes; Arquitetura e Urbanismo; Ferrovias, Estradas e Pavimentação.

Equipamentos existentes:

QUANTIDADE	EQUIPAMENTO
01	Teodolito
01	Estação total
01	Tripé
10	Estacas
01	Régua
15	Trenas
02	Prismas

ANEXO IX

TABELA XX – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: HIDRÁULICA E SOLOS

Nos Cursos de Eng. Elétrica, Eng. Civil e de Eng. de Produção, o Laboratório de Instalações Hidráulicas está abrigado no Laboratório de Fenômenos de Transporte e atende às necessidades das disciplinas de Mecânica dos Fluidos, Hidráulica e Instalações Hidro-sanitárias, sendo a carga horária semestral de utilização para as atividades acadêmicas destas disciplinas, quando do funcionamento pleno do Curso, de 60 horas, aproximadamente. Na Tab. 3.8 mostra-se os principais equipamentos e instrumentos que serão adquiridos para o Lab. de Hidráulica (Fenômenos de Transporte e Automação Industrial).

Equipamentos e instrumentos para o Lab. de Hidráulica.

HIDRÁULICA E PNEUMÁTICA (Fenômenos Transportes e Automação Industrial)			
Item	Descrição	Qde.	Custo (R\$)
01	Kit didático para experimentos eletro-pneumáticos	01	30.000,00
02	Kit didático para experimentos eletro-hidráulicos	01	30.000,00

ANEXO X

TABELA XXI - LABORATÓRIO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

O laboratório foi projetado para apresentar noções básicas práticas de Instalações de baixa tensão na área residencial, predial, comercial e industrial e conceitos sobre o princípio de funcionamento e de aplicação dos principais equipamentos utilizados nestes tipos de instalações utilizando montagens e projetos simples de iluminação e de instalações elétricas de uma casa ou apartamento. As instalações elétricas das FIRB, como salas de aulas e demais laboratórios, e também de indústrias locais e regionais serão utilizadas como laboratório. As aulas deste laboratório serão realizadas utilizando diversos componentes integrantes do aparato experimental dos laboratórios de eletrotécnica e de circuitos.

Equipamentos e Instrumentos

- 06 Multímetros digitais
- 02 Osciloscópios
- 02 Contatores
- 02 Temporizadores
- 02 Interruptores
- 02 Luxímetro
- 02 CLP (disponível no lab. de eletrônica digital e analógica)
- 04 Lâmpadas fluorescentes (25 W)
- Bancadas para instalações elétricas residenciais/industriais
- Painel didático de instalações elétricas (disponível no lab. de circuitos)
- Painel didático de comandos de motores (disponível no lab. de eletrotécnica)
- 02 motores trifásicos 1/6 CV (disponível no lab. de eletrotécnica)

ANEXO XI

TABELA XXII – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: ELETRÔNICA ANALÓGICA E DIGITAL

É utilizado no desenvolvimento de tarefas que envolvam os principais componentes da eletrônica básica, para aplicações diversas na engenharia, tais como: resistores, capacitores, indutores, diodos, reguladores e amplificadores operacionais. Por meio das experiências são identificadas as funcionalidades destes componentes e implementados circuitos que apliquem suas propriedades, como por exemplo: fontes lineares, controladores de temperatura, fotocélula, amplificadores de tensão, entre outros.

O laboratório é composto de: matrizes de contato, geradores de função, fontes fixas e variáveis, multímetros, osciloscópios e componentes eletrônicos diversos (AOPs, resistores, capacitores, indutores, diodos, tiristores, placa para montagem de experimentos – *prot-on-board*, dentre outros).

Também é utilizado no desenvolvimento de circuitos digitais através de módulos específicos para eletrônica digital que permitem a aplicação de: portas lógicas, MUX e DEMUX, *flip-flops*, contadores, registradores, conversores e memórias (<http://www.microgenios.com/?1.63,elab-eletronica-analogica.html>)

10 - Kit eLab: Laboratório de Eletrônica Digital/Analógica c/ Software Analizador Integrado

Em cada kit, acompanha os seguintes componentes:

1 Resistor 10 Ω 1/4W

1 Resistor 50 Ω 1W

2 Resistor 100 Ω 1/4W

2 Resistor 1K 1/4W

1 Resistor 1.5K 1/4W

2 Resistor 2K 1/4W

2 Resistor 5.1K 1/4W

2 Resistor 6.8K 1/4W
10 Resistor 10K 1/4W
10 Resistor 20K 1/4W
2 Capacitor 100pF
2 Capacitor 0.01 μ F
2 Capacitor 0.1 μ F
2 Capacitor 1 μ F
1 Capacitor 4.7nF
1 Capacitor 220F
1 Inductor 1mH
1 Diode IN4001
1 LED Red T1- $\frac{3}{4}$
1 Transistor NPN 40V 200mA
1 Transistor PNP 40V 200mA
1 MOSFET N-CH 60V 200mA
1 IC-7seg drv CD4511
1 IC-OpAmp TCA0372
1 IC-Inverter 74HC14
1 IC-NAND 74HC00
1 IC-OpAmp RC4558
1 Speaker 8140
Pre-trimmed jumper wires

ANEXO XII

TABELA XXIII – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: CIRCUITOS ELÉTRICOS, ACIONAMENTOS E ELETROTÉCNICA

O laboratório foi projetado para realizar atividades relacionadas às disciplinas de Circuitos Elétricos e conferem ao aluno desenvolver habilidades para verificar na prática os conceitos aprendidos em teoria. O aluno, que deve projetar o seu próprio circuito, simulá-lo e realizar a verificação prática do funcionamento, comparando o resultado obtido com o que foi previamente calculado, utilizando-se dos conceitos teóricos aprendidos em sala de aula.

No laboratório projeta-se a implantação de computadores com simuladores, diversos equipamentos e materiais para uso dos alunos como componentes básicos de eletricidade, eletromagnetismo e sistemas digitais. O laboratório disponibiliza instrumentos para medição de grandezas mais comuns, tais como correntes, tensões, geração e análise de formas de ondas.

Devido à necessidade de alguns programas de aprendizagem para o preparo de placas de circuitos impressos e sistemas especiais este laboratório conta com uma pia (usada na corrosão de placas de circuitos) e ferramentas básicas para montagem e preparo de placas (furadeira, esmeril, serrote, prensa e cuba térmica). Em todos os computadores estão instalados o programa LabVolt, que é um programa tutorial de experimentos em diversas áreas de engenharia elétrica: eletrônica básica, eletrônica digital, eletromagnetismo, fibra óptica, entre outros. As aulas deste laboratório serão realizadas em parceria com os Lab. de Automação Industrial e de Instrumentação, pois utilizam de sistemas e instrumentos em comum.

04 - Bancadas didáticas – projetadas e fabricadas pelos professores do Curso de Eng. Elétrica das FIRB, juntamente com alunos do curso.

Características Técnicas

Tensão de Alimentação: 220, 380 ou 440Vca (trifásico)

Classe de Tensão: 600Vca

Tensão de Comando: 220Vca

Frequência: 60Hz

Dimensões Aproximadas: A x L x P (1290 x 1050 x 500 mm)

Bancada Principal

Fabricada sob uma estrutura de alumínio, trazendo modernidade e beleza, a bancada principal é constituída por dois postos de trabalho que servirão de base para utilização de qualquer um dos kits disponíveis. Em sua lateral encontram-se a régua para entrada dos cabos de ligações, uma tomada (220V, 250W) para ligação de cargas auxiliares além de, um disjuntor para proteção termomagnética e um disjuntor diferencial, o que garante maior proteção aos seus usuários.

Para evitar qualquer problema durante a realização dos experimentos a bancada principal WEG conta também com uma seccionadora com chave e botão de emergência, o que traz segurança para realização das tarefas.

Kits individuais

- Kit Eletrotécnica
- Kit Medidas Elétricas
- Kit Chaves de Partida com Simulador de Defeitos
- Kit Controle de Velocidade de Motores CA
- Kit Controle de Velocidade de Motores CC
- Kit Chave de Partida Estática - Soft-Starter
- Kit Controlador Lógico Programável - CLP
- Kit Servoacionamento CA

ANEXO XIII**TABELA XXIV – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: INSTRUMENTAÇÃO**

Laboratório projetado para desenvolver habilidades de manuseio de instrumentos eletrônicos de medição, como: geradores de sinais, osciloscópio, multímetros e medidores de resistência, capacitância e indutância; Implementar circuitos digitais em *prot-on-boards* e diagnosticar problemas em circuitos digitais por meio de técnicas de detecção.

Para o desenvolvimento das diversas aulas práticas, serão utilizados os seguintes equipamentos/instrumentos: Multímetros; *Prot-on-boards*; Resistores de diversos tipos; Medição de resistência; Capacitores de diversos tipos; Medição de capacitância; Indutores; Medição de indutância; Osciloscópio e Geradores de Sinais.

Sistemas de Aquisição de Dados e de Simulação – Pacote completo, contendo a mais nova inovação no ensino da instrumentação, desenvolvido pela National Instruments, USA.

LabVIEW Academic Standard Suite, Include 1 Year SSP – Part number - 779448-35

Power Cord, AC, U.S., 120 VAC, 2.3 meters – Part number - 763000-01

I ELVIS II+ Circuit Design Bundle (For Academic Use Only) – Part number - 80379-02

ANEXO XIV**TABELA XXV – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL**

Laboratório projetado para ser utilizado no desenvolvimento de tarefas que envolvam CLPs (ex.: Siemens, Saia Burgers, WEG, Festo) que podem ser programados em Ladder, Bloco de Funções (*Function Blocks*) e Lista de Instruções (*Instrucion List*), aplicados no controle de sistemas eletromecânicos.

Projeta-se a instalação de um robô industrial que pode ser aplicados integrados em células de manufatura, ou podem ser integrados juntos aos demais equipamentos do laboratório via redes industriais (PROFIBUS, MODBUS, ETHERNET), juntamente com um sistema de supervisão.

10 - Kit contendo Robô OWI-535 - Robotic ARM Edge / Permite controle via ARDUINO e PIC + Robotic ARM Edge OWI-535 USB Interface - Controle USB p/ Robô OWI-535

10 - TRA "3 in 1 All Terrain Robot" é um robô educacional multi-funções que permite 3 configurações diferentes de montagem: Empilhadeira; Rover e Pinça

01 – Kit eletropneumático FESTO

ANEXO XV

TABELA XXVI – LABORATÓRIOS ESPECIFICOS: MICROCONTROLADORES E MICROPROCESSADORES

Projetado para ser utilizado no desenvolvimento de tarefas que envolvam soluções para aplicações via programação de microcontroladores, utilizando das linguagens Assembler e C. Por meio dos microcontroladores são desenvolvidos os mais variados tipos de circuitos que podem monitorar e acionar sinais analógicos e digitais e por programação permitem uma tomada de decisão precisa que proporciona excelentes níveis de resposta e satisfação em suas funcionalidades. Podem ser desenvolvidos circuitos utilizando os Kits de microcontroladores da MICROCHIP da família PIC e DSPIC.

Também conta com Kits Altera de CPLD e FPGA, que podem ser utilizados para desenvolvimento de circuitos digitais e que apresentam como vantagem serem muito ágeis no processamento de sinais.

06 – Kits EasyAVR V6 Módulo de desenvolvimento Profissional ATMEGA16
ATMEL

Cada kit contém:

Kit de Desenvolvimento EasyAVR6.

1- Cabo USB.

1- GLCD 128X64 com Touch Screen.

1- LCD 16x2

1- Caneta de plástico para TouchScreen

1- Cabo serial.

1 - CD com software, drivers e exemplos em C, BASIC e Pascal.

1 - Documentação impressa.

Este produto é fornecido com versões de demonstração totalmente funcionais dos compiladores mikroC PRO for PIC, mikroBasic PRO for PIC e mikroPascal PRO for PIC. Todas as versões demo inclui uma saída hexadecimal limitada a 2k código.

06 – Kits PICStudy V2 - Módulo Educacional com Gravador USB MicroICD

O Kit de desenvolvimento **PICStudy V2** é embalado em caixa de proteção, juntamente com a documentação pertinente e CD do produto. Esta caixa é muito resistente a todos os tipos de danos e choques. O pacote contém:

1 - Kit de Desenvolvimento PICStudy com gravador microICD.

1 - Microcontrolador PIC16F870

1 - LCD 16 x 2 c/ backlight

1 - Fonte de alimentação chaveada

1 - Cabo de Gravação / Serial

1 - CD com programas e exemplos

06 - Gravadores MicroICD - Gravador e Debugador de PIC e dsPIC via USB 2.0

No Laboratório de Microcontroladores e Microprocessadores se agrega o Laboratório de Manutenção Eletromecânica.

Projetado para ser utilizado na manutenção de componentes elétricos e mecânicos de diversos sistemas, como: motores elétricos, sistemas elétricos de acionamento de motores (chaves, relés, disjuntores, capacitores, etc.), motores Ciclo Otto e DFIRBel, sistemas eletro-hidro-pneumáticos, entre outros. Serão utilizados sistemas de monitoração de vibrações, acústica, temperatura e pressão, por meio de sistema de aquisição de dados fabricado pela *National Instruments*, contendo placa e software. Os sensores vibracionais e acústicos serão adquiridos da Kistler.

Serão abordados temas, técnicas, metodologia e instrumentos utilizados na manutenção proativa, preditiva, preventiva e corretiva nos diversos componentes estudados.

ANEXO XVI**TABELA XXVII – LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS: COMUNICAÇÃO**

Projetado para desenvolver experimentos de comunicação em rádio frequência e fibra ótica. Nos experimentos de rádio frequência, serão realizados testes de circuitos transmissores, receptores e filtros. Também são realizados experimentos com antenas para avaliação das características de irradiação e efeitos de propagação do sinal de rádio.

As principais atividades desenvolvidas neste laboratório são voltadas aos meios de transmissão e sistemas de rádio frequência.

- O Laboratório de Redes utilizará a própria infraestrutura de informática das FIRB, em que inúmeros computadores estão conectados via intranet, internet a cabo e sem fio (wire-less), para desenvolver as aulas práticas;

- Equipamentos servidores;

- Modems;

- Roteadores;

- Hubs;

- Rack contendo: 01 telefone IP (Nortel)

01 VPN/Router Contivity 600 (Nortel),

01 PABX/VPN BCM200 (Nortel), 02 Switches (Nortel) de 24 portas,

01 ponto de acesso para Wireless LAN e 07 patch-panels de 24 portas.